



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 066

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	1040
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1057
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1057

TAQUIGRAFIA

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

(Em 08 de abril de 2015)

**Presidência dos Srs.
Lazinho da Fatagro -
Edson Martins -
Secretariado pelo o Sr.
Lebrão**

(Às 09 horas e 12 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Herminio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão

de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Airtton Gurgacz (PDT).

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 14ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura da Ata da Sessão Anterior.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – A ata está em discussão. Não havendo observações dou-a por aprovada. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Ofício nº 969/2015 – Governo do Estado, encaminhando resposta ao Ofício nº 088/GP, o qual solicitou a cedência do Servidor Tito Pereira Dantas.

02 – Ofício nº 096/2015 – Comando Geral do Polícia Militar, encaminhando resposta aos Ofícios P/ALE-174/2015 e Ofício P/ALE-175/2015.

03 – Ofício nº 200/2015 – Delegacia Geral da Polícia Civil, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 075/2015, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **LUIZINHO GOEBEL**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

04 – Ofício nº 978/2015 – Governo do Estado, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 031/2015, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

05 – Ofício nº 213/2015 – Tribunal de Justiça, informando que a Lei nº 1.114, de 2002, foi declarada inconstitucional.

06 – Requerimento do Senhor Deputado Airtton Gurgacz, justificando ausência na Sessão do dia 08 de abril de 2015.

Está lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Passemos às Breves Comunicações.

Convidamos o Deputado Luizinho Goebel para fazer uso da palavra, por cinco minutos sem Apartes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Cumprimento todos os Senhores e Senhoras Deputados, a imprensa, cumprimento o nosso amigo Rodrigo do município de Alvorada D'Oeste, Presidente da AAPEAL, em nome dele cumprimentar todos os amigos de Alvorada, em especial a irmã Lina que nos visita, ela que é a diretora do Hospital Santa Marcelina. Daqui um pouco mais estaremos visitando aquela instituição, instituição importante pelo trabalho social que faz ao Estado de Rondônia, principalmente às pessoas que buscam atendimento na área da saúde.

O que eu quero, Presidente, registrar nesta manhã é que a celeuma, criada ontem, em relação à PEC que trata da carreira jurídica dos Delegados da Polícia Civil do Estado de Rondônia, foi aqui debatida, foi colocada em Plenário para que se fizesse o Parecer pelas Comissões em Plenário e também recebemos um pedido de vista. E hoje pela manhã, eu recebi a ligação de vários policiais civis do Estado de Rondônia, vários colegas policiais civis do Estado de Rondônia, e não só pelo Deputado Luizinho, mas eu tenho certeza, Deputado Lebrão, que por Vossa Excelência, pelo Deputado Lazinho, pelo Deputado Ezequiel, enfim, por todos os Deputados, eu quero só deixar bem claro, e é importante que a imprensa noticie isso, porque em nenhum momento os Deputados deixaram de ser solidários com os Policiais Civis do Estado de Rondônia. O que aconteceu de fato, é que os Delegados conseguiram fazer com que avançasse sua proposta, diante do Poder Executivo, de melhorias para a categoria. Entre essas melhorias, até melhoria salarial para o ano de 2017, mas tudo bem, ficou assegurado essa melhoria, e por outro lado, infelizmente, nós não recebemos aqui nenhuma proposta de melhoria para as demais carreiras que compõem a Polícia Civil do Estado de Rondônia. E o que me estranha é que, diante disso, um dos agentes que me ligou acabou falando que o presidente do Sindicato, o Jales, acabou não recebendo guarida dos Deputados aqui ou não foi atendido pelos Deputados. Então, eu quero afirmar aqui que todos os Deputados, não só o Deputado Luizinho, mas que todos os Deputados que foram procurados pelo Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Rondônia, o Jales que é o presidente SINSEPOL, o Sindicato da Polícia Civil do Estado de Rondônia, todos os Deputados que ele procurou, ele recebeu sim, atendimento. A única coisa que os Deputados fizeram foi

não atender o seu pedido, porque o pedido do Presidente do SINSEPOL era para que nós votássemos contrários à PEC que trata dos Delegados da Polícia Civil do Estado de Rondônia. Então eu quero dizer que eu gostaria que o Presidente do Sindicato se retratasse com a categoria e que falasse a verdade, que falasse que os Deputados ouviram o clamor do Presidente Jales, quando tratava de benefícios para sua categoria, mas que a resposta dos Deputados foi que os Delegados estavam recebendo um benefício e que jamais este Poder, que jamais a Assembleia Legislativa iria derrubar uma conquista que eles conseguiram construir, eles conquistaram essa PEC junto ao Governador Confúcio Moura, e jamais esta Casa iria tirar uma conquista desses servidores que são os Delegados. Então, eu quero deixar bem claro isso, principalmente que a imprensa noticie que a Assembleia ouviu sim, o Presidente do SINSEPOL, mas que a única coisa que não foi atendida é que o Presidente queria que rejeitássemos a Matéria de benefícios dos Delegados, coisa que os Deputados não o fizeram.

Por outro lado, a garantia que o Presidente do Sindicato, Jales Moreira, Presidente do SINSEPOL tem de toda Assembleia Legislativa, é que nós Deputados estamos ombreados, Presidente Lazinho, para também defender a categoria dos demais servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia. Porque nós entendemos que a polícia briosa tem feito um trabalho importantíssimo para o nosso Estado, tem trazido segurança para as nossas comunidades e para nossos cidadãos. Portanto nós iremos construir uma agenda nova com o Governo para que a gente possa buscar avanços nas melhorias pedidas por essa categoria da SINSEPOL. E mais, o compromisso que o Deputado Luizinho fez diante da paralisação que aconteceu a poucos dias, que foram três dias de paralisação... o compromisso do Deputado Luizinho em especial, foi que eu receberia uma Comissão de seis Policiais Civis, divididos entre regiões do Estado de Rondônia, seis Policiais Civis no qual a categoria iria escolher, mas o Presidente do SINSEPOL, e eu me coloquei à disposição a fazer uma agenda positiva com o Governador Confúcio Moura, com os Deputados Estaduais, com o Presidente da Assembleia e os demais Deputados Estaduais e também com os Secretários que são responsáveis tanto pelo Planejamento Econômico do Estado, que é o George Braga, pelo Chefe da Casa Civil que fala em nome do Governo e pelo próprio Secretário de Segurança Pública, o Doutor Reis. Esse foi o compromisso que eu fiz, e além disso, Deputado Lebrão, eu também fiz o compromisso de que com essa mesma Comissão formada por Policiais Civis e o Presidente do Sindicato e alguns Deputados Estaduais, nós também estaríamos sentados à mesa com o Governador Confúcio Moura. Então, eu venho a esta Tribuna para esclarecer essa questão.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Deputado?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, porque não cabe Aparte, Senhor Presidente.

Parabenizo Vossa Excelência pela explanação feita neste momento aqui na Tribuna da Assembleia Legislativa. Isso mostra, Deputado Luizinho, o porquê a classe dos Agentes não andou. É justamente pela incompetência do Presidente do Sindicato que os representam e pela maneira mentirosa que ele usa em dizer que foi mal recebido pelos Deputados. Se ele não tem competência para ser, representar realmente a classe, que ele hoje representa, deveria passar para que outro o fizesse e para que encaminhasse a proposta aqui, da mesma forma que o Presidente da Associação dos Delegados, do Sindicato dos Delegados encaminhou. Sem dúvida nenhuma, esta Casa estará pronta para poder somar, para poder aprovar tudo aquilo que é de interesse principalmente para a Segurança Pública, da Carreira dos Policiais Civis dentro do Estado de Rondônia. Parabéns.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Deputado Lebrão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então, era isso que eu queria trazer e era o que eu gostaria de fazer, um pedido especial para a imprensa desta Casa, para que noticiasse de uma forma bem clara, exatamente sobre a disposição dos Deputados de defenderem o pleito da categoria dos demais servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia. Esclarecer também que todos os Deputados que foram procurados pelo Presidente do SINSEPOL, foi recebido por esses Parlamentares, e a única coisa que não se acatou, foi o pedido dele de que nós votássemos contrário à PEC, mas nós não votamos, pelo contrário, beneficiamos. No entendimento dos Deputados, nós beneficiamos através da PEC todos os nossos Delegados. E com certeza o que a Assembleia quer e espera é que também o Governo, da mesma forma contemple os demais servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Muito obrigado, e que Deus abençoe a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho. A incompetência desse Presidente começou na Mesa de negociação quando ele se retira da mesa de negociação com o Governo. Então, agora vem querer colocar a culpa nos Deputados. É absurdo o posicionamento dele.

Quero, em nome desta Casa, agradecer com muito carinho a presença da Irmã Lina, já, já nós iremos tomar um cafezinho, Irmã, lá na comunidade. Agradeço a presença do Senhor Ademir Gonçalves Neves, Presidente da Associação dos Produtores Rurais lá do município São Francisco do Guaporé, do senhor Ângelo Carrara, Vereadores de Presidente Médici, os dois vereadores. O Carrara e o Alfredo, do hospital, os vereadores lá de Presidente Médici, o senhor Adauto Boiadeiro, vereador do município de Buritis. E também do senhor Chico Mamão, vereador lá do município de Cabixi. Agradecemos a presença de todos.

Não há mais ninguém inscrito no Pequeno Expediente. Encerradas as Breves Comunicações, e passemos ao Grande Expediente.

Não havendo oradores inscritos.

Vamos neste momento suspender a Sessão por conveniência técnica.

Obrigado.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 09 horas e 38 minutos e reabre-se às 10 horas e 10 minutos)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está reaberta está Sessão.

Nós estamos no Grande Expediente, e não há oradores inscritos.

Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Liderança.

Não há oradores inscritos.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito a senhora Secretária que proceda à leitura das Proposições recebidas.

A SRA. ROSANGELA DONADON (4ª Secretária) – Procede à leitura das Proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – Dispõe sobre a permanência e ingresso de cães-guia nos locais que especifica e estabelece outras providências.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – Indica necessidade da construção e implantação da Residência do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, no município de Chupinguaia no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – Indica necessidade de aquisição de um veículo para a Escola E.E.E.F.M. Nilo Coelho, no município de Ministro Andreazza.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia c/c ao Ilmo. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER/RO a necessidade da retomada das obras referente à pavimentação asfáltica de 8 quilômetros da RO-464, conhecida no interior por Linha 630, que liga a BR-364 ao Distrito da Tarilândia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Solicito a senhora Secretária que proceda à leitura das Matérias a serem apreciadas.

A SRA. ROSANGELA DONADON (4ª Secretária) – PROJETO DE LEI Nº 021/15 DO PODER EXECUTIVO – Cria o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – FUNDEP e o Fundo Especial de Modernização da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia – FUMORPGE e dá outras providências c/ Emenda. Projeto com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Falta Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei nº 021/15 do Poder Executivo, que cria o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – FUNDEP e o Fundo Especial de Modernização da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia – FUMORPGE e dá outras providências c/ Emenda. Este Projeto já tem Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Falta o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento.

Solicito ao Deputado Hermínio Coelho para emitir o Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O nosso Parecer é pela aprovação do Projeto com Emenda. O Projeto é tanto pela questão constitucional, como regimental. O nosso voto é favorável ao Projeto de Lei nº 02/15, de autoria do Poder Executivo. É importante cada vez mais fortalecermos a nossa Defensoria. O nosso Parecer é favorável ao Projeto, acatando a Emenda.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Parecer do Deputado Hermínio Coelho. O Parecer é favorável. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 021/15, com Emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Projeto em primeira discussão.

Vai à segunda discussão.

Próxima Matéria, Senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON - Requer à Mesa, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei nº 021/15.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento da Deputada Rosângela Donadon. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Requerimento.

Próxima Matéria, Senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – Esgotadas as Matérias, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações Parlamentares.

Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária, no prazo de um minuto, para segunda discussão e votação a Matéria aprovada nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 10 horas e 17 minutos)

**ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

(Em 14 de abril 2015)

**Presidência do Sr
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente**

**Secretariado pelos Srs.
LEBRÃO - 1º Secretário
LAERTE GOMES - Deputado**

(Às 20 horas e 17 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP) e Glaucione (PSDC).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 16ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passamos à Ordem do Dia, senhor Secretário. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS LEBRÃO, ALEX REDANO, LAERTE GOMES E JEAN OLIVEIRA. Requer à Mesa Diretora o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 22 de abril de 2015, às 15:00 horas, para o dia 29 de abril, às 15:00 horas, com o objetivo de debater assuntos relativos à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 002/15 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 065. Altera e acrescenta dispositivos da Constituição Estadual, estabelece critérios para o ingresso na carreira e fixa parâmetros para remuneração dos Delegados de Polícia Judiciária Civil e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação a Proposta de Emenda Constitucional nº 002/15. Em discussão. Em votação. Votação nominal. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Gostaria que registrasse meu voto aí, que aqui não está saindo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vamos registrar aqui. O voto do Deputado Adelino é 'sim', voto favorável e eu peço à Assessoria que registre, que está com problema na digital.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, eu queria que registrasse o meu voto 'sim' que está dando problema na digital aqui, mas eu gostaria que registrasse também o meu voto 'sim'.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está registrado o voto do Deputado Adelino.

**Com 22 votos favoráveis, está aprovado.
Vai ao Expediente.**

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. LEO MORAES – Senhor Presidente, pela Ordem? Se está concedida à Deputada Lúcia, logo em seguida eu posso falar, depois da senhora, com respeito à sua inscrição.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Os mais velhos primeiro, não é, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com a palavra a Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Gostaria de pedir, agradecer a postura dos nobres Deputados e fazer um pedido aos nossos queridos, incansáveis Delegados. Que vocês se juntassem e nos dessem uma resposta mais rápida, pelo incentivo que estamos dando a vocês hoje, vamos perseguir esse projeto aprovado hoje para vocês, com certeza vamos ficar atentos. Eu queria pedir entre outros para não elencar aqui todos os nomes de policiais assassinados e pedir aos nossos queridos Delegados para se juntarem com a Polícia Civil e todos que fazem parte da Polícia Civil para ver o policial Vladimir, que levou dois tiros, que está no hospital. Eu gostaria muito de saber, está difícil.

Então, eu gostaria de pedir, e tem outros crimes que ainda não foram elucidados, que tivesse um capricho, que parece que esses policiais são da família da gente. Então, eu gostaria do empenho, eu sei que fazem o empenho, já fizeram, mas eu gostaria de pedir e que vocês que puderem, os nossos Delegados que estão aqui presentes, puderem fazer uma visita ao policial que ainda está no hospital ou à família dele, eu ficaria agradecida, não é um pedido de barganha pelo voto, pela confiança que eu depusitei em vocês, não, é um pedido de mãe, de companheira.

O SR. LEO MORAES - Deputada Lúcia Tereza, até a título de informação, gostaria de lhe parabenizar sua postura, sua conduta e a sua atuação irrepreensível nessa matéria dos Delegados, do reconhecimento da carreira jurídica e dos operadores de Direito. Dizer que amanhã às oito horas da manhã, eu já tenho agenda marcada como Comissão de Direitos Humanos, e parece que o policial está no hospital da UNIMED, às oito da manhã estarei lá para fazer uma visita como membro e inclusive o Deputado Jesuino e todos os outros, o Deputado Só Na Bença, que compõem essa comissão também estão convidados, para não dizer intimados, para nós irmos lá juntos acompanhar.

E gostaria aqui rapidamente, senhor Presidente, não quis interferir, não quis fazer uso da palavra, até para gerar celeridade. Gostaria de realmente parabenizar e agradecer a todos os Deputados que estavam empenhados e imbuídos na aprovação desse projeto, logicamente, respeitando o trâmite como foi feito, passou pela Comissão de Constituição e Justiça e Vossas Excelências não mediram esforços para se fazer reconhecer, e realmente eu acho que pagar uma dívida histórica que o Estado de Rondônia tinha com os operadores do Direito, com a formação e carreira jurídica de todos os Delegados. Vale também registrar que o projeto de lei, a PEC que ali estava,

que dizia respeito a 90,25%, é o teto, diga-se de passagem, é o teto e que depende de uma regulamentação através de lei complementar e que nada diz em relação à autonomia administrativa e financeira. Estive conversando com a sua assessoria agora há pouco, Presidente, e já é, inclusive, caso contado, já pacificado que ele já possui e já detém essa autonomia, já são gestores e ordenadores de despesas e que todo Delegado sempre vai ser chefe, sempre vai ser chefe da Polícia Civil, então não muda o organograma da Polícia. E gostaria de dizer e deixar bem claro que isso é tão somente o engajamento, o comprometimento de todos os Delegados de Polícia que formaram força, que foram uníssomos na sua luta incessante pelos seus direitos.

Eu gostaria de parabenizar a todos, sabendo que todos sairão daqui, irão para os seus recantos, como o Deputado Ribamar bem disse, irão para suas bases sempre compor a luta incessante dos direitos de zelar, servir e proteger enquanto uma única instituição, porque a gente só fala de Polícia Civil, a gente não fala de ensino médio e nós não falamos de ensino superior, falamos da tão briosa e honrada Polícia Civil. Parabéns a todos os Delegados, essa conquista é de vocês.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – A gente sabe que o Estado está vivendo um momento de dificuldade, o Brasil está vivendo, o mundo está vivendo, e a gente em muitos momentos recepciona as críticas dadas ao Governador Confúcio Moura, a gente sabe que tem muitos problemas para serem solucionados, mas aqui também nós temos que enaltecer a pessoa do Governador Confúcio Moura, que nos deu essa condição de cumprir hoje com a nossa missão aqui na Assembleia Legislativa. Então, nada mais que méritos de todos os nossos honrados Delegados da Polícia Civil do Estado de Rondônia, que da mesma forma que nós como cidadão, que nós como Parlamentares, entendemos que vocês cumpriram a vossa missão, nada mais justo que nós como representantes do povo e Parlamentar instituído pelo voto soberano da população do nosso Estado, também cumprimos hoje com a nossa missão que foi de contemplar vocês, Delegados do Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente, eu gostaria de enaltecer também a forma cordial como foi levado esse projeto, tivemos discussões ideológicas e todos os Delegados, e quero destacar aqui o nosso amigo Sobral, a forma como foi explicado o teor do projeto, não teve em nenhum momento pressão, nenhum Delegado pressionou e sim explicou à importância de se fazer justiça a classe dos Delegados. E também falar, senhor Presidente, estou até preocupado, recebi inúmeras mensagens, Deputado Adelino, Deputado Saulo, Deputado Ezequiel, da nossa região, está tendo mais assaltos, mais violências nos municípios de Cujubim, e os madeireiros estão neste momento se reunindo

para fechar a BR-364. Então, é nosso dever, nossa obrigação, já falei com o Reis, ver o que pode ser feito imediatamente para conter essa onda de violência no município de Cujubim.

Muito obrigado e parabéns mais uma vez a toda categoria dos Delegados.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Queria só parabenizar ao sindicato, através do Sobral, que representa hoje o sindicato e toda a comissão, todos os Delegados pela conquista. E dizer que nós estamos à disposição, sabemos da situação que vocês trabalham, as poucas condições que têm, pela falta de estruturas já há muitos anos na Polícia Civil, mas vocês têm tentado fazer o impossível, contem conosco.

Secretário Reis, eu sei da sua competência, mas o pessoal está pedindo socorro. Eu gostaria que fizessem um trabalho naquela região de Ariquemes, principalmente Cujubim, para dar uma atenção, porque o pessoal não está saindo de casa, inclusive aquilo que o Deputado Alex falou, eu já falei, é um caso de desespero. Então, ligou um empresário aqui chorando porque está todo mundo ligando para ele, pensando que ele tinha sido sequestrado, mas foi outra pessoa, foi outro comerciante, e várias pessoas, e isso está criando pânico lá naquela região. Então, quero parabenizar o sindicato e parabenizar todos os Delegados por essa conquista, que nós fizemos a nossa parte, que é aprovar, e também parabenizar o Governo pela coragem de mandar o projeto, que é muito importante.

Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já encerrado, parabenizar aqui o Sobral, Presidente do Sindicato, e o Secretário Reis, em nome deles toda a categoria, parabéns pela conquista de vocês e pela dedicação de poderem estar aqui, foi uma grande conquista de vocês. Eu quero aqui só fazer um registro, Deputado Leo, o Deputado Só Na Bença teve hoje um problema de pressão alta, mas fez questão de estar aqui e votar o projeto. Então, não poderia deixar de registrar Deputado Só na Bença. Mas Vossa Excelência fez questão de estar aqui com a sua presença, estar votando esse projeto, que eu sei de grande importância para a categoria dos Delegados.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Pois não.

O SR. EDSON MARTINS – Eu só gostaria de cumprimentar pela conquista importante, pela merecida conquista de toda categoria, cumprimentar o Sobral, o Secretário Reis, extensivo a todos vocês e desejar muita sorte, que Deus ilumine a vida de vocês, que vocês possam continuar fazendo a segurança

para o nosso povo do Estado de Rondônia. Muito obrigado. É um prazer votar num projeto importante como esse.

O SR. LEO MORAES – Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não.

O SR. LEO MORAES – Senhor Presidente, eu quero registrar aqui o belo trabalho que fez a Comissão de Constituição e Justiça e parabenizar publicamente o Deputado Adelino Follador, que muito bem conduziu as ações da Comissão de Constituição e Justiça e a todos os membros da CCJ, que tem o entendimento que tudo que diz respeito a servidor em relação a benefício, vantagem, vai ser imediatamente votado e trazido aqui para o Plenário. Então, gostaria de parabenizá-lo e mais uma vez uma grande saudação ao Dr. Sobral, que é o Presidente do Sindicato dos Delegados e todas as regionais, Guajará-Mirim, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Vilhena, São Miguel, todas que estão aqui para prestigiar esse evento que vai ficar para posteridade, e realmente é um marco de divisor de águas na carreira de Delegado de Polícia.

O SR. SÓ NA BENÇA – Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não.

O SR. SÓ NA BENÇA – Senhor Presidente, eu quero aqui agradecer primeiramente a Deus, agradecer a todos os Deputados, o Presidente, e parabenizar a todos os Delegados presentes, porque antes de começar a Sessão, eu estava passando mal, mas eu falei: “não, mas eu tenho que votar para esses Delegados”. Vim na Sessão, fiquei por aqui e depois voltei de novo, tinha que medir a pressão, a pressão estava alta de novo, eu falei: “mas, eu vou ficar por aqui, porque eu quero votar para eles”. Parabéns por vocês.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Agora que Vossa Excelência chegou aqui como Deputado, essa pressão tem que regular, Deputado Só Na Bença.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, só para concluir, que nós temos um projeto para votar ainda, mas a pressão do Deputado Só na Bença, com a emoção de votar um projeto tão importante, tão justo como esse que traz a justiça a esses novos Delegados que tanto têm contribuído com a segurança pública das pessoas, dos nossos cidadãos rondonienses. Essa vitória logicamente não é da Assembleia, não é de ninguém, essa vitória é a persistência e o empenho que os Delegados tiveram na aprovação desse projeto.

Parabéns a todos vocês.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI Nº 1323/14 DA DEPUTADA GLAUCIONE – Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Estrada da Figueira, quilômetro 07 – APREFIK, com sede no município de Espigão do Oeste.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Não há mais matéria, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, e antes de encerrar esta Sessão convoco uma Sessão Ordinária para o próximo dia 15 de abril, no horário regimental, às 9 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 35 minutos)

**ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

(Em 14 de abril de 2015)

**Presidência dos Srs.
LUIZINHO GOEBEL - 3º Secretário
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
LAERTE GOMES - Deputado**

**Secretariado pelo Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário**

(Às 15 horas e 09 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazineiro da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP) e Glaucione (PSDC).

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro, aberta a 15ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao nosso Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada. Solicito o Senhor Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Ofício nº 1041/2015 – Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 089/2015, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

02 - Ofício nº 1073/2015 – Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 068/2015, de autoria da Senhora Deputada Glaucione.

03 - Ofício nº 1074/2015 – Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 091 e 090/2015, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

04 - Ofício nº 229/2015 – Tribunal de Justiça, informando que julgou improcedente a ADIN nº 0007851-19.2014.8.22.0000, contra a Lei 3.395, de 2014.

05 – Ofício nº 226/2015 – Tribunal de Justiça, informando que concedeu liminar para suspender os efeitos da Lei nº 3.275, de 2013, até julgamento final da ADIN nº 0005361-24.2014.8.22.0000.

06 – Ofício nº 033/2015 – Sindicato dos Peritos Criminalísticos do Estado de Rondônia, solicitando convite para participar da Audiência Pública sobre “Perícia Papioscópica”.

07 – Requerimento do Senhor Deputado Aécio da TV, justificando ausência na Sessão do dia 14 de abril de 2015.

08 - Requerimento do Senhor Deputado Lebrão, justificando ausência na Sessão do dia 01 de abril de 2015.

09 - Requerimento do Senhor Deputado Lebrão, justificando ausência nas Sessões dos dias 03, 17 e 31 de março de 2015.

10 - Requerimento do Senhor Deputado Saulo Moreira, justificando ausência na Sessão do dia 18 de março de 2015.

11 - Requerimento do Senhor Deputado Saulo Moreira, justificando ausências nas Sessões dos dias 01 e 07 de abril de 2015.

12 - Comunicado nº AL084901/2015 - do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Está lido o expediente, senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Passamos às Breves Comunicações. Com a palavra de até 05 minutos sem apartes o eminente Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Boa tarde, senhor Presidente, boa tarde toda a Mesa composta, companheiro Ribamar Araújo, Deputado Airton; cumprimentar todos os funcionários nossos

da Casa; toda a imprensa, todo o público presente. Hoje temos Casa cheia, com certeza a expectativa de poder todos saírem daqui satisfeitos, esse é o objetivo e quando a comunidade, quando qualquer dos setores da sociedade precisa desta Casa, realmente a Casa está sempre completa, não é, Senhor Presidente?

Eu me inscrevi para, em primeiro lugar, Deputado Airton, agradecer o Governo do Estado, através do nosso Diretor do DER, o Coronel Caetano. Ontem, nós iniciamos o trabalho em parceria com a Prefeitura de Jarú, lá no nosso município, onde começou a fazer o trabalho de recuperação daquelas ruas de tapa-buraco, enfim, um trabalho que a comunidade tanto anseia. Em nome do Coronel Caetano e toda equipe, eu quero agradecer desde já o nosso Governador por contribuir com o nosso município. Muito bom. Depois nós estivemos, lá Jarú também, estive lá conosco o Deputado Adelino Follador, o Deputado Ezequiel Júnior e o Deputado Alex Redano nos encontrou em Buritis, o Deputado Marcelino Tenório também apareceu em Jarú.

Em Buritis nós também, junto como o DER, fomos dar uma visitada *in loco* na situação precária que se encontra aquele município. É claro que agora, dado a enchente que ocorreu lá, a culpa maior cai na enchente. Mas o problema de Buritis é muito mais grave do que ocorre nos últimos dias com a enchente. Eu estive lá em vários outros momentos, inclusive na campanha, e nós já tínhamos uma situação bastante precária naquele município. É triste ver a situação de um município daquela forma, município produtivo, município de grande importância para o Estado, uma população lutadora e muito trabalhadora, uma agricultura bastante forte e nós recebemos um número de mais de 250 pontes e bueiros danificados e que volto a repetir, não é só da última enchente, é realmente de má gestão nos últimos anos naquele município. É uma pena, Deputado, quando a gente vê que a população sofre por inoperância, por falta de gestão e por falta de responsabilidade do Poder Público. E agora, um caos político também dado os últimos acontecimentos que aconteceram naquele município.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem. Não se trata de aparte, Deputado Lazinho. Mas quero parabenizar Vossa Excelência que inicia o seu mandato fazendo um grande trabalho, iniciando principalmente pela sua cidade que merecia realmente um trabalho diferenciado e a parceria do Governador Confúcio Moura através do DER. Eu quero parabenizar aqui toda a equipe do DER, em nome do Coronel Caetano, do Marcelo, que vem auxiliando ele, fazendo um serviço na parte do interior e a gente fica feliz de ter o Governador Confúcio Moura, mais uma vez, no seu segundo mandato, sendo o Governador mais municipalista que nós tivemos na história de nosso Estado de Rondônia, socorrendo todos os municípios, independente de época e também de catástrofe. O Governador está de parabéns, o Coronel Caetano com toda a equipe do DER inicia fazendo um grande trabalho e tenho certeza que terá desta Assembleia Legislativa o apoio de todos aqueles que sem dúvida nenhuma procuram ajudar no desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida da população do nosso Estado. Parabéns, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, nobre Deputado. Então, a gente espera agora. Ontem, o Coronel Caetano garantiu ao município um apoio mais, o município de Buritis um apoio bastante eficaz e bastante rápido pra sanar. Nós tivemos a informação de que não tem nenhuma escola na zona rural funcionando por falta de estradas, Presidente. Então, gente, é uma situação bastante caótica. Também nós estivemos nesse final de semana lá em Cacoal, onde foi lançado o início, não é, Deputado, o Deputado Cleiton Roque estava com a gente, um projeto de lei encaminhado pelo Governo e coordenado por nós da Comissão de Agropecuária desta Casa, onde foi lançado o Dia da Colheita, do início da colheita do café Conilon no Estado. A lei, talvez, pode ser simples, mas ela tem o principal objetivo, abrir o debate da necessidade de o Estado trabalhar outras cadeias produtivas além do leite e da carne, e o café ele é muito forte, sempre foi e ainda é muito forte no Estado, teve uma grande recepção esse ato que simboliza a necessidade e a importância dessa cadeia produtiva no Estado. À tarde estivemos em Pimenta Bueno, junto também visitando o município de nosso amigo e Deputado Cleiton Roque, inaugurando uma quadra de esporte junto com o Governador, uma festa enorme. Estivemos dando uma andada naquelas ruas, depois vou deixar para o Deputado Cleiton colocar também em situação difícil, não é, Deputado Cleiton? Buscando a parceria, o Governo do Estado se comprometeu a ajudar, enfim, a quadra é um sucesso para aquele colégio. Numa área da cidade bastante humilde normalmente se faz quadras, se faz grandes obras em locais mais evoluídos, lá é um bairro bastante humilde e recebeu essa benfeitoria.

Tivemos em Alvorada, no Dia de Campo, para concluir, senhor Presidente, Dia de Campo também sobre a cultura do café naquele município, onde nós já temos no nosso Estado um hectare de café, Deputado Airton Gurgacz, produzindo até 140 sacas de café limpas, é uma produtividade extraordinária, uma produtividade com a qualidade de produção, uma qualidade de trabalho feito pelos produtores. E lá naquela propriedade, propriedade do senhor Jonacir, inclusive é Vereador lá do Partido dos Trabalhadores e ele tem lavouras, pequenas lavouras, nessa mesmo são 05 hectares de terra só, com uma produtividade de 140 sacas por hectares de café neste Estado.

Então, nós quando pautamos a produtividade e a necessidade do debate de cadeia produtiva é por isso. Colocamos também um projeto de lei aqui e vamos discutir sobre a agroecologia, onde a gente vai poder ter a oportunidade de discutir os modelos de produção do nosso Estado e a importância que é pensar no econômico, mas também pensar no social, onde a produção econômica não pode superar ou não pode ser maior do que a necessidade do social do nosso povo. E em Teixeiraópolis visitamos uma Associação onde tem um grupo de mulheres, ainda não é nem legalizado através da associação que trabalha com produção artesanal de chocolate, e aí o chocolate é um derivado, claro, do cacau, e é uma cadeia produtiva no nosso Estado que nós precisamos olhar com bastante carinho. A produção de cacau no Estado ela é uma produção que precisa ser incentivada, precisa buscar essa tecnologia. Hoje eu conversei com o responsável Superintendente da CEPLAC e ele colocava para nós a importância que é a tecnologia que a CEPLAC está trazendo para o nosso Estado. Nós não podemos deixar acabar no nosso

Estado as produções de café, as produções de cacau, que são importantes.

Então, dizer que essas ações no campo elas precisam ainda ter agilidade por parte das políticas públicas, por parte do Governo do Estado. Eu estive com um grupo de produtores onde eles me relatavam, por exemplo, que para conseguir uma licença ambiental ainda fica mais de um ano na SEDAM para essa licença sair. A gente precisa ter essa agilidade porque a produção depende do ente público, depende do Governo, e principalmente quando se trata da agricultura familiar, que é aquela agricultura que produz o pão, que produz o alimento que vai na mesa do nosso povo.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Concedido, Deputado Ribamar.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Eu gostaria de cumprimentar aí o Sr. Chico Território, Prefeito de Costa Marques, que está aqui na Assembleia acompanhado do Presidente da Câmara Municipal de Costa Marques, Vereador Clebson Gonçalves, e também dos Secretários, Secretário de Saúde Cláudio Xavier, e da Secretária de Planejamento Luzia Penha. Sejam bem-vindos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Esta Casa registra também a presença do Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Rondônia - SINSEPOL, Jales Moreira, e ao mesmo tempo cumprimenta todos os policiais civis de Porto Velho e do interior do Estado de Rondônia. Cumprimentamos também os Delegados do interior do Estado de Rondônia, da Capital, Porto Velho, e em especial o Antônio Sobral, Presidente do SINDEPRO, Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do Estado de Rondônia. Ainda cumprimentamos Elizeu Miller, Diretor de Polícia do Interior, e Dra. Juraci Henrique, Delegada Geral Adjunta da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Ainda com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, sem apartes, o eminente Deputado Airton Gurgacz.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde, Sr. Presidente Luizinho, a toda Mesa Diretora, meus colegas Deputados e Deputadas, a imprensa aqui presentes, os funcionários desta Casa, a toda platéia aqui presente hoje, Delegados e Policiais aí do nosso Estado e cumprimentar em especial aos Delegados nossos de Ji-Paraná e os Policiais de Ji-Paraná que se encontram aqui presentes também.

Nós gostaríamos hoje de comunicar a inauguração de oito salas de uma escola de música, lá em Ji-Paraná, aonde nós iniciamos essa obra no ano passado ainda quando eu estava Vice-Governador do nosso Estado, começamos em agosto e entregamos agora nesse mês, no dia 9 próximo passado. Essa escola foi feita com oito salas de aulas, toda climatizada para orquestra em ação, aonde a orquestra em ação tem aproximadamente 400 alunos que aprendem, são instruídos

com a música. Esse projeto já está criado há 12 anos e no ano passado nós tivemos a felicidade desse projeto ser escolhido o primeiro colocado para representar e fazer abertura do Programa *Criança Esperança* do nosso país. Então nós tivemos dentre esses mil e duzentos, nós fomos escolhido em primeiro lugar, então é um orgulho muito grande porque esse projeto está colocado dentro da escola José Francisco com o apoio de todos os diretores que passaram por lá, o professor José Antônio, o professor Cerigueli e agora está no comando do professor Hélio.

Então, foi uma obra de trezentos e noventa e cinco mil reais, mas uma obra toda climatizada, muito bem feita, uma obra assim que vai dar mais qualidade para que as crianças possam...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem?

O SR. AIRTON GURGACZ – Aprender muito mais sobre música. O trabalho do PDT é que nós procuremos e procuramos sempre ter a educação de tempo integral. Dentro dessa escola, então, quando a criança de manhã tem aula normal, à tarde ela tem a música como sua parceira e parceria. Também a escola ela oferece a música, elas têm as provas teóricas e têm as provas práticas. O Projeto tem mais de trezentos e cinquenta instrumentos musicais...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Concedida, eminente Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Perdoe-me, Excelentíssimo Sr. Deputado Airton, lhe parar com seu discurso, mas eu não posso deixar de me congratular, dar os parabéns, não só a Vossa Excelência, mas a sua esposa e todos que se empenharam para que isso fosse uma realidade.

Oxalá todos os municípios tivessem uma ideia. Oxalá todos os municípios tivessem realmente pessoas desprendidas de fato realmente para isso acontecer. Isso não é só cultura, eu tenho certeza que enquanto as pessoas estão lá ouvindo e vendo a evolução dessas crianças, desses jovens, principalmente carentes, que eu sei que vocês não cuidam só da comida e do uniforme, imagine a elevação espiritual.

Então, eu gostaria que tivesse um marketing, uma divulgação na imprensa de todo o trabalho que foi feito, isso é história, isso é construção de Rondônia melhor. Eu queria dizer, Deputado Airton, que eu o conheço há muitos anos, mas há pouco tempo que nós estamos tendo esse vínculo de amizade de estar quase todos os dias juntos, mas eu me honro muito ser sua amiga e me honra muito saber que a sua esposa e seus familiares e a sua filha, que não está mais aqui, também cooperou, então nem tudo passa na vida, você vê que nem tudo passa, muita coisa que você planta e que sua filha plantou está gerando fruto e vai frutificar para sempre. Me emociona, enquanto tantas coisas modernas, tanta evolução na internet, eletrônica, e ainda o que perdura ver aquela orquestra e mais a satisfação de ver a vitória de cada um, a vitória individual e coletiva.

Muito obrigada, Deputado Airton. Muito obrigada e parabéns.

O SR. AIRTON GURGACZ - Obrigado pelo aparte, Professora Deputada Lúcia Teresa. Eu gostaria que quando V.Ex^a passasse por nossa Ji-Paraná me chamasse para irmos mostrar a grandeza do projeto. É um projeto onde só tem crianças que têm menos poder aquisitivo e não pagam, não têm custo nenhum, têm prova teórica, têm as provas práticas, nós fornecemos todos os instrumentos, temos parceiros também dentro de nossa sociedade, empresas, empresários que nos ajudam a manter esse projeto, é um projeto difícil, mas que ano passado, como nós ganhamos o primeiro lugar e fizemos a abertura do *Criança Esperança*, e a Rede Globo foi muito feliz quando colocou, agora foi até a Ana Maria Braga e seu papagaio que apresentaram a Orquestra em Ação, falou: '*Orquestra em Ação de Rondônia*', não colocou Ji-Paraná, então, claro, nós também nos sentimos orgulhosos por ser do Estado de Rondônia. É uma ação muito boa e nesse momento nós ganhamos um prêmio também de cento e setenta e oito mil reais por ser o primeiro colocado do nosso país.

Então, é isso que a gente precisa fazer, a escola ficou moderna, ficou bonita, toda com ar-condicionado, tínhamos dificuldades lá dentro, mas ela também funciona em igrejas católicas também ajudando, igrejas evangélicas fornecendo alunos e a gente procura fazer isso. Foi com muita alegria que a UNESCO e a própria Rede Globo ficaram três dias fazendo a filmagem de todas as crianças e mostrando esse projeto. E novamente fomos convidados sem participar, eles nos chamaram de novo para participar desse próximo projeto, desse próximo ano do *Criança Esperança*, mas é uma coisa assim que nos realiza muito. Como você bem tocou, Natália nossa filha ela nos ajudava, quando nós viajávamos, por exemplo, para Jaru, Ouro Preto ou Alvorada fazendo apresentação, ela fazia a maquiagem das meninas porque as pessoas não tinham condições, não é, e a gente também dentro de nossas condições, nós fazíamos, ela procurava fazer esse trabalho. Então foi uma perda, mas é assim que é a vida, nós não sabemos se amanhã estaremos aqui, Deus dá a vida e Deus a tira, então nós temos que estar preparados para amanhã, de repente, estar se apresentando lá, fazendo a passagem para a outra encarnação, mas é isso. Eu fico muito feliz, convido, quero que V.Ex^a e os outros Deputados vão conhecer essa obra, com trezentos e noventa e cinco mil reais foi feita.

Então é isso, Sr. Presidente, eu agradeço a todos os Deputados a atenção, quero aqui também agradecer a presença do Policial Luiz, da Civil do município de São Miguel do Guaporé, o Válder Fernandes, o Maurício, Eliane, Catarina, Jonas e o Jocinei e outras, todos da Câmara de Ji-Paraná. Dizer para vocês que nós estamos aí prontos para ouvir. Sabemos das reclamações, conversei com o Pedro Mancebo, Dra. Juraci e o Secretário da falta de materiais que tem lá na Delegacia de Ji-Paraná e que de repente eles vão procurar dar uma celeridade, e ajudá-los também. Eu também tenho uma indicação aqui hoje sobre a questão das identidades. Ji-Paraná está levando seis meses para serem entregues as identidades, as RG, então nós precisamos também ter uma agilidade aí do nosso Governo através da Secretaria de Segurança Pública para que a gente possa melhorar aí.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Concedido, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Luizinho, eu ia pedir primeiro para abrir o vidro aí para que as pessoas acompanhem a Sessão, eu acredito que aí só tem pessoas de bem no Plenário, está aí a nossa Polícia Civil, os Delegados, Prefeitos, Vereadores. Eu peço que abra os vidros para que eles acompanhem mais de perto, e se estiverem com problema esses vidros, que mande arrumar, mande arrumar o mais rápido possível. E eu queria pedir também para que os Deputados que quisessem usar a tribuna deixassem para usar depois, a hora que o Secretário fosse ser ouvido para que a gente desse agilidade para votar logo projeto de interesse dos nossos Delegados, que é uma reivindicação antiga, é um sonho deles a carreira jurídica. E também parabenizar aqui a Deputada Lúcia Teresa, o Deputado Ribamar, Deputado Lazinho, que ontem estiveram lá no Governo, no Palácio, com a categoria da Polícia Civil e chegaram ao entendimento que nos próximos trinta dias as reivindicações da nossa Polícia Civil vão vir aqui para a Assembleia e chegando aqui nós aprovamos.

Por isso, eu pediria aos Deputados que não usassem o Pequeno e Grande Expedientes para nós votarmos logo esse projeto de interesse dos Delegados e outros que estão na pauta e logo em seguida a gente vai ouvir o Secretário, aí os Deputados falam o que tiver que falar.

O SR. CLEITON ROQUE – Pela Ordem, Sr. Presidente?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, eu era o próximo inscrito no Pequeno Expediente e também tinha uma inscrição no Grande Expediente, mas eu concordo com o pedido, com o apelo do Deputado Hermínio Coelho, até porque se nós prolongarmos aqui a sessão pode se estender e tratar o mais rápido possível a matéria de interesse, principalmente do público aqui presente. Então, eu solicito a minha retirada do Pequeno e do Grande Expediente.

Muito obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Na ordem, então, acatamos o pedido do Deputado Cleiton Roque, o qual pede a renúncia da fala. Solicito também à assessoria que se possível fazer a abertura dos vidros, atendendo ao pedido do Deputado Hermínio Coelho, e pela ordem, Deputado Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu estou inscrito depois, eu gostaria também de abrir mão; abrir mão não, depois a gente fala, depois que votar esse projeto tão importante. Quero cumprimentar todos os Delegados, todos os Escrivães, todas as pessoas da Polícia Civil que estão presentes, bem como Prefeitos e Vereadores. Para nós é um prazer poder votar hoje o projeto de vocês.

Um abraço. Muito obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Atendendo ao pedido do Deputado Adelino Follador, que estava inscrito, também retirada da fala. Pela ordem, Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só cumprimentar e agradecer a presença aqui do Jurandir, que é o Presidente da Associação dos Servidores da EMATER, e do Carlos, que é o Presidente do Sindicato dos Funcionários da EMATER. Obrigado pela presença, companheiros.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Na ordem, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu também estou inscrito no Grande Expediente e também peço a retirada da minha fala. Posteriormente poderei me manifestar, também.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Também acatamos o pedido do Deputado Jesuíno, que no prazo de 20 minutos também renuncia sua fala. Então, pela ordem, com a palavra o Deputado Doutor Neidson.

O SR. DOUTOR NEIDSON – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a todos os presentes, os Policiais Civis, os Delegados e aquela comitiva lá da minha cidade natal, Guajará-Mirim, na qual tivemos uma reunião, duas reuniões lá, uma neste final de semana, e eles expuseram a preocupação que eles também têm. Eles já me disseram que não são contra esse plano dos Delegados, querem que seja aprovado, e com certeza vai ser aprovado hoje, e creio eu, por unanimidade, e que também tem o meu apoio, mas eles nos expuseram a preocupação que eles têm com o Governo do Estado hoje, porque tinha um acordo para que seria mandado junto com o dos Delegados o Plano de Carreiras também deles e da Polícia Técnica no qual não tem muitas condições hoje para realizar os seus trabalhos. E eu não poderia deixar de mudar a minha fala agora para poder tenta sensibilizar a todas as Vossas Excelências e ao Governo do Estado também para que possa entrar aí em comum acordo com os outros, as demais classes da Polícia Civil, para que possam realizar e mandar também esse Plano de Carreiras para que nós possamos aprovar. Porque nenhum Deputado aqui é contra o Plano de Carreiras de nenhum servidor. Eu também, como servidor público, sou completamente a favor, porque todo servidor público ele tem que ter suas garantias do trabalho, tem que ter o seu Plano de Carreiras. E como servidor da Saúde, também, cabe a mim também solicitar ao Governo que entremos em comum acordo também para que possamos mandar o Plano de Carreiras da Saúde também para a nossa Assembleia para que seja votado.

Quero agradecer, também, ao Coronel Caetano; ao nosso Líder do Governo, o Deputado Luizinho Goebel. Como esteve disponibilizado uma PC para Guajará-Mirim para tentar arrumar a ponte, uma ponte do Salomão, a qual está danificada, mas infelizmente a PC não conseguiu, viu, Deputado Luizinho, levantar, porque tem uma estrutura de ferro já bem antiga da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e não foi possível. Mas

vamos ver outras possibilidades até que seja adiantado o Projeto para a construção de uma nova ponte.

Era isso. Eu quero ser breve e quero deixar o meu apoio a todos os Policiais Civis e aos Delegados também, que acredito que vai ser aprovado, por unanimidade, hoje. Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Desta forma, encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra, por um prazo de até vinte minutos, com apartes, o ilustre Deputado Ezequiel Júnior, que representa a grande região de Machadinho.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas, quero cumprimentar a nossa platéia seleta presente na data de hoje, nesta tarde tão especial, aqui na Assembleia Legislativa; cumprimentar a todos os nossos honrados servidores da Polícia Civil, Agentes, Datiloscopistas, Escrivães, da Capital e do interior que nos prestigiam nesta tarde aqui.

Quero, através do bravo Delegado da Polícia Civil de Machadinho D'Oeste, Doutor Sérgio, cumprimentar a todos os Delegados aqui, nesta tarde.

Vejo que o momento, Presidente, eu poderia abrir mão da minha fala de hoje, mas o assunto que eu venho tratar aqui é de interesse de todo povo, mas, principalmente, das autoridades policiais deste Estado. Quero aqui mais uma vez ser a voz do povo no município de Cujubim.

E quero dizer para os Delegados que aqui estão, para o Secretário de Segurança, com quem conversei agora há pouco, hoje quem está mandando em Cujubim é o bandido, a bandidagem tomou conta do município de Cujubim. Tem policial pedindo transferência, tem policial querendo ir embora, com medo de Cujubim. Aí, imaginem os senhores, se até a Polícia tem medo hoje de morar no Cujubim, policial que porta arma na cintura, imagine um pai de família, que por conta do *Estatuto do Desarmamento*, que eu não concordo, não pode ter uma arma para a sua defesa. Os números dizem tudo no município de Cujubim. Até o dia de ontem aconteceram em 2015, Deputada Lúcia Tereza, 12 homicídios em Cujubim, numa cidade de 16 mil, não tem 16.000 habitantes. Doze homicídios em menos de quatro meses. Seis tentativas de homicídios, 19 lesões corporais, 24 roubos, 22 ameaças, 60 furtos, 13 veículos furtados, 04 veículos roubados.

Dias atrás, eu falei a mesma coisa aqui, Deputado Adelino, o senhor sabe, o senhor é da região, esteve em Cujubim, do domínio da criminalidade, da bandidagem naquela cidade. Pedi e agradeço ao Secretário de Segurança, Doutor Reis, que enviou para lá a Força Nacional. Só que a Força Nacional chega às dez da manhã no município de Cujubim e quando é duas horas da tarde vai embora, Deputada Lúcia Tereza. Então, fica das dez da manhã às duas da tarde, abordando agricultor, abordando pessoas de bem, pais de família no centro da cidade, enquanto isso a bandidagem faz a festa. E a coisa lá está tão bagunçada, os bandidos estão agindo de tal maneira lá, tão à vontade que eles não estão se contentando apenas com invadir as casas, invadir os comércios e levar o que estão querendo, não. Estão humilhando, estão torturando, e estão matando pais de família e mulheres jovens lá no município de Cujubim.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Já, já, Deputada.

Então, Deputado, o Secretário de Segurança, Doutor Reis, que está nesta Casa, é um pedido de socorro que eu faço neste momento ao povo honrado, de bem e trabalhador do município de Cujubim. A bandidagem está mandando lá. É lamentável a gente ter que admitir isso e ter que falar numa tribuna na Assembleia Legislativa, mas os números por si já dizem tudo, é uma vergonha o que está acontecendo lá. E não adianta a Força Nacional chegar às dez da manhã e sair às duas da tarde, porque só estão abordando pessoas de bem, pais de famílias, comerciantes, agricultores, e a bandidagem continua fazendo a festa, continua matando, roubando, estuprando, humilhando quem trabalha e quem produz ali naquele município.

A Sra. Lúcia Tereza – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Pois não, Deputada Lúcia Tereza.

A Sra. Lúcia Tereza – Deputado, até me assusta Vossa Excelência falar isso. Quantas entradas tem e quantas saídas tem Cujubim? Uma entrada que entra e...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Tem várias...

A Sra. Lúcia Tereza - Eu gostaria de saber se Vossa Excelência sabe de algum estudo do porquê, se são pessoas de fora, marginais de fora, se são pessoas da cidade, o porquê de estar acontecendo isso? Tem um estudo? Alguma coisa, uma razão social, desemprego? O quê que é exagerando, já me assustou agora, porque dezesseis mil habitantes, Vossa Excelência falou em homicídios 12, mais 06 tentativas, já são 18. Então, me assusto, e a Força Nacional, a nossa PM, a nossa Polícia Civil?

Então, gostaria de saber se tem um fator determinante especial, específico para estar acontecendo de repente isso em Cujubim, que no começo quando nasceu Cujubim que as diferenças individuais são maiores, havia mais convívio e agora está acontecendo isso. Vossa Excelência descobriu, sabe o quê que é?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Deputada, Cujubim hoje não tem Polícia Civil e não adianta esperar concluir a obra da UNISP lá, não adianta aguardar, o problema tem que ser resolvido agora, porque nós estamos falando de vidas. Então, para começar, não tem Polícia Civil lá...

A Sra. Lúcia Tereza – Não tem. E Militar?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – E segundo, apenas dois Policiais Militares estão fazendo a ronda ostensiva lá, apenas dois, no máximo três por dia. Então, a bandidagem da região já sabe que lá é mamão com açúcar, é chegar e levar. Hoje, em plenas dez horas, estavam invadindo comércios lá, assaltando em plena luz do dia, nove, dez da manhã, isso é uma vergonha,

isso é um absurdo e o povo de bem de Cujubim está pedindo socorro.

O Sr. Adelino Follador – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizar, inclusive eu tinha anotado aqui para fazer esse discurso. Recebi mais de 10 telefonemas hoje de Cujubim desesperados. E eu quero dizer que o ano passado nós estivemos com o Secretário Reis, aonde veio o Pastor, Prefeito, Vereadores e Presidente da Associação Comercial, fizemos reuniões, e foi para lá um Delegado, a cada quinze dias fazia um trabalho, na quinta, sexta e sábado, e seria um final de semana em Alto Paraíso e outro final de semana em Cujubim, também parou. Teve uma operação, teve um Delegado que ficou lá um mês, agora uns dois meses atrás, também fez um trabalho bom, inclusive apurou mais de dez homicídios lá, mas o problema é que não é uma coisa continuada e já mudou o Banco do Brasil, já mudou o BASA de lá, já mudou, ninguém mais aguenta, e hoje, ontem e hoje foi um desastre, parece que os bandidos foram todos para lá.

Então, com certeza é uma preocupação, já liguei para o Comandante lá de Ariquemes, e o Secretário Reis está aqui, quero fazer um apelo, precisa fazer uma operação e depois tem que ter uma continuidade para que os bandidos não tomem conta.

A Deputada Lúcia falou, Cujubim, a questão de madeireiras, questão de madeira, tem muito empregado que vem de fora, às vezes sem família, muitos empregados de serraria que vêm e junta todo mundo lá, é tipo um garimpo. Então, o clima fica tenso, precisa de mais policiais, é como o Deputado falou, os policiais lá estão pedindo para sair porque eles têm medo de morar lá dentro, o Delegado mudou de lá porque disse que não tinha segurança, o Delegado está concursado lá para dentro, tinha um agente, ele mudou porque ele disse que não tem segurança para morar lá, imagina o povo. Sabemos que tem que ter uma estrutura também, não vamos exigir que o Delegado fique lá sozinho também sem um amparo policial que precisa ter, é questão, com certeza, quem lida com bandido tem que ter segurança.

Então, parabenizar o Deputado por esse assunto e com certeza é um assunto de relevância. Espero que o Secretário de Segurança junto com a Polícia Militar e a Polícia Civil façam um trabalho para dar mais tranquilidade para Cujubim.

Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Eu quero deixar registrado nesta Tribuna aqui ao esforçado Secretário de Segurança do Estado, Dr. Reis, que é um grande Secretário, a gente tem observado a preocupação dele, só que essa preocupação tem que se concretizar, porque nós sabemos da insegurança em todos os municípios, isso é em nível de Brasil. Agora, em Cujubim a coisa está esculhambada, em Cujubim já está ficando feio para a Polícia do Estado, porque lá quem está mandado hoje não é a polícia, não, o povo de bem está sendo refém, lá o cidadão não pode mais pensar em trabalhar e adquirir um carro novo ou uma moto nova porque já fica com medo. Então, quero

deixar registrado aqui nesta Tribuna o pedido, em nome da população de Cujubim, ao ilustre Secretário de Segurança, que envie uma força-tarefa para ficar o período necessário no município de Cujubim, uma força-tarefa conjunta das Polícias Militar e Civil, porque esse desmando não pode mais acontecer.

O Sr. Hermínio Coelho – Um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Sim senhor, Deputado Hermínio.

O Sr. Hermínio Coelho – Deputado Ezequiel, o Deputado Airton estava me mostrando aqui que parece que sábado passado, sexta-feira, em Ji-Paraná, teve 12 assaltos em residência, não sei quantos furtos de carros e um monte de coisa, mais de 20 crimes, 12 casos de furtos a residências um dia só e 08 roubos a pessoas, 20 furtos num dia, assalto, furto num dia só, numa sexta-feira em Ji-Paraná. Esse faroeste na região, na grande Ariquemes, é porque quando as pessoas chegam a falar, denunciar como você está denunciando, é porque passou dos limites, mas o faroeste lá em Alto Paraíso, na grande Ariquemes toda, sempre teve, o crime organizado, a pistolagem, todo o tipo de crime de bandidagem tem no Estado inteiro, que tem Porto Velho também, isso aqui também é um matadouro, Porto Velho. Agora, a vergonha, como é que um município, um município que tem 16 mil habitantes, tem apenas dois policiais militares e nenhum policial civil? É lógico que é muito bom ser bandido num lugar desses, porque isso não tem lógica você colocar um ônibus coletivo, apenas um ônibus coletivo se a polícia for fazer qualquer tipo de combate à criminalidade num ônibus coletivo tem que ter dois policiais militares e numa cidade de 16 mil habitantes que tem uma extensão rural grande, problemática como é Cujubim, aí tem dois policiais militar. É como falei para Vossa Excelência, é um faz de conta. Agora, ficar reclamando e pedindo para o Secretário, Deputado Ezequiel, não vai resolver nada, o problema é o Governo, é o Estado, que eu venho sempre dizendo que o nosso Estado está quebrado, o nosso Estado está quebrado, as pessoas vivem empurrando, o Governo vive empurrando e fazendo de conta, porque não tem solução não o negócio, a não ser a gente rezar e orar. Rezar e orar porque não tem jeito. Qual é a ação, o que é que o Estado pelo menos está pensando, pelo menos discutindo com relação à segurança ou à saúde ou ao esporte ou à educação ou qualquer tipo de política neste Estado? Não tem nenhuma.

Por isso, Deputado Ezequiel, quando a gente fala no desânimo é porque infelizmente a realidade é essa. E se a gente não tiver, tanto a Assembleia, porque nós também aqui não vamos resolver nada sozinhos, se nós da Assembleia, junto com a sociedade e com o Governo, se nós procurássemos mudar essa realidade, nós mudaríamos, mas tinha que ser todo mundo junto, o Governo, a Assembleia, as Prefeituras e o povo, senão não adianta. Nós vamos ficar aqui sempre falando dessas histórias que parece... é triste, mas infelizmente é a realidade e é no Estado inteiro. Porto Velho aqui, Porto Velho que eles nem citam nas estatísticas no Brasil, eles falam que João Pessoa é a cidade mais violenta do Brasil, eu acho que eles não pesquisaram Porto Velho. Porto Velho já chegou ao ponto de as pessoas serem assaltadas, assassinadas e nem fazer

ocorrência, porque aqui ninguém resolve, está todo mundo entregue, sei lá, à própria sorte.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Deputado, eu espero que adiante sim. Eu estou falando aqui, eu estou fazendo a minha parte de legislador, de ouvir a população, de cobrar, de reivindicar, de denunciar. Agora, o Governo é que tem que tomar as medidas, as suas atitudes para resolver esse problema. A minha parte, enquanto legislador, eu estou fazendo, que é ouvir a população, que é cobrar. Agora, o Governo é que tem que tomar uma atitude através da Secretaria de Segurança e pensar em vidas que estão sendo ceifadas por mixaria, por pouca coisa, que bandido quer tomar do povo trabalhador do município de Cujubim.

O Sr. Edson Martins – Conceda-me um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Sim, Deputado.

O Sr. Edson Martins – Deputado Ezequiel, eu quero lhe cumprimentar e parabenizar pela sua preocupação realmente com a situação de Cujubim. Cujubim, historicamente, é um município que tem acontecido muitos índices de violência muito altos, talvez pela imigração, área de conflito agrário também, e um município com uma economia, talvez, muito forte, a questão da madeira que realmente muitas pessoas que migram de outros municípios, de outro Estado pela extração da madeira, porque realmente a população está muito apavorada. Eu acompanhei, esses dias, o Prefeito Fábio, os Vereadores, com o Secretário de Segurança, com o Governador e quando realmente dá para perceber a preocupação dos Vereadores, do Prefeito. O Prefeito é uma pessoa simples, uma pessoa séria, trabalhadora, os Vereadores preocupados realmente com a situação de Cujubim. Lá está sendo construída a UNISP, que com certeza vai ser muito importante para o município, mas na verdade não dá mais para esperar. Eu acho que Vossa Excelência está de parabéns, a Secretaria de Segurança, Dr. Reis, até inclusive disse para a gente que já havia tomado as providências, que a Força Nacional ia ficar lá dentro, mas realmente precisa ficar permanente lá dentro. Não pode a Polícia Civil ficar saindo de Ariquemes para ir lá em Cujubim, porque com certeza vai lá para registrar as ocorrências e acompanhar depois dos fatos acontecidos. Eu acho que precisa realmente um trabalho da Polícia com a Polícia presente no município de Cujubim. Então, parabéns. Eu acho que nós temos que realmente nos preocupar e realmente ser a voz do povo numa hora dessas. Então, está de parabéns Vossa Excelência com esse discurso tão importante na questão de Cujubim.

Parabéns.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – E para enfatizar mais ainda a gravidade do problema, foi a execução, a morte de um Policial Militar a cerca de trinta dias atrás, lá no município de Cujubim, o Policial de nome Campos. Então, até o Policial morreu em combate. Quero mais uma vez cumprimentar os Delegados aqui e dizer que esse projeto terá o meu voto favorável. Agora, eu estaria votando mais satisfeito ainda se o Plano de Carreira de todos os servidores da Polícia Civil estivesse sendo votado, no dia de hoje, junto. O Poder Executivo Estadual deveria ter se

atentado a isso e deveria ter mandado o Plano de Carreira dos demais servidores e dos Delegados para serem votados juntos, porque na hora do trabalho, na hora do pega, todo mundo está lá para agir junto, para trabalhar junto, para defender o cidadão. Mas hoje nós já tivemos essa boa notícia de que em 30 dias o Plano de Carreira dos Servidores chega aqui e vão ter o meu apoio, vão ter o meu voto de confiança porque vocês merecem.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Deputado Jesuíno.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Só para falar sobre a situação, Deputado Ezequiel, a falta de efetivo, foi fechada recentemente a Base do Caladinho, e fizeram uma série de reivindicações, inclusive nós estivemos presentes, estava lá eu, o Deputado Leo também foi lá, solidário à causa. Inclusive o cidadão falou que nós éramos 24 Deputados frouxos, que a gente não tinha pulso.

Então, é uma agressão. Quem é o poder, quem é que tem o poder sobre as polícias se chama Confúcio Aires Moura. Hoje, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Agente Penitenciário vive o estado de calamidade. Você entra numa localidade, falta papel, falta água, faltam as condições de trabalho, totalmente inadequadas, falta o efetivo, falta Delegado, falta Agente de Polícia, falta o Policial Militar. Então, até quando nós iremos ficar aqui nesse murmúrio? Temos que tomar outras medidas, sejam judiciais, sejam medidas também políticas, convocar, se for necessário realmente, que vai ter uma assembleia, vai ter uma Audiência Pública no dia 16, que foi um Requerimento feito pelo Deputado Leo para discutir essa situação dos convocados, dos concursados. Mas é isso aí.

Outro ponto que bem ressaltou é essa questão do PCCS dos policiais civis, dos Delegados. Eu, como dizem, eu estou fazendo um projeto aqui, uma emenda para discutir, que é de interesse não só dos policiais civis e militares também, que daí a gente tem que dar essa oportunidade, na carreira jurídica também que possa ascender, seja o policial civil, seja o policial militar. Sobre também esse Plano de Carreira, isso vem sendo discutido há anos, aí fica nesse murmúrio.

Eu já tinha feito o compromisso que esse projeto poderia passar dessa emenda, mas quando viesse o projeto de regulamentação da lei, aí o negócio ia ficar diferente, que o Estado só iria passar se houvesse o encaminhamento do PCCS, que é um direito. E assim como o Deputado Leo fez o compromisso também em defender caso viesse. Mas infelizmente quem está ficando sempre aqui em maus lençóis é esta Casa. O Governo faz uma série de projetos aí em nível de educação, aí chega aqui, quem tem que dar a solução, quem tem que fazer as devidas alterações é esta Casa. Então, a gente tem que começar a mudar realmente esta posição, que o Governo que faça a questão e a gente vem para a aprovação. E o compromisso também, quando vier até o final de maio o projeto, a gente vai dar parecer também em Plenário, não vai ser em Comissão, vai ser em Plenário, como foi feito aqui. Então vai ser aprovado de forma célere, como foi feito o do Delegado. Aqui, o pau que dá em Francisco tem

que dar em Chico, é de mamando a caducando e esta Casa aqui tem compromissado com todos os servidores.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – É verdade, Deputado Jesuíno. A casa vai votar o que chegou aqui enviado pelo Executivo. Se o Poder Executivo tivesse enviado o Plano de Carreira dos Servidores, nós estaríamos votando com louvor, porque é merecido.

O Sr. Laerte Gomes – Deputado, um aparte?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Sim, Deputado Laerte.

O SR. Laerte Gomes – Nobre Deputado, parablenzo Vossa Excelência pelo tema que traz a esta Casa esta tarde, num momento oportuno, onde está o nosso Secretário de Segurança Pública, aqui os delegados, os policiais, a questão de falta de segurança em Cujubim. Estive lá no domingo fazendo uma visita, visitei a linha B86, a B90, e a gente sente essa preocupação realmente da população, esse medo por sentir a falta do Poder Público lá, a falta da segurança pública. Então, Vossa Excelência, como sempre, traz temas importantes a esta Casa, vosso mandato tem sido em defender a população da grande região de Ariquemes, então eu quero lhe parabenizar de um tema preocupante no município de Cujubim, um município que a gente vê forte, que produz economicamente, mas que sente a falta do Poder Público de uma forma muito grande lá naquela região. Então, parabenizo Vossa Excelência pelo tema que traz.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Presidente, era o que eu tinha para o dia de hoje.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Permita-me um aparte, Deputado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Eu vejo o tema que o senhor traz a essa tribuna, e não é diferente com a minha cidade de Vilhena, a cada dia aumenta o índice de criminalidade e isso realmente preocupa e amedronta toda comunidade, toda a sociedade. Agora, eu ia imaginando, hoje pela manhã, nós tivemos uma reunião com os nossos honrados policiais civis e com todo esse caos que já está instaurado no Estado de Rondônia, nós temos uma possível paralisação da nossa Polícia se o Executivo não enviar aqui no mínimo parte das suas propostas e melhorias. Hoje, nós estamos avançando com a questão dos Delegados, mas nós não podemos deixar fora as nossas Polícias, em especial hoje defendendo aqui a nossa Polícia Civil do Estado de Rondônia, porque se já estamos enfrentado esse caos, imagine se a nossa forte polícia cruzar os braços, aí se as pessoas, se nem os policiais querem ficar em Cujubim, nós cidadãos de bem deste Estado não vamos conseguir ficar aqui no Estado de Rondônia.

Então, de antemão, já pedimos aqui a sensibilidade do nosso Secretário de Segurança, Delegado Reis, para que possa, o mais rápido possível, contribuir para que a gente avance na

melhoria também para nossos policiais civis do Estado de Rondônia na questão remuneratória.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Obrigado, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS – Uma Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Questão de Ordem ao Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, eu só gostaria de cumprimentar a todos os Delegados aqui e os Policiais, os Agentes. Eu acho que hoje, falando de segurança pública, que é o discurso do Deputado Ezequiel, eu acho que é uma grande conquista dos Delegados, quando então hoje o projeto para ser votado da carreira jurídica, com certeza, terá o meu, o nosso apoio e também o plano de carreira que nos próximos trinta dias que terá já um compromisso do Executivo já estar nesta Casa para atender toda a categoria.

Mas eu gostaria também de falar sobre os datiloscopistas, que também são quase duzentos datiloscopistas, que também têm uma reivindicação, que eles fazem o trabalho de perito já há muitos anos, e eles têm realmente alguns Estados que já conseguiram a elevação de nível deles, uma ascensão deles para o cargo de perito papiloscopista. Então, nós vamos está trabalhando, amanhã nós vamos ter uma reunião com o vice-Governador aonde vão estar também encaminhando essa reivindicação dos datiloscopistas, convidar os Deputados que puderem também estar presentes nessa causa para que a gente possa também incluir e trazer nesse plano de carreira também já essa reivindicação dos datiloscopistas também, que realmente têm prestado um grande trabalho para a Secretaria de Segurança do Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Ainda no Grande Expediente, com o prazo de até vinte minutos, com apartes, o Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, vou ser bem breve em vista aí das matérias, temas importantes que temos aqui hoje para votar e também aonde vamos ouvir o Presidente da EMATER, foi convocado para esta Casa, Secretário Luiz Gomes.

Dizer, senhor Presidente, agradecer aqui a presença dos nossos Delegados de Polícia Civil que estão aqui do Estado todo aguardando hoje a votação de um projeto importante para sua categoria, para categoria dos Delegados, também os nossos policiais civis se fazem presentes aqui de todo Estado, Presidente do Sindicato, Jales, do SINSEPOL, todos da diretoria se fazem presentes. Como os colegas falaram aqui, eu estendo a minha palavra à deles, a vontade desta Casa de estar votando esse benefício a todos os servidores da Polícia Civil, mas quem manda o projeto para cá é o Governo, e o Governo mandou só a carreira jurídica dos Delegados. Mas, senhor Presidente, se comprometeu até maio de mandar o PCCS, o Plano de Cargo e Carreira e Salários dos policiais, de todos os servidores da

Polícia Civil para esta Casa. E assim que chegar aqui, eu gostaria de solicitar aqui ao presidente da CCJ, Deputado Marcelino Tenório, ao Presidente desta Casa, que se fizesse o mesmo que foi feito com o dos Delegados, que desse o parecer, Deputado Leo, ou lá no plenário da CCJ, mas que fosse colocado em pauta aqui no mesmo dia para nós votarmos esse tão merecido PCCS dos servidores da Polícia Civil. Agora, eu queria falar uma coisa para vocês, nem tudo que o Governo fala acontece, estejam vigilantes cobrando, porque se em maio esse plano não chegar aqui, nós vamos estar aqui nessa tribuna cobrando o compromisso do Governo que muitas vezes tem falhado, muitas vezes tem falhado no compromisso que faz com as categorias.

Então, nós esperamos que o Governo mande o PCCS da Polícia Civil aqui a esta Casa até o mês de maio, Deputado Airton, para nós podermos votar, podem ter certeza que nós vamos estar vigilantes aqui desta tribuna como estamos vigilantes com os servidores colegas de vocês que foram demitidos pela EMATER, cobrando uma explicação aqui do Secretário da EMATER, vamos estar aqui cobrando explicação do Governo sobre o PCCS de vocês.

Dizer, senhor Presidente, que esse final de semana estivemos, domingo, no município de Cujubim, visitando a linha "B"-86, a B90 e outras linhas, junto com o Pedro, Pedro da Belo Horizonte, junto com Zé da Onça, junto com o presidente do PEN, do meu partido, o Jorjão, onde fomos conhecer lá a realidade no município de Cujubim. No sábado, estivemos em Alvorada, na Linha Zero, lá na propriedade do Vereador Jonacir, acompanhado do nosso Presidente da Comissão de Agricultura, o Deputado Lazinho, onde fomos participar de um *Dia de Campo* da EMATER sobre a cafeicultura, café clonal, lá na propriedade do Vereador. E eu conversando com o Vereador, a EMATER, quero aqui congratular ao trabalho que a EMATER faz de assistência técnica, mas eu tive a curiosidade de perguntar para o proprietário da área, Deputado Luizinho, Vossa Excelência é da região também, Deputado Lebrão, inclusive tinha lá um benefício de Vossa Excelência, o calcário, eu tive a curiosidade de perguntar e ver que aquela estrutura toda do Governo no evento e tive a curiosidade de perguntar ao proprietário da área qual era o investimento do Governo no Estado ali naquela propriedade, Deputado Lazinho, e o proprietário disse o que eu já sabia, que não tinha nada do Governo. Ali é fruto e merecimento do trabalho dele, investimento do bolso dele. E é o que nós temos defendido na política agrícola do Estado, Deputado Lazinho, e Vossa Excelência defende muito bem isso, que o Governo tem que subsidiar o pequeno produtor, tem que ter parceria. Para propriedades como a do Jonacir, nós ampliarmos em muitas em nossa região. Vossa Excelência já se comprometeu de colocar uma emenda no valor de oitenta mil reais para aquisição de mudas de café clonal para atender aos produtores ali da região de Terra Boa, que hoje é uma das bases da economia do município de Alvorada do Oeste. E nós também vamos colocar uma emenda ali junto com a sua para que nós possamos fazer um trabalho em conjunto para aquela região como forma de fortalecer o produtor, gerar emprego e renda para a sua família e consequentemente o produtor com dinheiro no bolso, o seu filho com dinheiro no bolso, quem ganha é a cidade, quem ganha é o comércio que vende mais, Deputado Jean, e vai gerar mais emprego lá na cidade.

Então, eu quero parabenizar aqui ao produtor, ao Vereador Jonacir, que é o proprietário lá do sítio, que fez um belo encontro, tem uma bela lavoura de café. Dizer também da visita que realizamos a Cuiabá, numa missão aqui da Assembleia Legislativa, acompanhada do Deputado Jean, do Deputado Só Na Bença, Deputado Edson Martins, Deputado Alex Redano e do Luciano, que é o nosso Secretário de Planejamento aqui da Casa, aonde fomos conhecer lá, acompanhar os trabalhos da CPI de incentivos fiscais e sonegação no Estado do Mato Grosso. Eles estão na fase de início também da mesma forma, com uma parceria do Governo onde está fazendo o levantamento das empresas, repassando à CPI para que sejam tomadas providências. A CPI tem um foco, Deputado Adelino, direcionado ao regime especial, às cooperativas e ao incentivo fiscal. Então, acreditamos que é um trabalho que vai estender, que eles estão iniciando também, através de consultorias, através de parcerias com o Tribunal de Contas e que já chegaram a dados, que dos 100% das empresas que obtiveram incentivos fiscais, que são 850 no Estado do Mato Grosso, até agora já foi apurado, 10% estão corretas, 70% estão com pendências que são sanáveis e os outros 20%, Deputado Edson, que são empresas que não estão cumprindo e que vão perder o benefício. Então, interessante, foram trazidos para cá esses dados e vão ser estudados aqui por esta Casa e pela equipe técnica também da mesma forma.

Dizer também que estive hoje no Tribunal de Contas, com os Conselheiros e principalmente com o Conselheiro Dr. Paulo Curi, que é responsável pelas contas do DER, onde levamos o que nós tínhamos falado na semana passada da denúncia sobre o seletivo que foi feito no DER, principalmente na segunda fase, a fase onde chama-se de prática, os testes práticos, aonde nós observamos um imenso apadrinhamento político para poder passar aqueles que apoiaram os candidatos do Governo e os candidatos do DER na eleição passada. É impressionante, Deputado Lazinho, observar pessoas com 15, 20 anos de experiência em máquina, 20 anos de carteira assinada, na prova prática tiraram nota dois, e aqueles, alguns, Deputado Cleiton, que não conseguiam nem dar partida na máquina tiraram nota seis, sete. Um claro apadrinhamento e para minha surpresa tinha que levar foto. Com certeza para os diretores do DER, eu não falo diretores em geral, porque eu tenho sempre reservado o Coronel Caetano, que eu o tenho como uma pessoa séria, uma pessoa correta, mas alguns diretores executivos com certeza para estar olhando a foto e dizer: "Esse apoiou. Esse não apoiou. Esse tira nota boa e esse não tira". Nós queremos saber quais os critérios que foram feitos para essas pessoas que não têm competência, experiência nenhuma em máquina e tirar as notas que tiraram. E os que têm experiência, 20 anos, eu vi um, Deputado Adelino, com carteira assinada, tirando nota dois, já passou em dois testes seletivos do DER com notas altas e agora porque não apoiou os candidatos voltados ao DER tirou nota baixa. Então nós estivemos lá fazendo essa denúncia já, hoje, no Tribunal de Contas. A denúncia, ela é importante porque pessoas se prepararam, estudaram, alimentaram a esperança com a sua experiência de passar no teste seletivo, mas infelizmente, pelo que a gente percebe, pelo que parece, já era um jogo de cartas marcadas, Deputado Ezequiel. Eu estive lá hoje fazendo

esse que é o meu papel de fiscalizar, legislar e quando preciso denunciar aos órgãos.

Então, eu queria deixar aqui, porque o tempo hoje ele corre, Deputado Alex Redano, que esteve conosco em Cuiabá e Deputado Hermínio, o tempo corre e nós temos matérias importantes e temos uma convocação ainda aqui do Secretário para prestar esclarecimentos a esta Casa e deixar aqui o nosso recado aos servidores da Polícia Civil, todos os servidores, policiais, escrivães, zeladoras, vigias, enfim, a todos vocês, podem ter certeza nós vamos estar vigilantes e aguardando chegar o Plano de Carreiras, Cargos e Salários de vocês. Avisar aqui, o prazo é maio. Em maio, não é junho, não é julho, não é agosto, não é setembro e não é o ano que vem. O prazo é maio, daqui a 30 dias. Daqui a 30 dias nós vamos estar aqui cobrando que o Governo envie esse plano pra cá. E se enviar nós vamos votar e parabenizar o Governo e se não enviar nós vamos estar denunciando mais uma mentira do Governo com esta Casa aqui.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Com a palavra por até 05 minutos o Deputado Jean de Oliveira. E anuncio aqui, pela ordem do Presidente Maurão de Carvalho, que haverá uma inversão de pauta e primeiramente após a palavra do Deputado Jean, segue o rito normal para que a gente possa pôr em apreciação a PEC dos Delegados da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, nobres Deputados, a minha palavra será rápida, mas eu não poderia deixar de fazer uso da palavra, até porque o motivo que me traz a esta tribuna é um motivo muito sério.

O motivo que me traz aqui, senhor Presidente, é a questão que hoje perturba e tira o sossego das famílias de produtores rurais da Ponta do Abunã, o motivo desse medo e dessa insegurança que hoje vivem aqueles produtores é a notícia que por lá se espalhou de que a empresa de Georreferenciamento trabalhando para o *Terra Legal* já estava de posse de um mapa atualizado dizendo que a FUNAI estaria reivindicando junto ao Governo Federal posse das glebas Euclides da Cunha e Marmelo, que passariam a fazer parte de uma redemarcação de terras indígenas Kaxarari. Nessa região moram trabalhadores agrícolas, são mais de mil famílias que moram naquela região, moram, produzindo de forma legal, porque essa região é uma região de assentamento do INCRA realizado em 1983, denominado Projeto Alto Madeira. É uma região de rica produção agropecuária onde está localizado o maior rebanho bovino do município de Porto Velho, uma produção agrícola diversificada, soja, milho, feijão, arroz, macaxeira, abacaxi, além da produção de verduras e legumes. Onde é localizada a maior fábrica de farinha de Porto Velho, é onde está a Associação de Pequenos Agroavicultores do Projeto RECA, o famoso Projeto RECA que é exemplo de organização social produtiva de base da família comunitária, referência mundial pelo jeito de promover sustentabilidade respeitando a sociobiodiversidade da Amazônia. Exemplo de um produtor rural que conhece a realidade da região é o senhor Júlio Pereira

Pimentel, que está hoje aqui no Plenário, Senhor Presidente, ele é testemunha ocular da história do trabalho daquelas famílias. O senhor Júlio mora e produz na Ponta do Abunã há 30 anos, o Deputado Lebrão que conhece bem aquela realidade, essa história da redemarcação revoltou a todos, os produtores rurais da Ponta do Abunã que vêm empreendendo uma luta árdua pela emancipação, a emancipação pleiteada a partir da questão da subexistência daquela área, provando que é uma área rica, que tem condição de virar município.

Mas um agravo, conforme informação dos moradores indígenas, é que os próprios indígenas não aceitam a redemarcação. O que tem que deixar bem claro aqui, Deputados, é que nós estamos falando da Ponta do Abunã que é a região mais produtiva do município de Porto Velho, é quem de fato produz em Porto Velho. Nós estamos falando de uma redemarcação em uma área produtiva, não é área fechada, não é área de mata fechada, é área aberta, pastagem, área agrícola. Testemunhas dos próprios indígenas estão dizendo que são contrários a essa redemarcação, porque, de acordo com os indígenas, os índios não querem área aberta, não querem área de lavoura, área agricultável, índio quer floresta. Essas são as palavras de indígena Cacique da aldeia Kaxarari, não tem como se permitir isso, o caos vai se instalar na Ponta do Abunã, nos Distritos de Extrema e Vista Alegre.

Por isso eu venho aqui, nobres Deputados, apesar de ser uma matéria de tratativa federal, eu venho pedir apoio dos nobres Parlamentares para que juntos possamos realizar uma Audiência Pública no Distrito de Extrema, na Ponta do Abunã, para tratar a respeito desse tema polêmico. Nós não podemos fechar os olhos, cruzar os braços e aceitar a ampliação, ou seja, a redemarcação dessa área indígena, até porque os próprios indígenas se socializam com o cidadão branco. Hoje, esse testemunho, Deputado Neidson, é testemunho dos próprios indígenas que dizem que hoje os indígenas estão integrados, hoje tem indígena casado com homem branco, nós já temos fruto da relação do homem branco com indígena naquela região e os próprios indígenas entendem que isso é uma situação polêmica que gerará uma crise de relacionamento entre eles.

Então, eu venho pedir aqui, Presidente, eu estou propondo, confeccionando um requerimento, pedindo a esta Casa que na primeira sexta-feira do mês de junho, nós, a Assembleia Legislativa, possamos fazer uma Audiência Pública com caráter de deliberar uma proposta e encaminhar à Câmara Técnica de Discussão das Redemarcações de Áreas Indígenas no País, para que eles entendam que Rondônia, principalmente aquela área da Ponta do Abunã, não cabe uma redemarcação de área indígena, não podemos permitir que uma área que produz, que tem uma densidade demográfica alta em referência a outras regiões de Rondônia, possa se perder para uma redemarcação com falta de entendimento. Eu tenho certeza absoluta que isso está sendo feito por pessoas que não conhecem a realidade da Ponta do Abunã. D e p u t a d o Lebrão, Vossa Excelência que conhece muito bem Vista Alegre, sabe a dificuldade e a luta daquele povo em prol da emancipação, tornar a Ponta do Abunã um município, que é mais do que justo, e agora recebe essa notícia. Nós não podemos ficar aqui de braços cruzados, como eu já disse, nós precisamos movimentar, até porque o Parlamento Estadual representa a população deste Estado, representa a Ponta do

Abunã e nós somos legítimos na defesa da nossa população, mesmo que seja uma matéria de cunho federal.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Deputado. Só parabenizar aí pelo seu pronunciamento e eu entendo que Vossa Excelência tem razão e que nós temos que realizar uma Audiência Pública aqui para tratar desse assunto, não somente dessa demarcação de terra indígena na Ponta do Abunã, ainda existem também rumores no Vale do Guaporé, no Distrito de Porto Murtinho, e nós entendemos também que o Governo do PT foi desastroso desde o início do Governo Lula até aqui. E a Ponta do Abunã foi vítima, criaram-se lá um parque, um Parque Florestal Federal, nem imaginação para colocarem o nome tiveram: *Mapinguari*. Isso quer dizer em português: Saci-Pererê. Um milhão e duzentos mil hectares desapropriados no norte do Brasil para favorecer interesses internacionais. Então, é importante que a Assembleia Legislativa tome uma posição e comece realmente legislar em prol da população do Estado de Rondônia e principalmente aqueles que escolheram este Estado aqui para aqui viver e construir aqui as suas famílias.

Parabéns.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Um aparte?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Por favor, Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Vossa Excelência está com inteira razão e eu acho que o trabalho que Vossa Excelência vem realizando é de suma importância, principalmente na região de Porto Velho. Deputado Lebrão, tudo que acontece agora é culpa do PT. A FUNAI não foi criada no tempo do PT não, a FUNAI age em função de uma sociedade, não é? Agora, aqui no Estado tem algumas pessoas ligadas a esse órgão que é uma graça, os cabras, Deputado Lebrão, cismam aqui dentro que aquilo lá é área da FUNAI e chega lá e resolve colocar pânico em todo mundo. Vossa Excelência é lá da 429, ali é uma região absurdamente invadida pela FUNAI, é invadida pela FUNAI, porque lá os agricultores já misturaram com os índios, já produzem juntos, já vivem juntos e agora tem alguns momentos e tem uma coisa, essa ação que Vossa Excelência está colocando, ela é importante colocar nesse momento porque lá na 429 às vezes sai na época de eleição, teve uma época lá que saiu que ia tirar todo mundo, o povo ficou todo mundo doido porque foi um cabeludo lá da FUNAI, que eu não conheço, eu acho que ele deve estar tomando *Gardenal*, não pode, porque o cabra chegar numa região daquela e querer parar a produção, querer parar a vida das famílias. A mesma coisa agora é com relação a essa área aqui. Eu não entendo lá nos anos 90 o INCRA documenta famílias que vivem lá dentro.

O SR. JEAN OLIVEIRA – 1983, Deputado.

O Sr. Lazinho Fetagro – 83, Vossa Excelência falou aí, agora vem reconhecer, vem dizer que é terra indígena. Caramba, o Brasil era dos índios, então vai ter de sair todo mundo do Brasil, ir embora daqui, eu sou defensor de que os índios, nossas populações indígenas têm que ter o respeito e têm que ter as suas terras. Agora, não pode o Estado fazer um ato há 20 anos e agora querer voltar 20 anos. Não concordo, por exemplo,

quando se fala com relação lá na região da *Raposa Terra do Sol*, que lá foi um desastre com relação à demarcação, lá era outra realidade. Lá eram doze produtores que queriam tomar conta de milhões de hectares de terra e eu fui lá e eu conheci. Agora, aqui no Estado de Rondônia, a forma como é tratado, é brincadeira esse negócio. Vossa Excelência tem o meu apoio, quero fazer o debate, quero que venham os nossos irmãos índios, vamos trazê-los para essa audiência, porque aqui eles vão dizer que o que eles querem é viver em comunhão com as outras comunidades que lá existem.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só para que fique esclarecido, Deputado Lebrão e Deputados, aqui eu estou propondo uma Audiência Pública, não no Plenário da Assembleia, que a gente possa se deslocar até lá, até porque a gente sabe da situação, que a gente não pode cobrar o deslocamento de mais de trezentos quilômetros de indígenas, de agricultores, familiares que são pouco abastados. Então, eu acho que é mais viável e o mais correto é que a Assembleia faça uma Audiência Pública *in loco*. Eu só queria dizer aqui uma questão, para que fique bem claro, que a população ficou sabendo desse fato porque o *Terra Legal* foi ao Distrito de Extrema fazer a regularização das propriedades e alguns produtores levaram a sua documentação até o *Terra Legal* na esperança e expectativa de sanar os seus problemas de documentos. Chegando lá, o *Terra Legal* disse: “*Não, aqui não, o senhor não. O senhor é o proprietário dessa área? Já tem um estudo de redemarcação em cima dela, eu não posso fazer nada. Eu não posso lhe documentar*”. Então é um absurdo. Nós temos lá gente assentada pelo INCRA, que é órgão federal, desde 1983, 32 anos produzindo naquela região. Nós temos propriedades que têm título, escritura pública de 1943, como é que a gente vai aceitar agora o cidadão enraizado, manteve ali aquela terra produzindo durante tanto tempo, agora na sua aposentadoria passando a sua propriedade para os seus filhos que nasceram dentro dessa propriedade, a gente aceite uma redemarcação. Sabendo que as áreas do Estado do Amazonas estão preservadas, floresta intacta e os índios já disseram: *Nós não queremos a Gleba Euclides da Cunha e nem Marmelo, nós queremos chegar até o rio Tucuxi, que é na contramão do que a redemarcação está tentando fazer*.

Então é grave, eu peço aqui, eu sei, todos aqui abriram mão de suas palavras para poder haver a votação da PEC dos Delegados, eu acho importante, é importante discutir aqui Polícia Civil em termos gerais, os Delegados, é uma luta que eles conseguiram, mas eu não poderia ficar calado e deixar de falar isso aqui. Então, o requerimento está na mão dos Deputados, eu peço a compreensão de Vossas Excelências e o apoio para que a gente possa acabar com isso aqui no nosso Estado. O nosso Estado é um Estado que tem a tipicidade do Sul, do Centro-Oeste, mas é regulamentado pelo Código Florestal como Região Amazônica, então a gente já sofre prejuízo na hora de produzir, mas esse? Aí inviabiliza o nosso Estado que está começando a adquirir fôlego próprio através da agricultura, através da pecuária, da produção em geral.

O SR. LEBRÃO – Uma Questão de Ordem, Sr. Presidente? Quando o Deputado Lazinho fala que a 429, o Vale do Guaporé

foi invadido por índios, lá realmente foi plantado, Deputado Lazineho, o índio que se diz cacique, ele nasceu no Sergipe, pode até ser que tenha sido índio lá no Sergipe, eu contesto até a nacionalidade dele, se ele é brasileiro realmente, acho que ele nasceu foi no Peru e quem gosta do PT é o povo brasileiro, nós estamos vendo aí nos veículos de comunicação.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, só para encerrar, quero aqui registrar o falecimento do ex-Prefeito de Santa Luzia, Zé Pio, popularmente assim o conheciam. Faleceu essa madrugada, foi uma pessoa que marcou o seu nome na história da nossa região, da região de Santa Luzia, infelizmente veio a óbito aos seus 63 anos de idade. Então, registrar aqui o falecimento de uma pessoa que foi importante para o Estado de Rondônia e nós apresentaremos aqui um Voto de Pesar para ele.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Ainda com a palavra, pelo tempo de até vinte minutos, com apartes, Deputado Ribamar Araújo e encerradas as inscrições dos Oradores.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Excelentíssimo Senhor Deputado Luizinho Goebel, presidindo os trabalhos neste momento, demais Deputados da Mesa, nobres Pares, queria cumprimentar a imprensa, os funcionários da Casa, cumprimentar a todos Delegados, Agentes de Polícia, Escrivães, Peritos que estão presentes aqui. E queria dizer a vocês, Deputados, que vou me ater somente ao tema que envolve neste momento 99% dos que estão aí na galeria desta Casa, que são os Policiais Civis.

Ontem tivemos uma reunião muito importante no Palácio do Governo, aonde fez parte dessa reunião o Presidente da categoria dos Policiais Civis, o senhor Jales, acompanhado dos sindicalistas, o Dr. Rodrigo Marinho, o Adão, a Lindalva e a Ângela. E como a semana passada a PEC dos Delegados de Polícia entrou nesta Casa e eu recebi um pedido de muitos Agentes da Polícia e principalmente do Presidente Jales, naquele momento eu me senti na obrigação de pedir vistas ao projeto, que é uma prerrogativa nossa, mas não, de forma nenhuma, para atrapalhar nem para afrontar os Delegados de Polícia, muito pelo contrário, sempre tiveram o meu respeito, e aqui quero agradecer especialmente ao Dr. Sobral, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia, que com muita elegância agradeceu até a minha intervenção, porque ele não demonstrou em momento nenhum o egoísmo de querer me acusar porque tinha atrasado uma semana a votação do processo, que será votado hoje, com certeza. Além de votado, não tenho dúvida que será aprovado e esta semana mesmo, apesar de pedir vista, me comprometi que votaria a favor deste projeto porque é muito importante para os Delegados de Polícia. Mas ontem, depois dessa semana, acima de tudo nós conseguimos também o importante acordo para o restante da categoria, tivemos essa reunião e já citei o nome daqueles que compareceram e queria parabenizar a luta do Presidente Jales e de todos esses companheiros, todos esses trabalhadores da Polícia Civil que se deslocaram dos mais diversos recantos do Estado de Rondônia para estarem aqui presentes. É isso, meus irmãos, é dessa maneira, unidos e organizados, que se consegue conquistar e acima de tudo preservar aqueles direitos que vocês têm e é dessa maneira, meus amigos, que sempre vocês vão

me ver aqui nesta Assembleia, sempre defendendo os direitos das pessoas, sempre defendendo os direitos das categorias, principalmente as categorias mais sofridas e humilhadas da sociedade, mas nunca defendendo os erros de ninguém, e foi dessa maneira que me propus a acompanhar e lutar para que esse acordo fosse feito ontem.

E eu queria dizer aqui, alguns Deputados passaram por esta tribuna e eu não quero aqui criar qualquer falsa expectativa nos Agentes de Polícia, nos Escrivães e nos Peritos, o acordo que foi feito foi o seguinte: estava acompanhado também da Deputada Lúcia Tereza, que nos acompanhou ontem lá no Palácio do Governo, nós conseguimos, por reivindicação dos sindicalistas que se mostraram bastante satisfeitos com o acordo que nós fizemos, o salário e a isonomia, nós conseguimos esse acordo para ser votado, para chegar a esta Casa até o próximo dia 18, conseguimos também a questão do nível superior, que isso aqui considero de fundamental importância, porque vai valorizar muito a categoria dos policiais civis. Agora, o Plano de Cargos e Salários, ao contrário do que muitos Deputados falaram aqui, ele vem até o final deste ano e eu acredito que apesar de algum Deputado que passou por esta tribuna pedir a categoria que fique bastante vigilante e isso é realmente importante, mas eu acredito muito na palavra do Secretário George Braga e do Secretário Emerson Castro, são dois homens de muita responsabilidade, mas não só isso também, é porque o respeito que eu tenho por eles, eu tenho certeza que eles também demonstram por mim, porque nunca, em momento nenhum, agi com molecagem com relação a qualquer assunto nesta Casa e da mesma eu exijo sempre o respeito quando estou tratando com as mais diversas autoridades, e tenho certeza, meus irmãos da Polícia Civil, que o que eles se comprometeram, e nós escrevemos aqui, eles terão que cumprir, porque jamais aceitarei que na minha presença algum acordo, alguma palavra seja hipotecada e não seja, acima de tudo, cumprida. Pois é isso, meus irmãos, queria parabenizar...

A Sra. Lúcia Tereza – Um aparte, Deputado?

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Pois não, Deputada.

A Sra. Lúcia Tereza – Eu gostaria de agradecer V. Ex^a pelo seu apoio às reivindicações da Polícia Civil, e para ser bem objetiva e clara, quando o senhor disse que confia na palavra dos Secretários que estavam ali, nós também confiamos no trato que fizemos e nós sabemos também do peso que um Deputado sério, que cumpre as suas obrigações, as suas atribuições tem para com o Governo também, e o Governo também com certeza sabe que nós não pedimos quando é para nosso povo, nós exigimos, e foi um trato até silencioso, mas firme, gostaria de dizer que eu tenho maior satisfação de ser sua colega e mais ainda ser sua amiga. Gostaria de dizer a V. Ex^a que nós estávamos representando lá naquele momento todos os outros Deputados, porque cada um tinha uma função, uns estavam em Buritis, outros em Jaru e outros Deputados cada um com uma missão. Eu gostaria de estender o acordo que foi feito ontem, com certeza dia 18 vai estar aqui, queria pedir ao Presidente desta Casa que colocasse na terça-feira para a Comissão, que nós sabemos que não vai, mas gostaria

que tivesse, eu vou entrar, juntamente com o Deputado Ribamar, com a emergência, urgência para que nós possamos discutir, que já está discutido, está esmiuçado, está tudo feito. Agora, o que nós queremos é pedir a Deus que possa em 2017 a situação financeira do país, do Estado estar melhor para o cumprimento, não desse plano, não desse sonho, mas dessa verdade, dessa necessidade, mais do que nós políticos sabemos que ao invés de agradar ou desagradar, nós estamos aqui para fazer a coisa certa e temos essa oportunidade agora porque nós não queremos agradar 200 Delegados, nem queremos agradar somente três mil e poucos funcionários, que é o que compõe a família da Polícia Civil, nós queremos que eles se entendam, que eles entrelacem, e que os Delegados que têm o poder também que possam nos ajudar, porque se não houver a equipe, se não houver esse laço, se não houver, nem família sobrevive, quanto mais uma Polícia Civil que há vinte anos está sucateada, há vinte anos está defasada, represada por falta de pessoal e os que tem nós sabemos que ganham mal. Não é o ideal.

Eu quero aqui nesta Assembleia, tudo que vier de progressão, de aumento de salário, de tudo para melhorar a vida dos funcionários, eu vou estar votando. Só não posso votar o que não está aqui para ser aprovado, mas nós, em um esforço de todos os Deputados, foi feito esse acordo. É tarde? Tarde, mas em tempo, em tempo, porque é para 2017. Oxalá Deus nos abençoe que possa ser cumprido. Porque o Delegado, e eu vou aqui, Excelência, me dar o direito que Vossa Excelência me deu um aparte para eu não falar mais, eu vou aqui tomar como exemplo Espigão D'Oeste, viu, Deputado Hermínio? Porque o Delegado de Espigão, como os outros tantos que eu conheço e sei notícias dos que eu não conheço também, ele não fica em casa. E o escrivão não leva na casa dele para ele assinar nada, ele está junto com a equipe; e bonito que o escrivão datiloscopista tudo entra, policial civil entra em missão. E lá há muitos problemas, problemas diferenciados do Estado, mas graças a Deus, até entre Polícia Civil e Polícia Militar, há um encontro, há divergências, mas há respeitabilidade, enquanto nós aqui tivermos respeito, não formos individualistas, enquanto a Polícia Civil e a Polícia Militar caminhar junto e tentar todos, todos estarem mais ou menos bem como professor, não é só diretor, tem que ter o professor, mas não é só o professor, tem que ter a servente, o vigia, então é a classe trabalhadora. Eu gostaria de lhe agradecer, porque eu me senti segura com a sua presença lá também. E gostaria de dizer que o Governo do Estado vai cumprir, sim, o que ele tratou. E quero aqui agradecer ao Deputado Leo, que todo mundo aqui, todo mundo, vírgula, muita gente, Deputado Leo, está aprovando o Projeto dos Delegados. Dizer que aqui não tem da classe, Deputados, só dos Delegados, Deputado só dos professores, nós somos Deputados do povo de Rondônia, por isso temos que observar. E temos o equilíbrio, o equilíbrio para recebermos não só palmas, é para o respeito da população. E aí, Deputado Hermínio, oxalá nós pudéssemos fazer um salário digno, e eu já repeti isso várias vezes, não só para a Polícia Civil. Polícia Civil não está dividida entre Delegado, Datiloscopista, Escrivão ou Policial. Polícia Civil que nós respeitamos, e cabe aos Delegados fazer disso uma família, que na Delegacia, mesmo a casa pobre, mesmo só com a porta pintada, às vezes com um carro velho, fazer dessa Polícia Civil uma Polícia respeitável através do trabalho, mas através da harmonia, do equilíbrio

dentro dessa família, porque dias piores nós já passamos quando foi o começo.

Nós estamos juntos aí, Excelência, e agradeço o senhor, agradeço muito a sua determinação, o seu perfil. Tem homens que parecem e tem homens que são sérios. Eu gostaria de agradecer a todos os Deputados que anonimamente nos incumbiram de fazer esse acordo, e nós fizemos. Com certeza, missão dada, missão cumprida e muito obrigada.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Obrigado, Deputada Lucia Tereza.

O Sr. Cleiton Roque – Permita-me um aparte, Deputado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Obrigado, Deputada Lúcia Tereza. Elegante e diplomática como sempre. Concedo uma palavra ao eminente Deputado Cleiton Roque.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Ribamar, é de maneira muito rápida. Quero simplesmente fazer uma saudação a Vossa Excelência, na qual estou tendo a oportunidade de exercer, representar o nosso Estado neste mandato junto com Vossa Excelência. Parabenizar pela postura na sexta-feira passada durante a Sessão, com firmeza Vossa Excelência chamou a responsabilidade para si de maneira serena, enfim, é sempre voltado para o diálogo. Trabalhou para mediar o entendimento entre os líderes das duas categorias aqui presentes, na terça-feira não foi possível. E essa semana Vossa Excelência, de maneira muito coerente, articulou a reunião e que chegou ao entendimento. Parabenizar então Vossa Excelência, junto com a Deputada Lúcia, com o Presidente do SINSEPOL, o Jales. Dizer que eu fui procurado na sexta-feira pelos funcionários, pelos agentes, pelos datiloscopistas, enfim, pelos escrivães, na minha região de Pimenta Bueno, na qual eu respeito muito esses profissionais, tanto os nossos Delegados de Polícia, como também os demais profissionais que compõem essa importante força de segurança. E fiz um compromisso lá de fazer justamente esse acompanhamento junto com o Sindicato que representa todos eles, e aí eu de maneira muito humilde me juntar a Vossa Excelência, Vossa Excelência já está por dentro dessa situação e eu tenho certeza de que será cumprido pelo Governo, nos prazos estabelecidos na reunião de ontem, e nós vamos juntamente com Vossa Excelência acompanhar para que até o dia 18 chegue esse projeto aqui. Mas eu não poderia perder essa oportunidade de parabenizar pela postura, pela seriedade o Deputado Ribamar, que os agentes que estão aqui neste Plenário hoje, que não estavam aqui na semana passada, se houve um avanço essa semana, deve-se, é claro, pelo movimento da categoria deles, do sindicato que representa, mas principalmente pela postura de Vossa Excelência.

Parabéns, Deputado Ribamar, e quero me somar a Vossa Excelência.

Muito obrigado, Deputado Ribamar.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Obrigado, Deputado Cleiton Roque. Concedo a palavra, um aparte, ao nobre Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eu quero aqui, Deputado Ribamar, parabenizá-lo por vossa fala e pela posição de Vossa Excelência. O compromisso que o Deputado Ribamar assumiu na Sessão de terça-feira, de pedir o visto, porque tinha um compromisso com o sindicato, com os policiais civis, e a Casa cumpriu o Regimento desta Casa. E, portanto, nós pedimos um entendimento dos Delegados e dos colegas que estavam esperando que aprovássemos esse projeto na terça-feira passada. Então, os Delegados tiveram a compreensão, que eu sei, tiveram que voltar hoje para acompanhar o projeto e o compromisso que nós fizemos como Presidente da Casa e o Deputado Ribamar, quando pediu vista do projeto, e hoje está colocando em pauta e votando o projeto e assim nós estamos fazendo, o projeto nós estamos fazendo inversão de pauta e colocando em votação para que nós possamos deliberar esse projeto e liberar os companheiros que vieram de todo este Estado. Para a Polícia Civil que está aqui, nós tivemos uma reunião agora há pouco aqui na sala de reunião, estavam o Deputado Leo e o Deputado Luizinho Goebel. O compromisso que nós assumimos e a Deputada Lúcia Tereza e o companheiro Deputado Ribamar que esteve hoje pela manhã com o Secretário do Governo assumindo o compromisso de colocar o Projeto no próximo dia 18 de maio, nós vamos estar cobrando, esta Casa vai estar cobrando, e para que aprove definitivamente, resolva a situação do projeto que está aprovando hoje dos Delegados precisa vir de uma Lei Complementar, está no acordo com o Sindicato e é esse que vai regularizar definitivamente. Então, uma coisa depende da outra, algumas pessoas hoje perguntavam pela manhã: *“Deputado, mas o impacto vai ser muito grande de aprovar o projeto?”* Hoje, praticamente, dobrando o salário dos Delegados, conversando ainda pela manhã um compromisso que o Secretário da Casa Civil e o Secretário do Governo, dentro da negociação que fez com o Sindicato dos Delegados, que fique de oito a dez anos, que vai absorver esse reajuste desse período. Então, o Projeto tem que vir para que possa ainda ser aprovado aqui, e com isso o projeto que hoje está aprovando dos Delegados também vai forçar para que o Governo venha cumprir, Deputado Ribamar, com os policiais civis e eu quero que o Governo cumpra porque é importante que nós tenhamos os nossos Delegados e os nossos policiais civis unidos e hoje eu pude ver assim, às vezes um pouco de desentendimento entre a Polícia Civil e o próprio Delegado, o descontentamento de um projeto tramitar um pouco na frente e outro ficar um pouco para depois, mas o nosso compromisso aqui que eu venho afirmar com os colegas Deputados estão aqui é de cobrar do Governo, que ele venha mandar o Projeto e para que a gente possa fazer justiça com os nossos policiais civis que nós entendemos a importância e o tamanho do trabalho de cada um de vocês para a nossa sociedade.

Então fica aqui o nosso compromisso, Deputado Ribamar, Vossa Excelência que esteve pela manhã com o Secretário e que tem tratado seriamente todos os projetos nesta Casa, fica aqui o compromisso desta Casa de se empenhar junto ao Sindicato, junto ao servidor da Polícia Civil para que ele venha cumprir os compromissos com os nossos policiais civis que estão hoje no Plenário angustiados, que vieram com os seus recursos próprios e deixaram de estar nas suas casas para hoje estarem aqui acompanhando o projeto e poderem estar

aqui reivindicando frente a frente com cada Parlamentar. Então, cada projeto, como falei na parte da manhã, que vem para esta Casa, que venha beneficiar os nossos servidores, nenhum desses Deputados, enquanto nós estamos aqui eu não vi nenhum votar contra, nós defendemos e votamos a favor do servidor. Agora, quem que manda o projeto, quem cuida do orçamento é o Executivo, é ele quem sabe o que pode ser feito dentro do orçamento. Então, o projeto vindo para cá, a Casa vai votar, mas quero aqui assumir mais esse compromisso de cobrar para que mande o projeto, para que o Governo venha cumprir com a categoria que são os nossos policiais civis, somar junto com os colegas para no prazo combinado seja cumprido com cada um de vocês.

Era isso, muito obrigado, Deputado, pelo aparte.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Obrigado, Deputado Maurão de Carvalho.

O Sr. Leo Moraes – Senhor Deputado Ribamar, eu queria um aparte, por gentileza. Irei ser breve, rápido.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Pois não, Deputado Leo.

O Sr. Leo Moraes – Primeiro, parabenizá-lo, isso demonstra claramente o interesse de todos os Deputados em discutir Polícia Civil do Estado de Rondônia e eu queria elogiá-lo especificamente pelo tino, pela habilidade em fazer essa tratativa com o Governo do Estado de forma imediata. Recebemos o eco do que aconteceu na reunião de ontem, ficamos muito satisfeitos e eu só poderia parabenizá-lo e dizer que de forma bem simples que a palavra dada é uma flecha lançada, então Vossa Excelência está de parabéns por defender a Polícia Civil.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Muito obrigado, Deputado Leo. E finalizando aqui, eu queria pedir ao Dr. Sobral, ao Dr. Paulo Paiva, ao Dr. Munhoz, ao Dr. Renato e demais Delegados, bem como ao Presidente Jales, ao Dr. Rodrigo Marinho, que vocês evitem um contencioso de categoria. Queria, finalizando, pedir desculpas a todos que ficaram em pé, principalmente as lindas mulheres da Polícia Civil. Muito obrigado e um abraço a todos.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Concedido, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Só para falar que eu tive a informação que o Governo se comprometeu de mandar até o mês de maio aqui o PCCS, e não é isso. O compromisso do Governo, assim me informou o Deputado Leo e outros Deputados, que eu não participei da reunião, é mandar até o dia 18 de maio o aumento salarial e o realinhamento de nível superior, e o nível superior. Então, nós vamos estar aqui vigilantes, cobrando esse compromisso do Governo para que cumpra como aqui muito bem falou o nosso nobre Deputado que estava usando a tribuna, quero parabenizá-lo pela sua postura nesse processo e nós vamos estar aqui vigilantes aguardando que o Governo cumpra

esse compromisso com a categoria com os servidores da Polícia Civil.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO, DEPUTADO LEBRÃO, DEPUTADO LAERTE GOMES E DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Que requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 22 de abril de 2015, às 15h00, com o objetivo de debater assuntos relativos à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Que requer Audiência Pública para o dia 23 de abril de 2015 às 09h00, para discutir e analisar a tarifa de energia elétrica no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Que altera os §§ 1º e 2º do artigo 1º e o artigo 2º e § 1º da Lei 3.306, de 19 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO, DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Que institui a obrigatoriedade das empresas de beneficiamento e comércio de laticínios no âmbito do Estado de Rondônia de informarem aos produtores de leite por ocasião do pagamento qual o valor mínimo a ser pago pelo litro do produto no mês subsequente.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Membros da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – AMDEPRO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer seja encaminhado Voto de Louvor para Guarnição composta pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia pelo importante trabalho que realizou em Guajará-Mirim, por intermédio da equipe do GOA, composta pelos tripulantes por nomes Tenente BM Maia (comandante da aeronave), Tenente BM Cordeiro (copiloto), Sargento BM Valter (mecânico da aeronave), e Soldado BM Bicho Belo (tripulante operacional), além dos profissionais da área da saúde, o médico Dr. Fernando Xavier Camacho Castilho e a técnica de enfermagem Maria Nilce.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Senhor William Pimentel de Oliveira, Secretário de Estado da Saúde, informações relativas à Empresa Lumiar Consultoria e Administração Ltda.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer Voto de Pesar aos familiares da ex-Vereadora Silvana Davis pelo seu falecimento ocorrido no dia 10 de abril de 2015.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Requer à Mesa Diretora a concessão de Voto de Pesar à família do Senhor José Raimundo Pio, ex-Prefeito do município de Santa Luzia, ocorrido no dia de hoje.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia sobre a possibilidade de pavimentação asfáltica de 10 km, para o município de Nova Mamoré.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de viabilizar a pavimentação asfáltica da RO-420 (Linha D), que interliga os municípios de Nova Mamoré e Buritis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEO MORAES. Requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública nesta Casa de Leis para debater as propostas de Reforma Política em análise no Congresso Nacional.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Senhor Governador do Estado que interceda junto ao DEOSP a necessidade de reativação e reforma da base policial do distrito de São Carlos.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Senhor Governador do Estado que interceda junto ao DEOSP a necessidade de reforma do quartel do Município de Corumbiara.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO SAULO MOREIRA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessidade da construção de um Centro de Estudo Linguístico – CEL, no Bairro Jardim Paraná, no município de Ariquemes.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO SAULO MOREIRA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessidade da troca geral da Rede de Distribuição Elétrica na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Chiquilito Erse, no município de Buritis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Requer a realização de Audiência Pública no dia 15 de maio de 2015, às 15:00 horas, na Ponta do Abunã, para tratar e debater um assunto referente às Glebas Euclides da Cunha e Marmelo, onde, segundo informações, a FUNAI estaria reivindicando posse dessas terras, ficando assim amedrontados os agricultores daquela região.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e à Secretaria de Segurança Pública a necessidade de agilizar a entrega do Registro Geral – RG através do Shopping Cidadão de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SAULO MOREIRA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessidade da substituição de todo o piso da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Mignone, no distrito de Rio Crespo, no município de Ariquemes.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SAULO MOREIRA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessidade da troca geral da rede de distribuição elétrica na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. Elvandas Maria de Siqueira, no município de Buritis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SAULO MOREIRA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessidade da troca geral da nova rede de distribuição elétrica na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Rondon, no município de Buritis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SAULO MOREIRA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessidade da troca geral da rede de distribuição elétrica na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria de Abreu Bianco, no município de Buritis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SAULO MOREIRA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessidade da construção de uma Escola de Ensino Fundamental e Médio no Distrito de Jacinópolis, no município de Nova Mamoré.

- **INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador a necessidade de alteração na Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, conforme minuta em anexo.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade da construção da ponte sobre o Rio Muqui, 4ª Linha, no município de Presidente Médici.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Ilmo. Secretário do Estado da Saúde – SESA, da necessidade de instalação, em caráter de urgência, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no município de Jaru.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de estadualização da Linha 122, Lado Sul, no município de Nova Brasilândia D'Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Ilmo. Diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, da necessidade de recuperação, em caráter de urgência, de um pequeno trecho localizado na linha vicinal 640, nas proximidades do Km 5, pela completa falta de acesso dos ônibus que conduzem os alunos à Escola Municipal Fernão Dias e à Escola Estadual Costa Júnior, localizadas no município de Governador Jorge Teixeira.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Ilmo. Diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, da necessidade de recuperação das linhas vicinais 634 e 610 pertencentes ao município de Jaru.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Exmo. Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Ilmo. Diretor Presidente do DER - Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, a necessária Estadualização de 17 quilômetros localizados entre o Distrito de Nova Londrina, em Ji-Paraná, até o Distrito de Tancredópolis, pertencente ao Município de Alvorada do Oeste.

Lidas as indicações, senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Lidas as proposições recebidas. Neste momento, procedo, nos termos regimentais, à verificação de quórum. Na verificação de quórum, peço aos senhores Deputados que registrem as suas presenças.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- presente
- Deputado Edson Martins	- presente
- Deputado Ezequiel Júnior	- presente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- presente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- presente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- presente
- Deputado Lebrão	- presente
- Deputado Leo Moraes	- presente
- Deputada Lúcia Tereza	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Marcelino Tenório	- presente
- Deputado Maurão de Carvalho	- presente
- Deputado Ribamar Araújo	- presente
- Deputada Rosangela Donadon	- presente
- Deputado Saulo Moreira	- presente
- Deputado Só Na Bença	- presente

Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura dos requerimentos a serem apreciados.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA, requer a realização de Audiência Pública para o dia 15 de junho de 2015, na Ponta do Abunã, para tratar e debater assuntos referentes às Glebas Euclides da Cunha e Marmelo, onde, segundo informações, a FUNAI estaria reivindicando posse dessas terras, ficando assim amedrontados os agricultores daquela região. Retificando aqui, é dia 15 de maio.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão o requerimento do Deputado Jean de Oliveira. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS ALEX REDANO, LEBRÃO, LAERTE GOMES E JEAN DE OLIVEIRA, requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 22 de abril de 2015, às 15:00 horas, com o objetivo de debater assuntos relativos à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Requerimento dos Deputados Alex Redano, Lebrão, Laerte Gomes e Jean de Oliveira, que requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 22 de abril de 2015. Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUINO BOABAID, requer Audiência Pública para o dia 23 de abril de 2015, às 09 horas, para discutir e analisar a tarifa de energia elétrica no Estado de Rondônia.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento do Deputado Jesuino. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON, requer seja encaminhado o Voto de Louvor para Guarnição composta pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia pelo importante trabalho que realizou em Guajará-Mirim, por intermédio da equipe do GOA composta pelos tripulantes por nomes Tenente BM Maia (comandante da aeronave), Tenente BM Cordeiro (copiloto), Sargento BM Valter (Mecânico da aeronave) e Soldado BM Bicho Belo (tripulante operacional), além dos profissionais da área da saúde, o médico Dr. Fernando Xavier Camacho Castilho e a técnica de enfermagem Maria Nilce.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento do Deputado Dr. Neidson. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO, requer Voto de Pesar aos familiares da ex-Vereadora Silvana Davis pelo seu falecimento ocorrido no dia 10 de abril de 2015.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento do Deputado Ribamar Araújo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA, requer à Mesa Diretora a concessão de Voto de Pesar à família do Senhor José Raimundo Pio, ex-Prefeito do município de Santa Luzia, pelo seu falecimento ocorrido no dia de hoje.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento do Deputado Jean de Oliveira. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEO MORAES, requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública nesta Casa de Leis para debater as propostas de Reformas Políticas em análise no Congresso Nacional.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento do Deputado Leo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 002 / 15 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 065. Altera e acrescenta dispositivos da Constituição Estadual, estabelece critérios para o ingresso na carreira e fixa parâmetros para remuneração dos Delegados da Polícia Judiciária e Civil, e dá outras providências.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Proposta de Emenda Constitucional 002/2015 de autoria do Poder Executivo, que aportou a esta Casa sob a Mensagem 065. O projeto já tem parecer favorável do eminente Deputado Léo Moraes pelas Comissões e pedido de vista pelo eminente Deputado Ribamar Araújo, que retornou à Ordem do Dia pela retirada de pedido de vista do Deputado Ribamar Araújo.

Em discussão o Parecer do eminente Léo Moraes. Em votação o parecer do eminente Deputado Leo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em discussão. Para discutir, o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em discussão, eu já mantive contato com o Delegado Sobral, referente apenas a uma emenda, ela só vai tratar do parágrafo 4º, que é a exigência do termo de atividade jurídica que será dispensada para o cargo, de para que contar o tempo mínimo de três anos de

efetivo exercício em cargo de natureza policial, apenas isso, a Polícia Civil ficou natureza policial, só isso. Só tirando a questão civil e ficando a policial, somente isso.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Vai ser apresentada a emenda como Relator o Deputado Marcelino Tenório e Deputado Léo Moraes vai fazer uso da palavra. Deputado Marcelino Tenório.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Não, eu já conversei com eles, já conversei sobre isso, inclusive foi o Delegado Sobral, já está tudo acordado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, a Proposta de Emenda Constitucional do nobre Deputado Jesuíno Boabaid, que dá nova redação ao dispositivo da Proposta de Emenda Constitucional nº 002/2015 de autoria do Poder Executivo. Então, nós acatamos a vossa Emenda. Somos favoráveis à emenda do nobre Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Com relatório favorável do Deputado Marcelino Tenório à matéria do relatório em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Emenda aprovada.

Em primeira discussão e votação Proposta de Emenda Constitucional nº 002/15 de autoria do Poder Executivo, que aportou a esta Casa sob a Mensagem 65, com emendas. Matéria em votação. Voto nominal. O painel está aberto, senhores Deputados.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Sem nenhuma abstenção, sem nenhum voto contrário, com 22 votos favoráveis, está aprovada em primeira discussão e votação a matéria da Mensagem 65. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1323/14 DA DEPUTADA GLAUCIONE – Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Estrada da Figueira, quilômetro 07 – APREFIK, com sede no município de Espigão D'Oeste.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Projeto de Lei nº 1323, de autoria da Deputada Glaucione, que Declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais da Estrada da Figueira, quilômetro 07 - APREFIK, com sede no município de Espigão D'Oeste. O Projeto tem emenda com parecer favorável à aprovação da matéria com emenda. Matéria em primeira discussão e votação. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Matéria aprovada em primeira discussão e votação, com emenda. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO – Requer à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos projetos PEC nº 002/15 e também do Projeto de Lei nº 1323/14.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão única e votação os requerimentos do Eminentíssimo Deputado Lebrão referente ao Projeto de Lei nº 1323/14 e PEC nº 002/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matéria, senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, senhores e senhoras Parlamentares, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do Inciso III, do artigo 135 do Regimento Interno, para que o senhor Luiz Gomes Furtado, Diretor Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER/RO, preste esclarecimento acerca dos empregados demitidos sem prévia justificativa.

Solicito ao senhor Deputado Ribamar Araújo...

(Às 17 horas e 20 minutos, suspende-se a Sessão e inicia-se a Comissão Geral)

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, não poderia fazer primeiro a segunda votação. O pessoal está aguardando aqui. Vamos fazer a segunda votação.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Exatamente, Deputado Adelino Follador, era o nosso desejo, infelizmente o Regimento não nos permite essa condição. E convido V.Ex^a, o Deputado Adelino Follador e o Deputado Ribamar Araújo para acompanhar o convocado Senhor Luiz Gomes até o Plenário.

(Às 17 horas e 22 minutos o senhor Luizinho Goebel passa a presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Só pedir aos Delegados, o pessoal que estão acompanhando o projeto, que nós vamos poder agora ouvir o Luiz Gomes que foi convidado para ser ouvido, o Secretário da EMATER e depois que nós podemos votar o projeto. Se o Regimento permitisse que nós votássemos direto, nós já íamos fazer a votação direto, que nós já liberávamos os delegados que estão esperando a aprovação do projeto. Como não pode, se vocês quiserem esperar, assim que ouvir o Secretário da EMATER, aí nós votamos o projeto em segunda votação.

Deputados, com a palavra neste momento o Secretário da EMATER, Luiz Gomes. O Secretário já está sabendo, é um requerimento que foi aprovado, a convocação de esclarecimento sobre a demissão de alguns servidores. Então, nós já conversamos, o Secretário da EMATER já esteve conversando com alguns Deputados sobre o requerimento.

Então, está com a palavra o Secretário Luiz Gomes.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Questão de Ordem. Só para que a gente fique sabendo como vai ser a formatação aqui da reunião e se é cabível a oportunidade da participação de pelo menos um daqueles que foram demitidos para poder fazer aqui uma explanação da consciência sobre a EMATER do presente momento, como a EMATER está se comportando, isso aí. Eu queria saber se um dos demitidos podia fazer parte dessa Sessão, um.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pode sim, um a gente vai abrir o precedente, para um o Regimento permite. Agora, a primeira palavra é do Luiz Gomes, do Secretário, e ele tem trinta minutos para falar e depois os Deputados podem fazer as perguntas na sequência e depois ele pode voltar novamente para explicar, ele vai fazer um apanhado todo sobre o requerimento, o que se trata do requerimento, Vossa Excelência já está ciente, portanto, a tribuna está à vossa disposição, Secretário, Dr. Luiz Gomes. Com a palavra.

O SR. LUIZ GOMES FURTADO – Eu quero cumprimentar o Presidente da Assembleia, Deputado Maurão; o Deputado Lebrão aqui presente; Deputado Adelino; cumprimentar todos os Deputados presentes nesta Sessão e falar que para nós é uma satisfação nós estarmos aqui trazendo informações com relação à EMATER em função desse requerimento que foi aprovado aqui na Assembleia Legislativa para nós trazermos informações para esta Casa de Leis com relação a essa situação que a empresa EMATER/RO está vivenciando. Todos, uma grande maioria, sabem dos que foram reeleitos que a EMATER, ela está passando por uma transformação e para isso o Governo do Estado, na legislação passada, por uma decisão judicial,

mandou, enviou a esta Casa Projeto de Emenda à Constituição, Projeto de Lei para transformar a EMATER em uma empresa pública. A Assembleia Legislativa, e aqui nós agradecemos, entendendo a importância da EMATER para agricultura, principalmente para os agricultores familiares de Rondônia, acatou esses projetos, o Projeto de Lei, a Emenda Constitucional, aprovando por unanimidade. Mas quando o Governo mandou essa proposta de Projeto de Lei para cá, houve aqui pelo Parlamento alteração na Lei, na realidade o que foi alterado com relação a pessoal foi o Governo do Estado absorvendo todos os funcionários da instituição, que para isso é muito bom, foi muito bom porque de certa forma preserva o corpo técnico, o corpo administrativo da instituição. Até o final do ano passado, até 2012 a EMATER, ela tinha 1.340 funcionários, aí entrando o corpo técnico, o corpo administrativo e o pessoal de apoio, absorveu todo mundo e com a determinação da legislação de implantar a EMATER agora dia 1º de janeiro de 2015, o Governo do Estado teve que absorver as despesas com pessoal da EMATER. Anteriormente, quando a EMATER era Associação, essas despesas eram pagas com o pessoal através de um termo de cooperação com a Secretaria de Agricultura, o pessoal da EMATER não entrava no câmpo geral dos servidores do Estado, agora entrou. E com essa medida e com o orçamento que foi aprovado para 2015 nós vamos chegar ao final do ano com déficit orçamentário e financeiro de trinta e dois milhões de reais. E daí, o Governo do Estado, em função disso, o Governo do Estado vendo que o limite prudencial de gasto com pessoal chegou lá no limite prudencial, e aí aonde vem essa decisão governamental de se fazer na EMATER uma redução do quadro de pessoal.

Eu quero afirmar aqui para os Deputados que essa decisão não é a decisão do Presidente Luiz Gomes, é uma decisão governamental que nós estamos fazendo com cuidado, nós não estamos atropelando a situação. E nesse primeiro momento, que foi agora no mês de março, o Governo liberou um recurso e fez-se um desligamento daquelas pessoas que já eram aposentadas, se aposentaram pelo INSS e continuavam recebendo os salários integrais pela EMATER/RO. Com relação o mês passado, como as pessoas já tinham outra fonte de renda, de repente não ecoou aqui na Assembleia Legislativa e foi feito, foram pagos todos os direitos trabalhistas, que é o que está sendo feito. E dentro dessa programação que eu estou falando para os senhores, agora no mês de abril, final de março, foi feito um repasse pelo Governo do Estado, e esse repasse nós fizemos de 29 funcionários, dos 29, 9 funcionários manifestaram interesse de serem desligados, pagando todos os direitos deles. E tem aí em torno de 20 funcionários, que aí onde foi feito com os demais, que chega aí a 29.

Então, o que está sendo feito na EMATER é uma redução de despesa para ver se a Instituição chega ao final do ano com déficit bem menor, orçamentário e financeiro. É isso que está sendo realizado e o que nós estamos fazendo é exatamente isso, as condições, tanto do Estado como brasileira, os senhores Deputados estão assistindo aí à crise não só do mundo como no Brasil, aonde a gente está vendo no próprio Congresso Nacional se aprovando, se discutindo leis para reduzir, ou seja, de repente a terceirização dos funcionários

de uma maneira geral no Brasil. Mas está ocorrendo aqui na EMATER/RO é essa situação, e aí foi feito uma...

O SR. LAERTE GOMES – Só Uma Questão de Ordem aí, Secretário Luiz Gomes.

O SR. LUIZ GOMES FURTADO – Pois não.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, Vossa Excelência permitiu que um dos servidores demitidos da EMATER fizesse parte aqui, então gostaria que Vossa Excelência, na Mesa, convidasse o nobre servidor a sentar, ele está em pé, arrumar a cadeira ali para ele sentar, é justo sentar à Mesa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Queria convidar o servidor e assessoria aqui para preparar uma cadeira aqui para que ele pudesse sentar à Mesa. Com a palavra Secretário.

O SR. LUIZ GOMES FURTADO – Então, já para encaminhar as minhas palavras finais, é o que está ocorrendo na Instituição, não é um momento fácil, principalmente para quem está de Presidente neste momento, porque nós tratamos com colegas, nós tratamos com pessoas, no caso dos aposentados, que eu tinha com vários amigos de 27 anos, que é o tempo que eu tenho da EMATER/RO, mas a decisão e a definição é de fazer. E também com os mais recentes, que dentre esses tem pessoas que eu conheço há muito tempo. Agora, a definição é de se fazer essa redução em função da questão orçamentária, em função da questão financeira que a Instituição está atravessando.

Eu vou estar aqui evidentemente à disposição para responder aos questionamentos dos Deputados e também para ouvir a manifestação do representante dos servidores que estão aqui, dos servidores que foram desligados da Instituição. Por outro lado, o sindicato, o nosso sindicato, juntamente com a ASAE, há mais ou menos uns 15 dias apresentaram numa reunião do Conselho da EMATER um plano de demissão voluntária, que eu acredito que merece uma atenção da Assembleia Legislativa, merece uma atenção do Governo do Estado, uma atenção do Conselho Deliberativo da Instituição e também da Diretoria da Instituição, que está aberto e nós vamos tratar, já tem uma reunião marcada do Conselho para o dia 20 desse mês para nós discutirmos esse Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada. Mas tudo que eu estou falando aqui depende da decisão do Governo do Estado, que é o mantenedor da EMATER/RO, como é o mantenedor das demais Secretarias do Estado. Mas esse PDV ele existe e nós já fizemos uma tratativa com o Secretário de Agricultura, com o Padovani, que é o Presidente do Conselho Deliberativo da EMATER/RO, e que agora no dia 20 a Assembleia está marcada para nós discutirmos esse Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, que aí nós acreditamos que tem vários funcionários na instituição que possam realmente aderir a esse Plano de Demissão Incentivada.

Então, era o que eu tinha no momento a falar, Presidente, e estamos aqui à disposição para respondermos às indagações dos Parlamentares.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu queria, já ouvindo a fala do Secretário Luiz Gomes, que os Deputados que forem fazer perguntas se inscrevessem, porque fica melhor.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem. Antes de dar a palavra aos Deputados, era interessante ouvir a palavra do funcionário demitido, representante dos demitidos, que a palavra agora utilizada é desligado, é mais bonita essa palavra.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Atendendo ao pedido do Deputado Jean, com a palavra o Nizomar.

O SR. NIZOMAR PANAZZO RICARDO SANTOS – Boa tarde. Senhores Deputados, em nome aqui do Lebrão, gostaria de cumprimentar todos os senhores e dizer, Srs. Deputados, que a EMATER realmente está passando por uma transformação e a gente precisa realmente discutir essa transformação. Agora, a forma como está sendo feita essa transformação é o nosso questionamento. Inclusive, quero aqui, em poucas palavras, citar, fui contratado no dia 10.05.2005, há mais de 11 anos, era técnico agrícola, me esforcei, fiz agronomia à noite, nos finais de semana, me formei, inclusive nunca dei problema para a empresa e reconhecidamente gostaria de falar para os senhores, a comunidade, mesmo a diretoria não apoiando, me elegi vereador do município de Colorado do Oeste, inclusive o mais votado. Então, a gente tem trabalho, confiei no meu trabalho, não só confiei como investi e simplesmente na segunda-feira da semana passada estava trabalhando, inclusive já demitido sem saber, e gostaria de deixar bem claro para os senhores que não houve critério nenhum, não houve critério nenhum, a não ser, principalmente, critério político. Inclusive, gostaria de citar aqui que anteriormente outro colega nosso foi demitido, do qual fui testemunha da Justiça, e quero só aqui citar para os senhores uma das minhas falas, entre tantas aqui, e de outros companheiros também, que quem não tem força política é transferido e alguns casos demitidos, inclusive esse servidor, tenho aqui em mãos a sentença de uma juíza trabalhista onde ela diz o seguinte, vou ler só um pequeno trecho: *“Por fim, mister frisar que a condenação persiste tendo em vista que a indenização pelo dano moral não tem a finalidade de enriquecimento, mas sim pedagógica na medida que o objetivo é corrigir o desrespeito aos direitos inerentes à personalidade decorrente das relações de trabalho consagradas na Dignidade da Pessoa Humana servindo de freio para a prática de novos atos nocivos.”* Inclusive juíza da Comarca de Colorado do Oeste, Mônica, e mesmo assim a empresa insiste em demitir. Inclusive, no meu caso, além dessa testemunha, é porque sempre me posicionei a algumas questões internas da empresa que não é para o bem do povo de Rondônia e principalmente para os servidores da EMATER e também para os produtores rurais.

Realmente, Senhores Deputados, é preciso, se for necessário, já que a EMATER precisa realmente se transformar, é preciso que os senhores abram uma CPI nesta Casa para investigar de perto o que nós estamos falando. Tenho aqui em mãos, além de outros colegas, denúncia onde há desvio de combustível e pessoas que nem da empresa é, mas está mandando, humilhando funcionário, ditando todas as regras e infelizmente em sequer um momento a Secretaria Executiva

se abriu uma comissão para averiguar se o servidor devia ou não devia.

O SR. LAERTE GOMES – Só uma questão de aparte. O senhor está fazendo uma denúncia aqui e da forma que colocou está dando uma formalização que a EMATER toda que está aí, então, se o senhor puder falar o nome de quem é e quem cometeu isso, até para não cometer injustiça com várias pessoas que tem na EMATER, a gente conhece, são pessoas sérias.

O SR. NIZOMAR PANAZZO RICARDO SANTOS – Cito aqui Deputado, o Sr. Ênio Roberto Milani, ele nem é da empresa, inclusive já foi Gerente Regional, mas naquele período em que a EMATER, por uma determinação do Ministério Público, quem não fosse do quadro fosse afastado, mas mesmo assim essa pessoa continua mandando, só foi exonerado do cargo, mas continua mandando, inclusive abastecendo carros e carros com combustível da EMATER. E só para acrescentar, Srs. Deputados, inclusive tenho em mãos também uma gravação onde após essa decisão da juíza, aliás, antes da sentença, a Gerente Regional da EMATER/Colorado, a Sra. Inoelma Nunes, juntamente com o Gerente local, Robson Luiz Rocha da Silva, inclusive esse servidor está na operação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e até hoje esse servidor está apenas afastado, não foi demitido, e assim como outros que têm envolvimento em ações tanto em nível de Estado como em nível federal e que continuam no quadro da EMATER ou mandando dentro da EMATER. Inclusive, Srs. Deputados, esse é um sentimento não só do Nizomar demitido, eu tenho certeza que esse sentimento que eu estou falando existem vários casos parecidos em todo Estado. Realmente sei que a EMATER é uma empresa séria, quero aqui defender a empresa, assim como a grande maioria dos servidores, mas infelizmente existem pessoas que não estão fazendo jus ao seu papel, quando a gente questiona são essas as penalidades. Inclusive, Deputado Jesuíno, na audiência passada estava aqui participando, ele citou que infelizmente neste país muitas vezes a gente passa por uma falsa democracia e nós estamos aqui passando por isso. Inclusive, após a gente testemunhar na Justiça referente a esse servidor, essa senhora Gerente Regional esteve no nosso escritório dizendo, pedindo para que a gente mudasse o nosso depoimento. Eu reafirmei que falaria o seguinte: confirmava tudo o que eu tinha falado, e se tivesse outra oportunidade perante a Justiça, falaria novamente, inclusive com mais detalhes. E com isso outros servidores também foram penalizados, eu, talvez, com isso, fui penalizado um pouquinho mais. Inclusive, ela fala nessa mesma reunião, agradece quem tinha votado e trabalhado para um candidato da EMATER, que de certa forma eles seriam bem vistos. E quem não tivesse trabalhado ou tivesse ficado neutro, eles iriam ver o que iriam fazer. Agora, quem tinha apoiado outro candidato ia ter as consequências e já estamos tendo as consequências.

Então, gostaria, senhores Deputados, realmente a EMATER precisa passar por uma mudança e talvez seja essa a oportunidade dos senhores montarem uma comissão e ver os dois lados da moeda. Se algum servidor cometeu alguma falha, pode ter cometido, mas a grande maioria, a grande maioria, se foi, foram coisas pequenas que não caberia demissão. Agora, esses que estão envolvidos, inclusive condenados em alguma

situação no Ministério Público, perante a Justiça, estão ainda mandando dentro da EMATER. São essas as minhas palavras.

E eu só quero aqui reforçar, senhores Deputados, que inclusive assim como eu outros servidores estão sofrendo pressão para não falar certas coisas, não curtir nada no *facebook*, enfim, não compartilhar nada, porque isso faria com que essas pessoas chegassem primeiro na fila de outras demissões que estão aí para vir, porque é essa a conversa que a gente está escutando. Inclusive, colegas e colegas têm ligado para a gente querendo saber se está ou não na próxima lista de demissões. Aí eu pergunto para os senhores: com que cabeça um servidor vai trabalhar sabendo que ele tem a grande chance de estar nesta lista de demissões, sem mesmo ele ter cometido qualquer ato que pudesse colocar ele, que justificasse a demissão desse servidor? E essas minhas palavras, e esse meu sentimento, eu tenho certeza, podem ir a campo que é na grande maioria dos servidores da EMATER.

Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)- Com a palavra, na ordem, o Deputado Hermínio Coelho, está com a palavra.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, eu não estou bem a par da situação, mas de qualquer forma isso para mim não é nenhuma surpresa, porque infelizmente não é só na EMATER, não, esse Governo é uma bagunça em todos os órgãos, em todas as áreas, infelizmente. Mas primeiro essa questão dos critérios, mandar... Porque se tem servidor nó-cego, eu não estou aqui para defender servidor nó-cego, eu acho que servidor nó-cego, se mandar embora, tudo bem. E já vi informação que tem demitido que... Mas o rapaz... Como é teu nome, meu companheiro? O Nizomar falou muito bem, por exemplo, tem gente respondendo processo e esse não demitiu. Porque se você for usar critérios de quem tem alguma mancha dentro da EMATER, algum tipo de restrição, esse era o primeiro que tinha que estar na lista. Se for para fazer algum tipo de corte, que faça justo, que não faça injustiça, principalmente com essa questão, com esse caráter político. Eu acho engraçado que o Confúcio, o Governo Confúcio inchou a EMATER, contratou mais de 400 servidores nestes quatro anos de mandato, nos primeiros quatro anos de mandato. Aí, agora fica com esse, primeiro tem mil cento e tantos servidores, não vão ser vinte servidores, esse argumento de reduzir despesas e tal, isso para mim não justifica, não justifica. Se a EMATER não rever todos esses casos a partir de hoje, a EMATER, a direção da EMATER não rever cada caso, aí, Deputado Jean de Oliveira, é importante, sim, a gente fazer a CPI para a gente ouvir todo mundo e passar a limpo.

Mas eu espero que seja uma CPI séria, porque CPI, quando fala em CPI me dá desânimo, porque, infelizmente, CPI não dá nunca o resultado que a gente espera. Mas, de qualquer forma, não dá para a gente ficar aqui na defesa do próprio Governo ou da EMATER, porque a gente, principalmente as acusações graves que você colocou aí, eu não sei se você já encaminhou ao Ministério Público, se já encaminhou à Justiça. Mas é importante, Luiz Gomes, eu conheço pouco você, mas tenho informação de que você é um homem sério, e eu tenho falado que os homens sérios têm dificuldade de ocupar

cargos neste Governo. É importante que se faça, poderia ser, rever para que a gente não cometa injustiça e que não demita ninguém pela questão política, que demita se realmente for necessário, porque a pessoa cometeu falhas graves ou coisa parecida. Vamos usar critérios justos, que tudo bem, que a gente não, mas da forma que sempre as coisas são conduzidas, da falta de planejamento que esse Governo tem que infelizmente eu tenho falado... Eu acho, Deputado Laerte, que o Doutor Confúcio Moura, ele deve estar louco, deixar o Estado nas mãos desse George. Deixar o Estado nas mãos desse George. Esse George, Deputado Lebrão, está levando este Estado à falência. E triste do cara que vai governar este Estado daqui a uns três, quatro anos, a cada dia o Estado fica pior porque não planeja nada, assume, eu estava vendo até essa questão com os próprios trabalhadores, esses planos. Estão votando os planos aí, não que o trabalhador não mereça, o trabalhador merece até mais, mas estão fechando, estão cedendo negociações para 2017, 2018, como pessoas irresponsáveis. E lá vocês vão ver a dor de cabeça para o Estado bancar tudo isso, porque é feito de forma irresponsável. Da mesma forma que eu acredito que esteja acontecendo... E eu acho que o Luiz é uma pessoa de bem, Luiz é Secretário que fala ou é presidente da EMATER, Luiz Gomes? Para que você reveja caso a caso, e se tiver demissão justa, com motivos, tudo bem, a gente não tem, a gente não vai obrigar e nem defender que a EMATER proteja servidor que cometeu crime com falhas graves dentro da EMATER. Mas que não venha com essa questão política que isso não é bom demitir pessoas porque não votou no cara do PMDB ou no candidato ou coisa parecida.

Eu acho que por enquanto é isso, mas, Deputado Jean, conte comigo, se for necessário, eu já assinei a CPI, se for, conta com a gente, porque a gente quer tirar a limpo. Eu não estou aqui nem contra, sabe, Luiz, não tenho nada contra, mas defender a coisa justa, a coisa certa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio, eu queria, só para dar seguimento, Deputado Laerte, que todos os Deputados fizessem suas perguntas ao Secretário Luiz Gomes e ele vai anotando e no final ele possa esclarecer. E ao Nizomar, também da mesma forma que ele, só se o Deputado fizer pergunta agora para ele para ele poder responder, senão...

Com a palavra, na ordem, o Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente desta Casa, Deputado Maurão, ao Secretário Executivo da EMATER, Luiz Gomes; ao Nizomar, que é servidor da EMATER demitido, do município de Colorado, aos demais servidores que estão aqui presentes que também foram demitidos, se fazem todos presentes.

Antes de fazer algumas perguntas, e eu fiz questão de você citar nomes, de você citar nomes na questão da sua denúncia gravíssima, Deputado Lebrão, na questão de desvios da EMATER, porque a gente tem na EMATER quadros de pessoas de uma conduta ilibada que todos conhecem, na qual o Presidente da Empresa, o Luiz Gomes, que eu conheço, conheço como Prefeito que foi comigo em dois mandatos, conheço como meu Vice-Presidente da AROM, quando eu fui Presidente, e conheço a história do Luiz Gomes e sei da

competência dele, sei da honestidade dele. Então a gente tem que dar nomes, até para não colocar todo mundo no mesmo saco.

Então, eu acho que essa questão das demissões, o Governo tomou a decisão errada. Eu conversei hoje com o Presidente da Empresa, o Luiz, o qual é meu amigo e eu tenho respeito e estima por ele, juntamente com o Deputado Luizinho, e pedi a ele que fosse revogada essa questão da demissão até que fosse implantado o PDV – Plano de Demissão Voluntária. E ele, muito honestamente, muito claramente, nos informou que já não dependia mais dele.

Então, eu queria fazer algumas perguntas aqui, até porque são 20 e poucos pais de famílias que têm anos, uns com 25, 27 anos, no seu caso 11 anos, e tantos outros que dedicaram uma vida à empresa, ao setor produtivo do Estado de Rondônia, que tem naquilo seu sustento, que muitos não sabem fazer outra coisa, Deputado Lebrão, depois de estar 25 anos fazendo aquilo é difícil você mudar, e hoje estão aí demitidos da EMATER. O Deputado Hermínio muito bem colocou, sabiamente, Deputado, e tem servidores da EMATER que realmente cometeram atos que não são corretos diante da função dele, cometeram desvios, cometeram atos, a gente sabe disso. Mas esses têm que responder um processo administrativo dentro da Empresa e que siga a normalidade, a Empresa tem que julgar isso e tomar as consequências. Mas o que nos chegou de denúncia, a gente pôde apurar, e aí eu não sei qual foi o critério e eu gostaria de fazer as perguntas aqui, é que nenhum dos que foram demitidos apoiou o candidato da EMATER, que teve a candidatura a Deputado Estadual, Deputado Lazinho, e nem ao Governo. Foram pessoas que apoiaram outras candidaturas. E eu conheço também servidores da EMATER na nossa região central do Estado que estão há anos fora da EMATER ou em cargos públicos ou em outras funções que já não estão mais lá prestando o seu papel, que é o da assistência técnica aos produtores, e esses não estão na lista. E também temos informações, Presidente Luiz Gomes, e eu vou começar a fazer as perguntas agora, que são mais 400 que vão ser demitidos. Não sei se isso é verídico ou não, mas no mês que vem tem mais uma lista de 70 e assim consequentemente. Então, gostaria de saber o seguinte: primeiro, vou fazer umas sete, oito perguntas para você anotar, Luiz, e depois você dá essa informação para nós.

1º - Se foi feito uma avaliação de desempenho dos servidores que foram demitidos para definir os nomes e qual o critério que foi usado para definir essas demissões?

2º - É o que eu falei aqui, se é verídica a informação que a EMATER precisa demitir 400 servidores. Se isso é verídico, o que se comenta, ou se não for, quantos servidores vão ser demitidos da EMATER?

3ª Pergunta: Quantos servidores a EMATER tinha, não sei se tem essa informação, quantos servidores a EMATER tinha no início do Governo Confúcio Moura, do Governo atual, em 2011, e quantos servidores ela tem agora? Qual foi o aumento de servidores que a Empresa tem?

4ª Pergunta: que ela já se equipara mais ou menos a primeira, Luiz. Eu como fui Prefeito, assim como você, quando há necessidade de demitir, o Deputado Adelino também foi, se usa uma regra, a própria legislação diz isso. Eu sei que a EMATER é uma Empresa, e se ela segue a regra pública ou não? Que seria primeiro tirar os CDS, diminuir os cargos de

direção, demitir, e no último extremo, se houver a necessidade de demissão, logicamente, começam dos mais novos aos mais velhos.

E o primeiro de todos, e aí o Presidente do Sindicato, Presidente Luiz, nos disse hoje que apresentou o Plano de Demissão Voluntário, a sugestão, propôs à direção da EMATER, no dia 23.03.15, e as demissões vieram depois disso. Por que não foi feito primeiro o PDV dos servidores para depois tomar essa decisão? Por que a decisão de demitir agora, de demitir antes e agora está estudando fazer o PDV de acordo com o Sindicato, de acordo com o que o Sindicato solicitou.

E outra pergunta que eu gostaria de saber, se foi usado o critério de apoio aos candidatos. Que isso é muito forte, aos candidatos a Deputados, como eu falei no começo, aos candidatos a Governador, pessoas que não apoiaram a atual administração do Estado estão sendo marcadas e demitidas. Porque se isso acontecer realmente e for verídico, Deputado Edson, é um precedente perigoso para a EMATER, amanhã ou depois o Governo muda, amanhã ou depois pode mudar o Governo e haver a necessidade de demissão, o próximo Presidente pode usar o mesmo critério, e aí o que a gente não quer que faça conosco a gente não faz com o próximo.

E a última informação que eu gostaria de saber é se o Presidente do Conselho, se não me falha a memória é o Secretário Estadual de Agricultura, se ele estava ciente da decisão de demitir, e se ele foi informado das demissões antes que os servidores demitidos recebessem o comunicado. Essa informação, para mim, é importante porque o Presidente do Conselho, numa conversa que nós tivemos, Presidente Luiz Gomes, até com o Deputado Luizinho junto, ele me informou que ele não ficou sabendo das demissões, ficou sabendo depois. Se isso realmente aconteceu, ele como Presidente do Conselho, Deputado Adelino, é uma coisa muito grave. Ele passou essa informação para mim. Então, de imediato, senhor Presidente, são alguns questionamentos que eu gostaria de fazer e aguardar as respostas do Presidente para depois eu voltar a me pronunciar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Na ordem, o Deputado Jean Oliveira com a palavra.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Boa tarde. Boa tarde ao Secretário Luiz Gomes; boa tarde ao Vereador emateriano, Nizomar.

Primeiro, eu queria aqui dizer, quanto à questão da pessoa do Secretário Luiz Gomes, eu acho que quanto à questão da sua pessoa, até hoje o senhor não deixou transcender nenhum tipo de aparência que não fosse de um homem honesto, ponto. Nós estamos falando agora é da sua ação de demitir os seus então colegas da EMATER. Eu queria dizer que a EMATER, eu posso falar porque estou aqui pela segunda vez, sou reeleito, e eu presenciei neste Plenário, nas antessalas do Plenário, nas Comissões, nos gabinetes, a peregrinação de vários técnicos extensionistas rurais. Naquele momento, Secretário Luiz, que fique registrado aqui, nós tivemos momentos que nós não estávamos falando com o Secretário ou com a Diretoria da EMATER. Nós estávamos falando com os extensionistas, nós estávamos falando com todos de igual para igual. Ninguém era mais, ninguém era menos, não existia grau de hierarquia porque estava na vala comum. Nós discutimos aqui, em vários

momentos, questões salariais, garantir dentro do orçamento o salário do servidor da EMATER. Nós discutimos aqui neste Plenário uma Emenda Constitucional que garantia a estabilidade do funcionário da EMATER. E todos os momentos, todos aqueles coitadinhos que saíam lá do campo onde era o trabalho, tinham que trabalhar até meio-dia, uma hora, vinham sujos aqui, muito sujos, com a mão cheia de terra, que não dava tempo de ir em casa tomar banho para vir aqui para o Plenário participar, dar empolgação para o Parlamento ajudar a EMATER. Houve sempre união por parte dos ematerianos. E o pior, Presidente, que eu quero registrar aqui, houve momentos que do Secretário ao vigia da EMATER, foram todos solidários, de acordo com a sua quantia de salário, conforme seu salário, doaram um percentual para um grupo de advogados defender a EMATER, que está sendo defendida até hoje no Supremo Tribunal Federal com uma ADIN. Naquele momento não existia distinção de quem era de cor partidária vermelha e de quem era de cor partidária azul. Não tinha. Naquele momento eram todos um, naquele momento eram todos extensionistas, seja social, seja rural, seja do quadro administrativo, seja da Diretoria da maior corte da EMATER.

Então, eu venho aqui dizer que eu posso denominar a Assembleia como uma calha recursal de momentos de angústia, de desespero da EMATER. A Assembleia sempre foi um local de recursos. Então, não pensasse a Diretoria da EMATER que com a demissão de 30 funcionários, sem nenhuma prévia justificativa, que esses mesmos não recorreriam àqueles que sempre recorreram na hora do momento difícil, na hora do momento bom. Então, eu quero aqui dizer que eu me sensibilizei com essa questão quando conversando com um ou com outro demitido, uns com mais tempo, outros com menos tempo, mas todos com o discurso dizendo: “Deputado, lá na minha cidade eu trabalhei, eu dei o que pude do meu saber e me dediquei ao máximo.” Citam até exemplos, como, por exemplo, concurso leiteiro. “Eu ajudei o concurso leiteiro da minha cidade a crescer.” Coisas simples, que muitas vezes não é levado em consideração num momento como esse, mas que para ele, sem nenhum tipo de vaidade, acha que aquilo ali é um item que pode ser analisado neste momento para poder reverter a situação, quando a gente sabe que concurso leiteiro trata de uma das fontes arrecadoras que paga o salário de todos que estão aqui neste Plenário. Outro, programa da distribuição da semente de feijão. “Eu carregava, Deputado, no meu carro particular, as sementes de feijão para distribuir, muitas vezes em Câmara de Vereador, em pátio de escola, no meu carro particular, porque a EMATER não tinha carro no momento.” Discursos como esses, Secretário Luiz Gomes, nos sensibilizam e nos fazem crer que é possível rever essa situação.

Outra coisa mais que eu quero dizer, na EMATER, a EMATER, hoje, tem um povo, uns técnicos que são como quaisquer outros, é extensionista rural como qualquer outro, mas esses não, esses são uns magistrados. E aqui eu posso falar alguns deles, como por exemplo o senhor Márcio Milani, o maior assediador moral de toda a história da EMATER. O maior assediador moral que pode existir nessa EMATER. Ele era regional aqui de Porto Velho e agora pegou um cargo muito mais importante, que agora que ele pode cometer o tal do assédio moral mesmo, porque eu registrei, eu registrei,

eu, Jean Oliveira, registrei pessoas, técnicos da EMATER dizendo: “Deputado, lá o negócio é o seguinte: quem é do Chiquinho é do Chiquinho, esse está no grupo da elite, quem não é do Chiquinho vai sofrer”. Isso eu estou falando de vários municípios do Estado de Rondônia. Não é só Porto Velho, não, é também lá no interior. Porque ele tinha uma força tão grande que daqui de Porto Velho ele conseguia controlar o Cone Sul, a Zona da Mata, o Vale do Guaporé. O Deputado Lebrão, que foi o Deputado que mais ajudou a EMATER com estrutura, a maioria das pessoas foi pressionada a ajudar outro candidato, Deputado Lebrão, não puderam reconhecer seu trabalho porque houve assédio moral em cima dessas pessoas e hoje está acontecendo. Então, eu venho aqui, Secretário Luiz Gomes, dizer que a EMATER tem sim os magistrados, aqueles que se acham melhores do que os demais. Tem, por exemplo, a Solange Ribeiro, junto com a Solange Pereira, que junto com a sua irmã bota para correr quem quer agora. Eu estou sabendo que é desse jeito que funciona. Ji-Paraná virou o comando deles. Então não dá para aceitar isso! Sabe por que, Luiz? Não quero que você pense que aqui é uma sessão de deselegância, isso aqui vai abrir precedente para quando o cidadão era ameaçado de ser transferido para outro município, agora a ameaça vai ser diferente: ou é assim, ou você vai para a rua! Eu quero aqui ser parceiro da EMATER, como eu sempre fui, e quero aqui pedir para que acabe com esse tipo de coisa na EMATER. Existem soluções aqui, como disse o Deputado Laerte, o senhor foi Prefeito, politicamente é dotado de conhecimento, tecnicamente é dotado de conhecimento, sabe muito bem que é possível utilizar a mão de obra do emateriano, se não está dando conta de trabalhar na EMATER, utilize ele em locais que o hoje o Governo do Estado está pagando CDS, está pagando CDS para veterinário lá na minha cidade, em Alta Floresta. Por que não pega um emateriano de qualquer lugar, para não demitir um veterinário, você coloca lá no lugar desses CDS em Alta Floresta, coloca ele para trabalhar no IDARON ou pega os CDs aqui da SEAS e pega assistente social da EMATER e o coloca na SEAS, porque a EMATER faz um brilhante trabalho.

E eu quero deixar registrado aqui, senhor Presidente e demais Deputados, a EMATER não atinge metade da agricultura familiar deste Estado. Quanto mais servidores forem demitidos, pior vão ficar os quadros da EMATER. E o pior é que os critérios adotados para se mandar embora, se foi ‘a’ ou ‘b’, não sabe porque está tudo muito misturado. Ali tem cidadão que sequer um dia houve uma reclamação ou uma advertência e foi demitido. E aqueles que têm problemas, esses têm o direito do contraditório e da ampla defesa previsto na Constituição Federal deste país. Então, nós não podemos tomar atitudes como essa. Eu peço aqui, assim como um dia, Luiz Gomes, foram vocês que pediram para nós, Deputados, ajuda, eu peço a tua colaboração para que seja parceiro e solidário a esses que foram demitidos, dando a oportunidade de rever. E a minha pergunta é uma só, eu não tenho oito perguntas, não, Deputado Laerte, a minha é uma só. Existe a possibilidade de serem revistas essas demissões, dando, fazendo convênio com Secretarias como a SEAS, como a SEAD, que é administração e como o IDARON que necessita de veterinários no seu quadro. Eu peço aqui se há possibilidade e bom senso de revermos e estudarmos uma forma, como disse o Deputado Laerte, para que possamos não fazer essa injustiça de demitir as pessoas,

são trinta anos, são dez anos, são cinco anos de pessoas que estão sendo mandadas embora aleatoriamente. Então, eu defendo aqui e a minha pergunta é: existe a possibilidade de serem revistas as demissões?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Nós assinamos, eu assinei esse Requerimento e foi aprovado de plano, de forma extraordinária. Eu posso dizer o seguinte: quero eu acreditar que realmente não é uma questão política. Mas isso não só está acontecendo, se for detectada essa questão dessas demissões dentro da EMATER, assim também ocorre dentro da Polícia Militar, existe denúncia também de questões também de policiais militares que poderão ser demitidos. Mas o meu ponto, vou logo ao foco, eu recebi denúncias que existe, exemplo, dentro da EMATER pregões e aí pessoas compram o pregoeiro e não há entrega do material, exemplo, de tratores, de materiais, aí no caso da questão que faz parte dos tratores também, no caso as peças, as suplementações agrícolas.

Então, a minha preocupação é essa, já existe denúncia de desvio de verbas. Então, existe também essa questão da EMATER, se o senhor Presidente tem ciência disso? Porque também é uma denúncia muito grave. A gente não pode aceitar esse tipo de questão aí de desvio, que isso aí está dilapidando o bem público. A informação que eu tenho é que compra o pregoeiro e o pregoeiro só entrega a nota fiscal e a peça não vai. A gente também tem que acompanhar essa situação também. E se for detectada realmente essa questão dessa demissão política, nós temos que, aí sim, se não for revista da forma como deveria, a gente tem que abrir uma CPI realmente para fiscalizar e acompanhar essas demissões aí porque se faz necessário.

Se há pessoas que estão respondendo ou se tem denúncia de ato ímprobo, tem que cumprir a lei, tem que demitir, mas dentro dos rigores da lei. Agora, pessoas que têm vinte e quatro anos, vinte e um anos, só porque não apoiou fulano de tal, têm que ser demitidas? Aí não, isso aí não existe. Nós temos que, através desta Casa, fiscalizar e coibir esse tipo de ato. Esse é o nosso papel. Eu acredito, sim, que o Governo vá tomar alguma posição sobre isso. Quando eu falo em Governo é geral, e o próprio presidente pode rever seus atos, porque a administração pública, isso é simulado, pode rever seus atos a qualquer momento, inclusive uma demissão dessas. Se foi detectado um ato ilegal, o próprio gestor de ofício anula e retorna as pessoas. Era só isso que eu tinha para falar mesmo.

Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Mais algum Deputado que gostaria de perguntar? Acho que é importante para depois o Presidente Luiz Gomes poder... Vossa Excelência se inscreveu, Deputado Lazinho? Está com a palavra então, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Presidente. Eu não teria como ficar calado diante dessa situação. Primeiro, aqui eu quero me reportar a um erro que nós cometemos aqui em não dar a oportunidade de ouvir a empresa em outro momento,

fora, em outro espaço, assim como deveríamos ter também convocado o Sindicato dos servidores para poder ouvir. Aqui fica muito difícil até, Nizomar, de a própria EMATER se expor, e de você, como funcionário, se expor, porque aqui é público demais para determinados assuntos. Eu estou dizendo isso porque a gente precisa pautar nessa discussão aqui o ente mais importante de todo esse setor, que é o setor produtivo, que é a agricultura familiar, que são os agricultores que precisam da EMATER. Não estou dizendo que os funcionários da EMATER não são importantes, porque sem eles não existia EMATER. Não me inscrevi também para fazer pergunta, mas para dizer que o Estado de Rondônia necessita ainda de muitos técnicos. Não estou preocupado com quantos o Governador Confúcio contratou, porque nós, números assim meio aleatórios, temos 80.000 propriedades, mais de 90.000 propriedades, 90% é da agricultura familiar. E o Plano Nacional de Assistência Técnica construído é para que no futuro a gente possa ter no máximo 60 famílias por técnicos. Então, a demissão é regredir.

Outra coisa, eu fui do Conselho da EMATER durante 08 anos, como Presidente da FETAGRO, e a gente precisa entender que desde aquela época vinha a questão da adequação da folha da EMATER e da estatização da EMATER e a FETAGRO. E hoje eu continuo, com todo respeito aos servidores, me posicionando contra a estatização da EMATER. Porque quando você estatiza você dá estabilidade aos servidores, isso é importante, mas você engessa as ações do Estado, porque passa a empresa a ser regulada por outro sistema. Para os funcionários é ótimo, mas para os agricultores, e aqui eu duvido que, em sã consciência, um técnico, qualquer técnico da EMATER vá dizer que foi melhor a estatização para os agricultores ou se foi pior. Ele vai dizer que foi muito pior. Todos, porque todos querem prestar assistência técnica, porém para a carreira profissional é importante, se fazia necessário isso. Uma coisa que a gente precisa tratar é que a assistência técnica é investimento. Sendo investimento, nós precisamos rediscutir a forma no Estado e com o Governo da nova assistência técnica a partir de 2015 com a estatização. E eu não quero crer que o Governo está deixando, o George, que para mim não é um planejador, ele é um controlador de gastos do Governo, porque tudo para ele não pode, controlador de gastos e aí é corte. Está errado. Assim como também posso dizer que a EMATER precisa sim fazer uma adequação dos seus funcionários.

Eu não vou nunca defender quem fez coisa errada. Também não vou defender quem está ficando e fazendo coisa errada. E se eu tiver oportunidade, porque eu conheço o Estado inteiro, de sentar com o Governador e ele me perguntar o que é que está de errado, eu vou dizer, aqui eu não vou dizer não. Foram citadas algumas coisas aqui que precisam ser mudadas, que acontece nesse Governo o que aconteceu nos outros também, em termos de assédio, em termos de desrespeito, nunca deixou de acontecer, mas por pessoas, não pela entidade, não pelo órgão, não pelo Governo. Eu não sei qual o regime hoje, se para admitir se faz uma investigação interna, aquele negócio que é de funcionário público, é preciso que o Luiz Gomes nos informe. Não sei como é que faz. Agora, as demissões, eu não quero acreditar que sejam políticas, não quero acreditar que sejam políticas. Não estou dizendo que todos que demitiram foi injustamente, não. Agora, tem problemas que precisam ser corrigidos, mas que tem que ser corrigidos de baixo para cima

e de cima para baixo. Eu quero dizer para o senhor Luiz Gomes, e a gente tem conversado muito sobre isso, eu gostaria que o senhor pudesse ter chegado aqui e ter dito o que está acontecendo realmente, porque se o Governo disser que é só para cortar gastos, eu não concordo. Eu não concordo porque não pode cortar gastos de investimento. Agora, que a gente sabe que nós temos problemas na EMATER, temos e eu me proponho, estou disposto a ajudar corrigir as demissões dos 20, porque não foram 29, a informação que o Presidente traz é que 09 já estavam dispostos a sair. Os 20 outros que foram demitidos podem fazer a sua ampla defesa e fazer a demissão que precisa, porque quem deve não vai ter coragem de se defender, quem deve não vai ter coragem de se defender. Para a gente poder tratar isso de uma forma mais clara.

Agora, a EMATER da forma como está, o Luiz Gomes, já conversando com ele, não vai conseguir prestar assistência técnica no Estado, dada a nova realidade dela e a gente precisa, nós precisamos nos ajudar para que a gente consiga ter assistência técnica de verdade no nosso Estado, porque o Plano Nacional delineou isso e a gente precisa ajudar a cumprir isso. Obrigado, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda algum Deputado que queira fazer a pergunta? Está aberto aí. Não tendo, o Presidente Luiz Gomes pode responder as perguntas dos pares Deputados.

O SR. LUIZ GOMES – Eu quero começar nas respostas, como o Deputado Laerte foi o primeiro a fazer as suas perguntas. E dizer que as acusações que foram feitas com relação a colegas que foram da EMATER e que estão na EMATER, cabe ao acusador o ônus da prova.

Então, quem acusou tem que provar depois, que não é o caso aqui dos Deputados. Eu acho que esta Sessão muito respeitosa com relação às perguntas dos Deputados. Nós estamos aqui para atender esse chamamento do Parlamento. Eu já falei com relação à EMATER/RO, essa questão desses desligamentos que é uma decisão governamental. Mas lá na frente eu vou fazer as explicações mais apropriadas. O Deputado Laerte, na sua primeira pergunta, ele faz com relação a uma avaliação de desempenho e até critérios. Os técnicos da EMATER têm uma obrigação de trabalhar 100 famílias e acompanhar pelo menos com 03 visitas durante o ano. Nós temos colegas que durante o ano, e que têm que fazer o cadastramento dessas propriedades, nós temos colegas que durante ano, e aqui eu posso citar 2014, um cidadão que ganha aí de seis a sete mil reais, porque ocupou posições no passado, posições políticas no passado, e tem deles ocupando agora, que atende, atendeu, eu estou dando um exemplo, 15 propriedades durante o ano. Todas as outras metas que têm para serem cumpridas, nós temos um relatório que acompanhamos pelo sistema, é tudo zero, tudo zero. Eu não trouxe documentos para cá para mostrar para os senhores Deputados porque, em avaliação da diretoria e também uma prudência minha, eu achei que não era necessário. Mas um dos pontos que eu estou citando e de repente pode até ser considerado como critério. Mas esse foi um dos critérios que foi usado, lá na frente eu vou...

O SR. LAERTE GOMES – Mas foi usado esse critério ou não?

O SR. LUIZ GOMES – Também.

O SR. LAERTE GOMES – Também?

O SR. LUIZ GOMES – Também. Mas veja só, a EMATER/RO é uma empresa...

O SR. LAERTE GOMES – Precisamos saber, senão nós vamos ficar achando aqui que os que foram demitidos foi por esse critério.

O SR. LUIZ GOMES – Pode ser considerado também esse aí um critério. Mas a EMATER/RO é regida pela CLT...

O SR. LAERTE GOMES – Para gente ser bem objetivo, Presidente: esse critério foi usado, esse é o critério?

O SR. LUIZ GOMES – É o que eu estou falando, a EMATER é regida pela CLT, no caso...

O SR. LAERTE GOMES - Mas no caso da demissão, foi...

O SR. LUIZ GOMES – No caso dos desligamentos, a instituição está pagando 100% das verbas rescisórias, é CLT. Mas continuando aqui, com relação a mais 400 que estão falando de demissão. Não chega a esse número de 400, não chega. Agora, existe uma pré-disposição governamental de ter pelo menos mais umas duas etapas, mas o recurso é curto, não é uma quantidade muito grande de funcionários. Mas nós vamos sempre privar pelos improdutivos totalmente, que tem; pelas pessoas que têm problema de desvio de conduta, principalmente no crédito rural. Nós temos técnicos que são credenciados pela EMATER junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário para emitir DAP's, que é Declaração de Aptidão ao PRONAF, essa DAP você tem que emitir, que é pelo sistema do Governo Federal, o técnico tem que conhecer o produtor, tem que conhecer a propriedade que é para poder o produtor, de posse com esse documento, ter acesso ao crédito. E infelizmente, na nossa instituição, tem diversos técnicos que trabalham no município, residem no município e estão dando esse documento, estão dando a DAP, fornecendo a DAP para produtor de outros municípios que nem conhecem o produtor ou a propriedade. Aí o produtor, de posse com aquelas informações, pode acessar o crédito rural através do PRONAF. Que a DAP não pode ser dada, Presidente, para produtor que o técnico não conhece a propriedade e nem conhece o produtor.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente Luiz Gomes, foi aberto processo administrativo para apurar isso?

O SR. LUIZ GOMES – Tem casos que nós apuramos, tem casos que a Polícia Federal já está também apurando.

O SR. LAERTE GOMES – Mas independente da Polícia ou da Justiça, o órgão tem que abrir um processo administrativo. Foi aberto em todos os casos?

O SR. LUIZ GOMES – Deputado, a EMATER faz os procedimentos necessários. Eu já falei para o senhor que a

EMATER é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho. Quando um profissional erra, quando um profissional deixa de fazer a sua missão institucional, a empresa não é obrigada a abrir todos aqueles trâmites que são necessários porque é CLT, principalmente nos casos de pagar todas as verbas rescisórias, todas as indenizações necessárias.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente.

O SR. LUIZ GOMES – Pois não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Mas nesse caso, se existe um servidor da EMATER, um empregado da EMATER, que de fato existem todos os indícios comprovados, e eu acredito que nenhum ainda foi julgado, mas caso exista, a CLT diz muito claro, caso de um emprego como esse é justa causa. Então, o Estado também está errando, como é que vai pagar direito para uma pessoa que pode ser demitida por justa causa? A EMATER também está errando nesse ponto.

O SR. LUIZ GOMES – Mas aí é onde eu estou afirmando para o senhor que estou falando os problemas que ocorrem na Instituição. Mas por estar se pagando todos os direitos, nós não fomos fazer esses critérios, nós sabemos que existe. Eu gostaria muito, igual falou o Deputado Lazineiro, de Vossas Excelências, o senhor, o Deputado Laerte terem aceitado a gente ter uma conversa prévia para eu detalhar esses assuntos, inclusive com pessoas próximas e que os Deputados conhecem. A situação não é o que estão falando. Eu não costumo e não sou imprudente com as nossas ações. Nós temos, evidentemente, elementos que depois eu posso, o senhor me diz os nomes, eu posso citar para o senhor a motivação. Agora, volto a afirmar que não se levou em consideração porque é CLT e a EMATER está pagando todos os direitos, está entendendo? Então, abriu um processo de investigação ou não sei o quê? Tem casos que sim, outros não. Agora, o que está ocorrendo na Instituição, e nós temos que ter muito cuidado e precisamos de apoio do Legislativo, é que está se proliferando na Instituição, agora eu uso uma palavra da Presidente Dilma, “malfeitos” e nós não concordamos e estamos vendo essas questões dos malfeitos dentro da Instituição, não é? E é isso que está sendo feito. Outra pergunta do Deputado Laerte...

O SR. LAERTE GOMES – Eu não entendi bem a hora que Vossa Excelência falou que nós não aceitamos ou aceitamos uma conversa prévia? Eu não sei se Vossa Excelência falou que não aceitamos?

O SR. LUIZ GOMES – Não, é porque eu procurei esse entendimento...

O SR. LAERTE GOMES – Porque hoje de manhã nós tivemos duas horas, dentro do carro, conversando, uma hora eu, Vossa Excelência e o Deputado Luizinho. Então nós conversamos, não é?

Então, dizer que não aceitamos, não, me propus a conversar. Eu só não, Vossa Excelência está dando as respostas, eu conheço alguns servidores da EMATER, eu acho que não

pode se colocar isso, essa pecha em todos. Então, é isso que a gente vai discutir aqui também.

O SR. LUIZ GOMES – Excelência, o que eu estou falando aqui é uma colocação de forma geral do que está acontecendo na Instituição. Eu não estou aqui apontando servidor A, B ou C. Eu estou falando que nós observamos muito bem para poder tomar essa decisão, mas não estou dizendo que A, B ou C cometeu esse tipo de coisa, mas está acontecendo. Eu falei me referindo ao Deputado Lazinho porque ele falou de um fórum que poderia antes... Mas tudo bem, a coisa está acontecendo e nós estamos à disposição para isso.

Uma outra pergunta foi quantos funcionários a EMATER tinha no início do Governo e quantos tem agora. Eu tive, com muita honra, a oportunidade de ter sido Secretário da EMATER no Governo Bianco e quando nós deixamos a EMATER/RO, a EMATER ficou com 669 profissionais, técnicos administrativos e de apoio, isso em 31.12.2002. Já em 2011, que aí passou dois governos e um ano do Governador Confúcio, a EMATER já tinha 1452 funcionários. Nos dois governos anteriores, a EMATER contratou 540 funcionários, se não me falha a memória. E nos dois primeiros anos do Governo Confúcio, para atender as chamadas públicas do Governo Federal, que é uma modalidade de atendimento que a EMATER faz em assentamentos rurais, foi contratado em torno de 308 funcionários.

O SR. LAERTE GOMES - De 2011 até agora são 308, então?

O SR. LUIZ GOMES – Foi.

O SR. LAERTE GOMES – A pergunta foi de 2011 a 2015? São 308?

O SR. LUIZ GOMES – Isso.

O SR. LAERTE GOMES – São 308.

O SR. LUIZ GOMES – Mas foi em torno de 540 funcionários.

O SR. LAERTE GOMES – De 2011?

O SR. LUIZ GOMES – Não, o Deputado Adelino está me perguntando nos dois governos anteriores. De forma que desse total de 1452, se fazendo um trabalho daqueles que queriam sair da Instituição, a EMATER pagando os direitos e também alguns que foram demitidos por desvio de conduta, que não são assim, não foram tantos, são casos pontuais que não ressoaram aqui na Assembleia Legislativa, hoje a Instituição tem agora, 31 de março de 2014, 1169 funcionários. Isso em 31.03, se saírem esses 29 que estão saindo, a Instituição ainda fica com 1140 funcionários. Agora, uma coisa também que eu gostaria de aproveitar e falar aqui para os Deputados é que a EMATER, dentre outras coisas, precisa de uma redistribuição de pessoal. Você chega nos escritórios, Deputado Edson, do eixo da BR-364, nós temos escritórios com 25 profissionais, com 30, com 23 e, por incrível que pareça, eu ainda recebo pedidos para levar mais funcionários para esses locais. Nós precisamos ao contrário, Deputados, levar técnicos que queiram

trabalhar, que queiram preservar seus empregos para as fronteiras agrícolas. Nós estamos, provavelmente, para abrir um escritório em Nova Dimensão, que Vossas Excelências conhecem o clamor dos produtores por um escritório da EMATER em Jacinópolis, e não conseguimos abrir porque quando quer se levar um funcionário, ou dois ou três, aí vêm as dificuldades: ‘- Eu não vou porque estou aqui há cinco anos, há três anos’, e outras coisas mais. Mas nós precisamos realmente fazer essa redistribuição.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu quero, o senhor falando de redistribuição, eu quero aqui agradecer por Vossa Excelência, a diretoria, inclusive o escritório regional de Rolim de Moura, por voltar atrás na ideia de fechar o subescritório, a subgerência de Izidrolândia.

O SR. LUIZ GOMES – Izidrolândia.

O SR. JEAN OLIVEIRA – O senhor esteve no meu município de Alta Floresta num evento sobre café, eu infelizmente não pude estar lá. Mas está aí, Izidrolândia é hoje, hoje os produtores estão motivados a produzir o leite. Está começando a febre do leite lá, café, e nós não temos técnicos de nível superior, agrônomos, nós não temos veterinários lá. Então, existe o quê lá? Tem local aqui que porque está perto de cidade, confortável, grandes cidades, têm quatro, cinco veterinários que não cabem naquele escritório. Eu acho correto o pensamento de Vossa Excelência e queria fazer aqui uma ponderação, para que o senhor pudesse anotar, que se há necessidade da redistribuição dos técnicos, que eu acho que há, eu comungo com esse pensamento, mas mais do que mandar embora, como disse o Deputado Lazinho, existe a necessidade de descentralizar a EMATER, acabar com os regionais. Não dá para segurar regional com tantos técnicos gabaritados, capacitados dentro de um escritório que não tem tanta serventia, não tem serventia. Porque a serventia da EMATER, que fique claro, o extensionista rural tem que trabalhar lá no campo. Porque o extensionista rural que dá atendimento à família, como o senhor disse, é que paga salário de todo mundo que fica no administrativo, é que paga o salário de todo central, é que paga salário de todo regional, então que os regionais vão à campo. Eu peço que essa seja a principal decisão do senhor, à frente ali. E o senhor pode ter certeza absoluta que se fizer isso vai ficar escrito seu nome na história da EMATER.

O SR. LUIZ GOMES – Excelência, com relação à redistribuição, no momento oportuno ela tem que ocorrer, no momento oportuno. Agora, eu acho que um dos grandes problemas que a EMATER teve no passado foi a extinção dos Regionais, os supervisores regionais é que monitoram, quem acompanha, quem supervisiona as ações dos escritórios locais. Eu acho que os Regionais são altamente necessários, agora, com o acompanhamento efetivo junto aos escritórios locais. Já se extinguiu esses Regionais uma vez e um dos motivos de nós estarmos passando por essa situação vexatória, principalmente com o crédito rural, foi em função da extinção dos Regionais. Agora já melhorou bastante. O BASA, o Banco do Brasil, quando eu assumi a EMATER em 2013 eu recebia muita notificação

com relação a essa questão do crédito rural. Diminuiu, mas ainda existe um percentual bem razoável. Mas, por exemplo, Deputado, eu quero agradecer o apoio de V.Ex.^a com relação a essa questão da redistribuição, que é necessária, é fundamental, eu diria nem para a EMATER, é para os produtores rurais que estão precisando de técnico junto a suas unidades produtivas.

Uma quarta pergunta do Deputado Laerte é com relação a CDS, diminuição de gratificação. Em março de 2013, nós fizemos uma reforma na EMATER, diminuímos em 30% a quantidade de cargos, diminuímos o valor das gratificações, que são pequenas, em 10% linearmente. Então, a EMATER não tem aquelas gratificações absurdas, nós já cortamos na própria pele em 2013.

O SR. LAERTE GOMES – Quantos cargos comissionados têm na EMATER hoje, Secretário?

O SR. LUIZ GOMES – Deputado Laerte, nós temos 89 unidades no Estado como um todo, nós não temos na EMATER, eu posso passar o número fechado, correto para o senhor, mas nós não temos 140 cargos comissionados na EMATER, nós não temos, uma instituição que tem atualmente 1.169 empregados.

A questão do PDV. O PDV foi realmente apresentado pelo Sindicato e pela ASSER. Eu li toda aquela proposta de desligamento voluntário, imediatamente eu já encaminhei para o Secretário Padovani e ele convocou a assembleia do Conselho Deliberativo para o dia 20. Ai você diz: mas por que, essa questão das demissões já vinha em curso, o sindicato apresentou agora em final de março, dia 23, agora o que nós devemos fazer? E aí nós queremos contar com o apoio da Assembleia Legislativa. Se é para ter o PDV, vamos trabalhar junto ao Governo do Estado para implantar o PDV que, como já falei, está agendada essa reunião para o dia 20.

Com relação, Deputado Laerte, V.Ex.^a me conhece muito bem, nós atravessamos aí o problema político, tem até uma pergunta aqui com relação a candidatos, e aqui estão o Deputado Edson, o Deputado Marcelino e tem o ex-Prefeito de Mirante da Serra, o Vitorino, perguntem para eles, que é a minha região onde eu fui Prefeito, e V.Ex.^a sabe disso, aonde eu fui pedir e pressionar qualquer funcionário com relação à questão política? Não, evidentemente que a EMATER teve um funcionário que foi candidato a deputado federal, ele andou, ele visitou e com todo parlamentar que eu encontrava eu dizia 'fique à vontade para ir', todo candidato estadual ficasse à vontade para visitar as unidades da EMATER/Rondônia. Está aqui o Deputado Adelino, que eu acho que ele não tem nenhuma reclamação com relação à maneira que nós conduzimos a instituição no período eleitoral.

O SR. LAERTE GOMES – Mas V.Ex.^a, Luiz Gomes, é uma pessoa muito hábil, é um presidente e eu conheço sua conduta e sei disso. Mas as denúncias chegam até nós sobre o seu adjunto, que pressionou, que foi para cima em todos os escritórios regionais para angariar apoio para a sua candidatura, isso é público e notório em todos municípios de Rondônia. Todo mundo sabe disso. Então, usou seu cargo, usou a sua influência de Secretário Adjunto da EMATER para fazer, para ter o benefício da instituição a favor do seu projeto eleitoral. Isso é uma coisa

pública, muitos aqui podem não falar, mas todos comentam ali. Inclusive o próprio Deputado Luizinho, numa reunião em Alvorada, não é, Luizinho? fez um desabafo na frente dele e Vossa Excelência estava lá. Fez o desabafo na frente de seu Secretário Adjunto, o Chiquinho, e muito forte, o Deputado Luizinho fez um desabafo muito forte neste sentido. O Deputado Luizinho está aqui e não me deixa mentir, como Vossa Excelência também não deixa, que estava naquela reunião no município de Alvorada. Então, o questionamento aqui nosso, Presidente, Secretário Luiz Gomes, eu sei que Vossa Excelência não tem esse perfil porque eu lhe conheço.

Uma pessoa de bom grado, maleável, convive com todo mundo bem, e é o seu perfil, mas o seu Secretário Adjunto isso é público e notório, que fez isso a campanha toda.

O SR. LUIZ GOMES – Eu estava preocupado porque o meu Adjunto está ali, o Doutor Arimateia. E eu conversei com ele...

O SR. LAERTE GOMES – Ex, então é ex-adjunto. É porque foi no primeiro mandato todo. É o Chiquinho da EMATER. Então Vossa Excelência entendeu o que eu disse. Se Vossa Excelência mudou, o Dr. Arimateia, que eu não sabia. Então Vossa Excelência acabou de confirmar o que eu falei aqui, que até mudou o seu adjunto.

O SR. LUIZ GOMES – Foi em função do período eleitoral. Mas o Arimateia é uma pessoa muito dinâmica, probo e que, com certeza, durante esse período ele não se envolveu nesse tipo de situação.

O SR. LAERTE GOMES – Ao qual eu estendo as suas palavras e as minhas ao doutor Arimateia. E volto a afirmar que eu não estou falando do Dr. Arimateia, Deputado Lebrão, estou falando do Secretário Adjunto durante um mandato inteiro, só saiu no período eleitoral, o Chiquinho da EMATER.

O SR. LUIZ GOMES – A outra pergunta do Deputado Laerte é se o Presidente do Conselho tem ciência dessa questão dos desligamentos. Tem sim. Tem sim. Tem, porque eu procuro não fazer nada na EMATER de maneira precipitada. Eu procuro, antes das decisões, e eu não me preocupo de uma decisão minha demorar um pouco, eu não me preocupo. Está aí o Deputado Cleiton que sabe que nós não podemos ser precipitados. Mas não só o Presidente Padovani do nosso Conselho Deliberativo tem conhecimento...

O SR. LAERTE GOMES – Teve antes da demissão? Teve antes? Na hora de tomar as decisões ele participou? Esteve junto?

O SR. LUIZ GOMES – Não, não esteve junto.

O SR. LAERTE GOMES – Ele foi informado de quando ia haver as demissões?

O SR. LUIZ GOMES – Claro.

O SR. LAERTE GOMES – Então ele faltou com a verdade comigo. Porque ele me disse, e eu até estranhei isso, porque lhe conhecendo como eu lhe conheço, até estranhei, que ele me

disse uma semana depois das demissões que ele foi ter conhecimento depois que as demissões foram feitas. Então ele faltou com a verdade aqui, ele faltou com a verdade comigo.

O SR. LUIZ GOMES – Deputado, é o que eu estou falando, e não só ele, o Secretário de Planejamento sabe, o Secretário de Fazenda sabe, está entendendo, e é isso que aconteceu. Eu acredito que das indagações do Deputado Laerte, foram todas respondidas. O Deputado Jean fez apenas colocações e apenas a pergunta da possibilidade de rever essa situação. Ela é uma possibilidade remota, mas não é impossível, se for tratado emergencialmente. Agora, a decisão não é do Presidente Luiz Gomes, é uma decisão governamental. Porque eu não tenho, já está tudo terminado, está tudo pronto, exames demissionais feitos, avisos assinados e tudo. Se for uma coisa emergencial que venha por parte do Governo, decisão governamental, é possível, desde que seja em situação emergencial.

O SR. LAERTE GOMES - Senhor Presidente, senhor líder aqui do Governo e vice-líder, o nosso Secretário da EMATER coloca, e já colocou isso hoje de manhã, Luiz Gomes, e é importante você falar isso, mostra que há um caminho ainda para nós resgatarmos esses servidores, para que essas demissões possam ser canceladas dentro de um diálogo desta Casa com o Governo do Estado. Até encontrarmos, como o Secretário falou, uma alternativa, Deputado Jean, uma alternativa junto ao Governo, que se pode começar com o PDV já de imediato e depois tomar as decisões que devem ser tomadas. É importante o Presidente da EMATER ter falado isso, que ainda há possibilidade. Então eu acho que um diálogo, e é sempre, Secretário Luiz Gomes, o diálogo é o melhor caminho, e junto a esta Casa, junto ao líder, vice-líder, junto ao Presidente desta Casa, a Mesa Diretora, junto a nós, Deputados, conversarmos com o Governo e ver a possibilidade de ser revisto esse ato das demissões daqueles que foram demitidos, porque alguns pediram a demissão, os que pediram tomaram a iniciativa, tomaram a decisão e a decisão deles está tomada. Mas os que foram demitidos, você que representa aí os servidores, nós fazemos um longo debate, urgente, aliás, uma rápida conversa com o Governo para ver a possibilidade de ser revisto e aí nós juntos encontramos um caminho de atender as demandas da EMATER. Eu acho muito importante isso, e é importante que ficou uma possibilidade aberta aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Luiz Gomes, outro assunto baseado nesta questão do Deputado Laerte, Deputado Laerte falou, além do PDV que pode ser encaminhado em paralelo, é a questão do aproveitamento da mão de obra técnica do emateriano. A gente tem que lembrar que ninguém, nenhum técnico neste Estado tem o conhecimento de campo que o emateriano. Não tem Veterinário que consiga substituir um Veterinário de quinze anos da EMATER. Mas para não mandar esse Veterinário embora, façamos um convênio com o IDARON, para que a gente possa aproveitar em outro local esse funcionário. Então, além do PDV, essa situação. O fato de Vossa Excelência ter aberto aqui a possibilidade, eu acredito que ela é importante de ser aproveitada, Deputado Lebrão, por mais pequena e remota, como disse o Secretário.

Nós temos que utilizar essa possibilidade de rever essa situação, até porque quem vai ganhar com isso é o Estado de Rondônia. Nós estamos diminuindo, nós estamos retroagindo, mandando essas pessoas embora. Agora, eu acredito que, como Vossa Excelência disse que tem pessoas a serem averiguadas, pode averiguar. Não é porque tem amizade comigo que vai deixar de ser averiguada. Não é porque tem amizade com qualquer Deputado aqui que vai deixar de ser averiguada. Assim como aqueles que são protegidos pelos magistrados da EMATER, como eu disse aqui, que tem uns que se intitulam magistrados, esses também deveriam ser averiguados. Porque eu tenho aqui, Secretário Luiz Gomes, eu assinei um requerimento proposto pelo líder desta Casa. O líder do Governo propôs o Requerimento aqui, que eu achei até bonito da parte dele, para que a gente pegasse a admissão, a data de admissão de todos os empregados da EMATER, sabe por quê? Tem denúncia grave, mas é grave mesmo, que foi contratado gente depois da ação do MP pedindo e dando entendimento de que era proibida, vedada a contratação. Tem pessoas que, depois daquele período da recomendação do Ministério Público ainda foi admitida. Existem essas denúncias. E aí, a partir desse Requerimento, nós vamos poder verificar melhor. É óbvio que depois de tanta discussão, de tantas situações onde as pessoas estão aí ansiosas, a gente sabe que muita coisa sai um pouco do campo da verdade. Mas eu peço que Vossa Excelência utilize os técnicos em outros departamentos. Nós estamos pagando CDS para quem podia ser emateriano, para quem podia ser colega do senhor. Então, eu queria que fosse analisado isso, levado ao Governador, e pedir, reforçar, como o Deputado Laerte já disse ao líder, leve essa mensagem aqui. Eu tenho certeza absoluta, não é todo mundo que está pedindo, mas tem vários Deputados aqui que comungam com esse mesmo pensamento. A EMATER não pode se enfraquecer, a EMATER tem que ser fortalecida e a EMATER não é nada mais nada menos do que as pessoas que estão lá, do que as pessoas que estão lá, não é nada mais do que isso.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Um aparte, Secretário Presidente. Hoje pela manhã, como disse o Deputado Laerte, nós conversamos com o Secretário da EMATER, logo após eu procurei a Casa Civil, conversamos com o Secretário Emerson Castro, que se sensibilizou com a questão, portanto, ele depende de um *start* do Governador do Estado para que ele possa prosseguir com qualquer tipo de conversa ou deliberação.

O Governador não está em Porto Velho hoje, e o compromisso que ele fez, Deputado Laerte, Deputado Jean e Deputado Lebrão, que amanhã, assim que o Governador chegar, que ele tiver a oportunidade de conversar, então ele já vai nos dar uma resposta daquilo que é possível fazer. Esse é o primeiro passo.

O segundo passo, a questão da implantação do PDV, que também foi uma proposta na qual o Deputado Laerte evidenciou e que eu entendo muito que é muito importante, até porque, como o próprio Secretário disse, são em torno de 400 servidores que ainda podem entrar nesse corte. Se hoje, com menos de 30, a gente já tem essa polêmica instaurada, imagine com 400, Deputado Cleiton Roque.

Então, realmente essa proposta, Secretário Luiz Gomes, do PDV, ela tem que ser o mais rápido possível implantada. A reunião já está marcada para o próximo dia 20 e nós esperamos que dessa reunião já saia uma solução para essa questão da implantação do PDV. Por quê? Porque se nós, o Governo, a partir de amanhã, conseguir protelar, Nizomar, por alguns dias essa demissão, automaticamente com a implantação do PDV muitos desses servidores podem ainda ter essa nova oportunidade. Então esse é o posicionamento até o momento, sem contar com a deliberação do Governador Confúcio Moura, até porque ele não se encontra em Porto Velho e é uma situação que acabou surgindo, uma situação nova que surgiu hoje.

Fugindo um pouco do assunto, Secretário, recebi algumas reivindicações aqui por mensagem, neste momento, sabendo que o senhor está presente aqui, que a EMATER está realizando aquelas licenças ambientais e o prazo se expira próximo dia 05 de maio, e que há uma demanda muito grande e que a EMATER não está vencendo fazer todas essas, atender toda a demanda existente. Então, a gente pede para que o senhor protele esse prazo, protelar esse prazo para que os demais agricultores possam ser atendidos. Agora, tem uma questão, Luiz Gomes, meu Prefeito, meu amigo, da qual esta Casa deliberou a Vossa Excelência um Título de Cidadão Honorífico do Estado pelo reconhecimento à sua postura, ao seu trabalho, à sua dedicação para com o serviço público e praticamente todos os Deputados que voltaram para esta Legislatura aprovaram esse Título. E aqui não é nenhuma questão da sua convocação para com a pessoa do Luiz Gomes, mas sim para a Instituição da EMATER. Agora, uma coisa que eu quero que o senhor leve como um pedido meu, sob pena de uma nova convocação de um requerimento, é que as denúncias feitas aqui pelo servidor Nizomar, principalmente na questão de consumo de combustível, porque se a gente for entrar no mérito político não é hoje que eu tenho falado isso, como o Deputado Laerte disse, eu falei na presença do Chiquinho e realmente o Chiquinho fez um festival de política dentro das EMATER, porque isso é restringido pela Lei Estadual, mas isso já passou e até porque não cabe mais denúncia eleitoral, Deputado Follador, porque já expirou o prazo, Deputado Marcelino. Mas a questão do consumo de combustível público, essa eu exijo que seja apurada e eu tenho certeza que se vocês apurarem com isenção a servidora que é hoje a Gerente Regional da EMATER do Cone Sul do Estado de Rondônia, que atende pelo nome de Noelma, ela também, se for para ter punição, ela vai ser punida, porque eu tenho certeza que essas denúncias não são de hoje, vêm de muito tempo e eu gostaria que, ao pé da letra, fossem apuradas essas denúncias. Até porque não é da pessoa do Nizomar e hoje, nesta Sessão, que está surgindo isso. Isso já vem há muito tempo de vários servidores e se fosse para testemunhar não é só o Nizomar aqui não. Nós temos muitas outras testemunhas que, inclusive dentro do período eleitoral, foi usado veículo da EMATER para conduzir pessoas que hoje estão voltando para a EMATER para fazer política de pressão dentro dos Escritórios da EMATER.

Então, essa questão eleitoral já passou, mas a questão do consumo de combustível, Nizomar, eu gostaria que o senhor deixasse aqui as cópias desses documentos que o senhor apresentou para a minha pessoa, e eu vou exigir, em breve, a apuração e a resposta partindo da EMATER nesse caso

representado por Vossa Excelência. Então, essa é a parte que eu queria participar.

O SR. LUIZ GOMES – Só fazendo algumas considerações com relação ao que o Deputado Luizinho falou. A EMATER, pelo menos depois que eu assumi, em 2013 já vinha fazendo, todo e qualquer gasto de combustível é feito com o cartão chamado VALECARD e o odômetro dos veículos tem que bater com o que foi abastecido. Eu acho muito difícil de ter havido desvio de combustível para qualquer natureza com a utilização do cartão VALECARD. Agora, é o que eu falei, se chegar, mesmo de período anterior à nossa gestão na EMATER, tem que chegar coisa concreta, que nós vamos apurar. Tem que ter coisa concreta. Não é 'eu ouvi falar', é pedir de tal período, de tal período como é que foi o comportamento de 'a', de 'b' ou de 'c'. Mas acho muito difícil, nesse período que se passou, pelo menos nesses dois anos e pouco que eu estou na EMATER, de ter havido qualquer desvio de recurso ou de outras coisas dentro da Instituição.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, Secretário Luiz Gomes. Como conhecedor aqui de vossa pessoa, não cabe nem a mim dizer quem é Vossa Senhoria. Uma pessoa, como Prefeito que deixou a sua marca de administrador e também no início aqui desse novo, como chefe da EMATER a partir de 2013. Naquele momento que o senhor assumiu, lá em 2013, Luiz Gomes, que nós, por sermos amigos, e também muitos ali presentes, na nossa região, o senhor me falou que realmente você estava assumindo um abacaxi. Que abacaxi esse, Deputado Laerte, que foi criado ao longo do tempo, como explanou Vossa Excelência aqui de 669 cargos em oito anos e mais 400, e 309 em um ano e meio do novo Governo Confúcio Moura. Sobre essa redistribuição dos cargos, Deputado Jean, o ano passado, Deputado Laerte, já prevendo isso da EMATER, porque em 2013, no orçamento de 2013 faltavam vinte e cinco milhões de reais para suprir a necessidade só da folha de pagamento da EMATER, onde foi feita uma emenda, tirado de outros Poderes para poder adequar no orçamento do Estado para que a EMATER, realmente, Deputado Cleiton Roque, tivesse a capacidade de pagar os servidores dessa entidade. E nós sabemos que a EMATER, Deputado Cleiton Roque, foi a peça e continua sendo a peça fundamental para o nosso Estado de Rondônia, pelo conhecimento e a capacidade de seus profissionais. Agora, chegou este momento, e aí, Deputado Jean Oliveira, o ano passado, em conversa com o próprio Presidente Luiz Gomes e também o nosso Governador Confúcio Moura, preocupado com esse tamanho da EMATER, fizemos uma solicitação direta ao Governador, que ele comesse, Deputado Jean, redistribuir esses profissionais. Profissionais competentes que ao longo de suas vidas vêm trabalhando pelo Estado de Rondônia.

E aí já começou, o Presidente Luiz Gomes vai dar detalhamento sobre isso, Presidente, que naquele momento nós indicamos ao Governo do Estado, Deputado Lazinho, que fossem administrativos, que fossem para a SEAS, Assistência Social, para o IDARON, porque o IDARON, hoje, Deputado Jean, necessita desses profissionais, de técnicos agrícolas, de agrônomos e também de administrativos. Agora, é muito difícil quando chega este momento, porque não é fácil, realmente, pessoas que têm vinte anos trabalhando nessa empresa e de

uma hora para a outra perder o seu emprego. E às vezes esse cidadão tem 40, 50 anos de idade, como é que ele vai competir com um jovem de 25 anos de idade para prestar um concurso público? Então, nas mesmas considerações, Presidente Luiz Gomes, aqui o nosso líder do Governo, Deputado Luizinho Goebel, que o mais breve possível, que seja o quanto mais de urgência, possamos encontrar junto ao Governo do Estado, como falou Vossa Excelência aqui, Presidente Luiz Gomes, para encontrar uma solução com urgência para que se evite realmente que esses servidores sejam demitidos.

Como falou aqui o Presidente Luiz Gomes que hoje precisa abrir a EMATER em Nova Dimensão, também em Jacinópolis, por que não fazer, neste exato momento, essa junção dessas pessoas para ver se ao invés de você demitir pessoas, funcionários, fazer uma redistribuição e tirar esses servidores para que sejam alocados para essas duas localidades, Nova Dimensão e Jacinópolis. Então, sabendo disso, é muito difícil tomar uma posição de demitir alguém. E eu acho, Deputado Laerte, só se demite no último caso. Mas eu acho que a vinda do senhor aqui, Diretor Luiz Gomes, é muito importante, porque aí abre espaço para que assim nós possamos tratar esse assunto com mais profundidade e encontrar uma saída para este momento. Aqui eu sei que, em 2014, Deputado Laerte, nós tivemos aqui uma necessidade de fazer o lançamento do Plano da Cafeicultura do nosso Estado de Rondônia, no qual se tentou, de todos os lados, conseguir dois milhões e meio de reais para poder fazer, lançar esse programa, e ia cada vez mais dar condições de trabalho à EMATER, mas não conseguimos, através do Presidente Hermínio Coelho quase que nós conseguimos esse recurso. E esse recurso seria muito benéfico naquele momento que ia dar mais condições de trabalho para que esses funcionários da EMATER tivessem mais condições de estarem trabalhando e não ter, neste momento, ainda não foi feito definitivo a sua exoneração, mas que possamos, juntamente com todos os pares aqui, encontrar uma saída, Deputado Adelino Follador, junto ao Governo do Estado, para que esses servidores continuem no quadro do Estado e lá no futuro, quem possa decidir isso é a Justiça que impetrou com esse mandato de segurança para que fosse demitido o servidor da EMATER.

Estas são as minhas considerações, Secretário Diretor da EMATER, Luiz Gomes.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria, Deputado Jean, Deputado Laerte, que foram os proponentes da convocação do Presidente, era a gente propor aqui, Deputado Maurão, para nós fazemos uma reunião, os Deputados junto com o Presidente e até os demitidos, enfim, para nós tratarmos, aqui não vai sair nada. Essa questão, da forma que nós estamos discutindo aqui, não vai sair nada, nós vamos ficar a noite toda e não vai resolver nada. Eu acho que era melhor, Deputado Maurão, marcar uma reunião com o Presidente, chamar todas as partes envolvidas e a gente discutir isso na mesa, numa sala, aqui

não vai sair nada, nós temos que votar a segunda votação da PEC.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Também uma sugestão, Deputado Hermínio, Deputado Maurão, que seja feita uma comissão de Deputados junto com o Governador e o Luiz Gomes. Porque, já que ele depende de uma decisão do Governador, de repente aqui fazer uma comissão e conversar junto, dialogar, porque eu creio que também uma reunião aqui entre nós, sem uma decisão governamental, Luiz Gomes já deixou claro que é impossível. Então, teria que, de repente, fazer esse intermédio, é intermediar essa situação.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Cumprimentar aqui o Luiz Gomes, da mesma forma o Nizomar, Vereador Nizomar, inclusive do meu partido, e nesse ato representando os funcionários da EMATER. Eu entendo que não foi produtiva essa reunião de hoje, essa convocação do Luiz Gomes aqui. Mesmo porque eu gostaria, Luiz, que você aí hoje, sendo presidente da EMATER, enviasse um plano de trabalho dos próximos meses ou talvez do ano, da EMATER, para que não fosse pego ninguém de surpresa aqui da maneira que foi pego, e entendo também que os funcionários da EMATER, os servidores da EMATER não têm nenhum problema contra a sua pessoa, mas muito mais com os regionais. Nós temos problemas em nível regional aí que têm que ser revistos, sem dúvida nenhuma. A questão política, a mim, como Deputado, não interessa nada, quem quis votar no Chiquinho votou, aliás, a EMATER é uma máquina de eleger Deputados, Prefeitos e agora Deputado Federal. E é um direito de cada um escolher o seu representante. Eu entendo também que os critérios estão sendo usados para as demissões vocês os têm, e a gente tem que respeitar da mesma forma. Agora, não é difícil a gente saber o que vai acontecer com a EMATER nos próximos anos. Eu sempre fui um defensor da EMATER, assim como todos os Deputados que estão aqui de outras legislaturas, defendendo ativamente a EMATER, mas hoje a EMATER é uma empresa pública, Deputado Laerte, e que tem, sem dúvida nenhuma que aconteceu, modificações na empresa. E por determinação judicial, dentro de um curto espaço de tempo, terá que haver concurso na EMATER. Então, cabe a nós agora favorecer aqueles que já estão na EMATER para que tenham um favorecimento maior para poder passar nesse concurso. Porque haverá essa determinação judicial e terá que haver mais demissões, sem dúvida nenhuma, porque é uma empresa pública e sem dúvida nenhuma terá que ter os seus estatutários. Então, a gente tem que esperar isso daí, tenho certeza que irá acontecer. Agora, se puder rever realmente aquilo que já aconteceu nessas demissões, aqueles que lamentavelmente têm problemas na EMATER, esses sim têm que ser demitidos mesmo, tem que tirar as laranjas podres da instituição para ficarem aqueles que realmente querem trabalhar prestando serviço justamente para os produtores, que é quem arrecada, quem gera renda para este Estado. Da minha parte, eu acho que nós poderíamos acompanhar o

raciocínio aqui do Deputado Hermínio e depois sentar separadamente aonde a gente sempre faz as nossas reuniões aqui no fundo e chegar a um denominador comum e resolver esse problema. Nós estamos aqui há mais de duas horas, as perguntas que foram feitas já foram respondidas pelo nosso Secretário, e eu entendo que da minha parte está encerrada essa reunião.

O SR. CLEITON ROQUE - Pela ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. CLEITON ROQUE - Eu quero só me manifestar sobre essa situação diretor, Presidente Luiz Gomes, dizer juntamente aqui com o nosso líder, o Deputado Luizinho, fazer um apelo ao próprio comando da EMATER, seguindo a orientação dos demais Deputados, e aqui na qualidade de vice-líder, junto com o Deputado Jean, com o Deputado Laerte, enfim, com os demais Deputados aqui, que a gente possa construir de repente uma decisão voltando atrás nessa questão. Presidente Luiz Gomes, deixe-me só dizer que acredito que todos nós já passamos por momentos na vida da gente que por uma situação ou outra nós fomos demitidos, eu fui, e dizer que é um sentimento horrível. E aí, partindo desse princípio, eu me coloco na posição do senhor hoje como dirigente da EMATER, como autoridade máxima ali, sei que é humano, sei que é um homem correto, todos os Deputados aqui falaram, enfim, passivo de falhas como todos nós somos. Mas aí eu vou lá e eu me coloco no lugar também de cada uma dessas pessoas, e é assim, uma situação muito triste. Semana passada, quando eu, eu não conheço, conheço de vista o Vereador, não conheço a maioria dos demais, em torno aí de vinte servidores, mas eu conheço um da minha cidade, não é eleitor meu, não é aliado político meu, nunca foi, a família não é, enfim, mas eu me coloco no lugar, eu me coloco nessa condição. Eu fui a pessoa que em 2000, Presidente Maurão, trabalhava na Prefeitura de Pimenta Bueno, no dia que eu abri o jornal, Deputada Lúcia, que eu encontrei o nome de uma irmã minha deficiente física na relação dos demitidos, de todos os dias mais tristes da minha vida, aquele foi um dos que eu vou guardar para sempre porque fui eu que tive que dar a notícia para uma deficiente física, que ela estava no olho da rua. Por até proteção de Deus e sorte, enfim, intervenção, nós conseguimos, noventa dias depois, reverter a situação dela de uns poucos casos, que não foi o resultado da maioria que estava naquela relação.

Então, Presidente Luiz Gomes e toda equipe técnica da EMATER, nós aqui somos base do Governo, nós temos apoiado o Governo, temos buscado sempre o consenso, esgotar todas as instâncias de diálogo para a gente chegar a um denominador comum onde a gente perca o mínimo possível. Eu queria aqui, em nome do Deputado Luizinho, em nome do nosso líder Deputado Luizinho, do Presidente desta Casa, Maurão, dos demais Deputados, aqui os dois que mais questionaram aqui, o Deputado Laerte, o Deputado Jean, que fizesse um apelo, e eu sei que o prazo se esgota. Daqui a pouco nós não teremos mais tempo, mas ainda tem, ainda tem tempo e nós vamos nos esforçar, o que depender do Deputado Luizinho e de mim, nós vamos nos esforçar para que essa situação seja ocasionada. Eu agradeço.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS – Eu só gostaria também de participar um pouco. Pelo que eu conheço o Secretário Luiz, viu, Luiz, quero lhe cumprimentar como Prefeito, oito anos, foi meu primeiro vizinho lá do lado, no município de Nova União e também na condição de técnico da EMATER, pela grande pessoa que você é, profissional, e da forma como você tem conduzido como Secretário Executivo da EMATER. Eu acho que, de repente, Secretário, como sugestão, V.Ex.^a tem que rever essa situação, tem muita história, o PDV é muito importante, eu conheço muitos casos da EMATER de pessoas que a gente vê que não tem o mínimo de interesse, talvez dentro da reorganização a EMATER, nem de participar do quadro de servidores. E a EMATER é muito importante, acho que precisa realmente rever alguma coisa. Eu conheço pessoas também da EMATER infelizmente com desvio de conduta, pessoas que às vezes dificultam as coisas na hora do trabalho para vender facilidades fora do expediente. Conheço pessoas que realmente, gostaria de algumas situações, com certeza, que a EMATER tomasse posição e agisse, porque eu conheço situação na EMATER que é inadmissível dentro de um órgão público. Mas V. Ex.^a rever algumas situações, de repente, de pessoas que foram demitidas que possam ainda permanecer e incentivar para que realmente o PDV possa ser incentivado em todo Estado dentro da empresa, para que possa com certeza absorver muitas pessoas que hoje vão deixar os quadros da EMATER. E no regime CLT ele vai receber todos os seus direitos, isso vai ser muito importante. Quero te parabenizar, Secretário Luiz, e dizer que eu estou à disposição para que possa conduzir da melhor forma possível, que a EMATER possa ser resolvido e que se torne uma grande empresa pública e possa novamente prestar concurso público, fazer o trabalho realmente de assistência rural, que é o mais importante do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só para colaborar, quero discordar aqui do Deputado Lebrão, quando diz que esta audiência não foi produtiva. Pelo contrário, acredito que o ponto de vista dele é um, o meu é outro. Eu vejo que essa reunião foi muito produtiva. Não houve, como disse o próprio convocado, nenhum tipo de deselegância, nenhuma situação que faltou o respeito, o que foi dito aqui foi algumas verdades que às vezes dói um pouquinho, mas que não foi de encontro com a personalidade e sim com o gestor. Então, eu quero dizer que foi bom.

Quero dizer ao líder e ao vice-líder que acaba de pronunciar que esse encaminhamento, acho que é um encaminhamento louvável, demonstra sabedoria em como liderar aqui dentro desta Casa. E líder que é líder é aquele que sabe conduzir, muitas vezes dar um passo para trás para avançar dois para frente. Parabéns, foi sábio o seu

posicionamento aqui e com certeza absoluta só tem a ganhar. Eu, como Deputado aqui, hoje fortaleço o seu papel como líder em dizer que V.Ex.^a tem um critério para poder saber recuar e para poder avançar. Parabéns.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Laerte, eu sei que V.Ex.^a está pedindo aparte. Eu queria propor uma comissão de cinco Deputados e o Presidente Luiz Gomes conduzisse junto ao líder do Governo, Deputado Luizinho Goebel, uma reunião para essa semana ainda, Deputado Luizinho, com o Governador. O Governador está chegando de Brasília na quarta à noite. Na quinta, talvez, eu acho que teria que marcar isso para quinta-feira e propor ao Governador para rever cada situação. São 20 que foram demitidos, e que cada um seja feito uma avaliação melhor. E, além disso, também rever a situação dos próximos que estão aí, porque as pessoas que estão hoje estão todas traumatizadas, Presidente Luiz Gomes, as pessoas que estão em casa estão toda hora ligando: - “*Será que eu vou ser o próximo?*” E aí isso deixa uma instabilidade muito grande para as pessoas. E a EMATER é uma instituição que sempre teve o apoio desta Casa, sempre foi elogiada por esta Casa e, portanto, nós sabemos da importância da EMATER, o trabalho que ela tem feito para os nossos agricultores e o nosso produtor. Então, é importante que faça essa avaliação. Nós sabemos que temos o limite com o pessoal, o índice ultrapassando, precisa fazer alguns ajustes, mas está sendo feito ajuste, cortando despesas, cortando algumas portarias, está vindo um projeto, nos próximos dias aqui, fazendo esses ajustes e vai adequar o limite. Eu estou vendo, agora há pouco, conversando com o Secretário da Fazenda, estava aqui no gabinete da Presidência, e ele falando que esse mês a receita cresceu 2,5%, mas no mês de janeiro cresceu 20%; o mês de fevereiro cresceu em torno de 18% e no próximo mês 15%. Cresceu 20% no mês de janeiro, 18% no mês de fevereiro, 2,5% neste mês, foi o mês que cresceu menos, mas há uma previsão para esse mês já crescer mais 15%. Então, que seja feita uma avaliação e que a gente possa chegar a um acordo com o Governo do Estado e não fazer essas demissões.

Assim que assumi a Presidência da Casa nós tivemos que fazer ajustes aqui na Casa. Tivemos que baixar folha em torno de três milhões e oitocentos. Nós preferimos conversar com o servidor, baixar o salário e demitir menos. Porque é melhor ganhar menos do que ser demitido. Então passamos dois meses conversando com os diretores, com os servidores e a proposta que nós encaminhamos na Casa de baixar o salário, tivemos servidores aqui que nós baixamos mais de 50%, mas pelo menos ele tem o salário no final do mês, não está na rua, demitido. Então não é fácil ser demitido, como Deputado Cleiton Roque falou aqui, é a coisa pior que pode acontecer se a pessoa é um servidor e aqueles que estão, Deputado Só Na Bença, mais de 20 anos trabalhando e ele de repente está demitido. Eu sei que tem servidor que ele se acomoda, e é como o Presidente falou aqui, a produtividade dele é muito baixa, fez 15 visitas em um ano. Então isso não dá para concordar, é uma situação que realmente ele não está produzindo, de repente esse servidor que está numa situação com essa, de repente ele está até querendo sair mesmo, como dos 29, 9 já tinham pedido a sua demissão voluntária.

Então, Secretário, eu gostaria de fazer um encaminhamento nesta Casa, o pedido aqui de todos os colegas e designar uma comissão de cinco Deputados, assim que terminar a Sessão a gente designa cinco Deputados junto ao líder e que encaminhasse uma conversa com o Governador na quinta-feira e que pudesse ter uma renegociação, um meio termo aí, para que a gente pudesse dar uma tranquilidade à categoria dos nossos servidores da EMATER, e a gente pudesse colocar um basta, não ficar esse drama, ‘amanhã sou eu, amanhã pode ser outro’. Encaminhasse a proposta para que não haja essa demissão e venha enfraquecer essa EMATER. O servidor que não tiver cumprido, um caso isolado, um ou outro, é claro que ele tem que saber que ele tem que cumprir o compromisso que ele tem de servidor da casa, isto a Assembleia não vai interferir.

Portanto, Presidente Luiz Gomes, esse é o encaminhamento que eu estou encaminhando como Presidente desta Casa e que seja designado, vamos designar 05 Deputados para que encaminhem essa proposta e sei que são determinações do Governo. O Presidente cumpre determinação do Governo, diz ele aqui que se dependesse dele ele não ia demitir ninguém, mas ele está cumprindo ordem do Governador e nós precisamos encaminhar essa, nessa negociação, uma negociação, uma proposta para que não venha demitir mais e que possa ser revista situação como essa dos 20 que foram demitidos, aquele que realmente tiver condições de voltar, volta, se não tiver, realmente comprova que não estava prestando o trabalho como deve ser prestado, com certeza a demissão tem que ser feita. Isso possa até servir para outros que futuramente não venham cumprir o seu trabalho de compromisso.

E aí nós já vamos encaminhar o projeto dos Delegados, das Delegadas que estão aqui.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES - Eu acho justo, acho que como eu fiz as perguntas, a maioria, eu acho justo, se me permitir, poder colocar o que eu acho, o que eu pensei sobre as respostas do nosso nobre Secretário.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com certeza, está aí para finalizar o Deputado Laerte Gomes. Deputado Laerte, eu gostaria só de pedir a Vossa Excelência que fosse objetivo na conclusão para que a gente possa votar esses projetos. São vários servidores, Delegados que estão, do interior, aqui esperando. Depois eu ainda quero propor aos Deputados que amanhã não falte aqui na Sessão. Nós temos cinco projetos para amanhã votar. Já encaminhou o Deputado Alex Redano, numa audiência que nós tivemos na quinta-feira com o Secretário da SEDAM, e o servidor da SEDAM, que estava programado pela SEDAM, está prorrogando para a outra semana, está encaminhando uma proposta, porque a semana que vem nós temos terça-feira o feriado. E aí nós temos terça e quarta a Sessão. Se nós limparmos a pauta, amanhã

votarmos todos os projetos, Deputado Lazinho, aí na próxima semana os Deputados podem ficar na sua base, fazendo seus trabalhos e a gente encaminha os próximos projetos na outra semana. Deixamos a semana que vem para que os Deputados não venham só um dia na votação e aí ficar deliberado aí para os colegas poder ficar na sua base. E com isso, amanhã, a gente limpa toda a pauta e pode votar os projetos que tiverem aqui.

Então eu peço aos Deputados que estejam na Sessão amanhã.

Deputado Laerte para a conclusão. Sua resposta.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, primeiro agradecer aqui a presença do nobre Secretário do EMATER, que se dispôs a vir aqui, o Secretário Luiz Gomes, ao representante aqui, assim como também ao Deputado Lebrão, ao Deputado Jean. Eu acho que foi muito produtiva essa reunião, até porque até ontem não tinha nenhum caminho para os demitidos.

A partir desta Sessão já se achou um caminho, uma alternativa para discutirmos junto ao Governo a possibilidade de rever essas demissões. Como o Deputado Lebrão disse, ninguém está aqui protegendo laranja podre. Mas todos, todos, sem exceção, têm o direito à defesa, a ampla defesa, até que sejam julgados e condenados. E é isso que nós temos que fazer. O que esta Casa não pode aceitar é essa onda de demissões sem critério, como ficou demonstrado aqui. Se for produtividade, se foi de outra conduta, tem uma onda de demissões sem critérios. Hoje foram 20, 25, no mês que vem são 70 e no outro mês são quantos? Até chegar quatrocentos? Quem serão os demitidos? Nós não podemos comungar isso, senhor Presidente. São seres humanos, pessoas que têm família, que trabalham, que os seus sonhos de vida são posicionamentos de vida, está nesse serviço que muitos estão há mais de vinte anos. Esta Casa não pode permitir isso. Esta Casa não pode aceitar isso, os Deputados que estão aqui. E como eu sei que o índice da EMATER, e todos sabem, está aqui o Luiz Gomes, ele entra no índice do Governo, o recurso é o Governo que paga, está lá a nossa idéia, a nossa sugestão, lá atrás, que nós demos, com certeza vai chegar nesta Casa aqui, que o Governo vai mandar uma reestruturação do Governo. Vai vir diminuindo algumas portarias só e mantendo a base. Mande aqui, nosso vice-líder, Deputado Cleiton Roque, nosso amigo, acabando com 50% do CDS e com 30% das Secretarias, como a Secretaria da Paz que nada faz, que só absorve recurso do Governo, que com certeza não vai ser preciso demitir nenhum servidor da EMATER, Deputado Jesuíno, Deputada Lúcia. Eu sei que aqueles que cometeram atos ilícitos têm que pagar, mas como eu vou repetir aqui, depois de ter o direito da ampla defesa, como todos têm que ter, como a nossa Constituição diz. E é isso que eu queria dizer. Agradecer o Presidente Luiz Gomes, que poucos Secretários têm essa coragem que você teve. Mas eu conheço seu caráter. Em momento algum aqui foi duvidado uma vírgula do caráter que você tem. Porque eu sei do seu caráter, você é uma pessoa idônea e séria. E sei disso. E sei o quanto te doeu fazer isso. Até porque aqui ficou muito claro, a decisão não partiu da EMATER, a decisão partiu do Governo e só o Governo pode revê-la. E acredito, senhor Presidente, que Vossa Excelência, que tem dirigido este Parlamento com muita democracia, dando voz a todos os

Deputados, independente de ser da base do Governo ou não, eu tenho certeza que Vossa Excelência, com a estatura do cargo que Vossa Excelência exerce, vai poder liderar esse processo de o Governo voltar atrás nas demissões e nós encontrarmos um caminho justo e que seja justo para todos, o caminho da EMATER. Da EMATER que todos nós precisamos, e principalmente a economia do nosso Estado.

Obrigado, Luiz Gomes, pela sua presença, de coração. Obrigado aqui ao representante e a todos os demitidos que se fazem presentes aqui no Plenário.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda com a palavra, a Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LUCIA TEREZA – Eu gostaria, eu gostaria não, eu vou fazer, mas o Deputado Laerte já falou e eu gostaria de dizer ao Deputado Laerte que Vossa Excelência sabe do caráter, da conduta, do proceder do Secretário Luiz. Mas eu posso falar, porque eu conheci o Sr. Joaquim, a mãe dele e desde menino que chegou aqui. E tenho certeza que deve estar incomodado com demissões, principalmente na EMATER, onde a bandeira dele é a EMATER, o estilo, o perfil dele é do produtor rural. Eu conheço bem, ele é de Espigão D'Oeste, toda a família é espigãoense e o proceder dele, tanto faz ser Secretário como Prefeito ou qualquer outro cargo ou simplesmente como lavrador, como produtor. Queria lhe dizer, Luiz, tudo já foi dito aqui, eu me calei, mas queria lhe dizer que o que importa é você com sua consciência. E eu sei que você por salário nenhum, por status nenhum faria coisa que vai contra seus princípios. Mas gostaria de ver fazer realmente algumas revisões, todo mundo tem ampla defesa, mas que faça, Luiz, porque eu tenho conhecimento que um lavrador morreu, porque tem gente que morre de vergonha e de raiva, sabia disso? Porque um técnico da EMATER fez dois financiamentos no nome desse colono o qual não foi a tristeza, ele tinha um câncer de pele, estourou o câncer, porque você sabe que o estresse faz isso, não preciso me alongar.

Só queria dizer para você, meu filho, que esse homem morreu e eu tenho nome de quem fez e não foi condenado, não foi julgado, hoje ocupa cargo bom e o homem, o capixaba morreu, e ele para pagar o Banco do Brasil, na época cento e poucos mil e o Banco da Amazônia, os filhos tiveram que vender. E esse funcionário da EMATER não morreu, não mudaram ele de lugar. Eu quero que você continue sendo, Luiz, o que você é, mas que você esteja em paz com a sua consciência. Reveja, é um pedido, é um pleito dos Deputados, porque tudo vem bater na gente, porque a gente sabe que um saco de laranja boa, se tiver uma podre, apodrece as outras. Porque tem técnicos da EMATER, tem funcionários da EMATER que carregam o guarda-roupa nas costas, faz-tudo, é o movimento de uma cidade, às vezes, é um ou dois técnicos da EMATER. E eu gostaria de dizer que você tem todo o apoio meu para que você possa fortalecer a EMATER e a EMATER ser, com os bons funcionários, porque não é só na EMATER que tem gente boa ou ruim, nós sabemos disso, de rever realmente. Mas se naqueles casos que nós sabemos e que por delicadeza eu não vou citar nomes aqui, por ética, por ética eu não vou citar

nomes aqui, mas que a gente revisse mesmo. Revisse tudo isso, porque às vezes a gente erra, errar é humano, Luiz, cometer injustiças e que nós não podemos, e eu sei do seu perfil de cristão, te dou os parabéns, porque você continua sereno, tranquilo, com certeza você pode rever. E você, falando com o seu Governador, ele vai lhe ouvir, porque é uma das poucas pessoas sérias que quer o bem-estar não do Governo Confúcio, mas do Estado de Rondônia, principalmente da EMATER. Porque tem coisas, Luiz, que chegam no fundo da linha, é só a EMATER, como é o caso do técnico Éric, lá no Espigão, que é só ele que faz alguma coisa para os produtores.

Gostaria que os bons técnicos da EMATER fossem premiados, para incentivá-los, e aqui você tem o meu apoio. Não estou aqui para agradecer, não vim para consertar, mas eu vim pelo menos para ser justa. Por isso eu pedi esse aparte, Deputado Airton, para dizer quem é esse homem. Também não quero aqui dizer que ele fez por conta dele ou foi mandado fazer. Mas eu tenho certeza que alguma coisa tem de acerto e alguma coisa errada, vamos separar, então, o joio e o trigo. O que eu quero aqui dizer para você, que eu te admiro, sabe como? Como homem público, te admiro como pai de família, como filho do seu Joaquim e da dona Antônia, irmão do Chicão, eu te admiro como espigãoense que você é. Parabéns pela sua conduta, que você possa ouvir os Deputados, que todos os Deputados que fizeram as perguntas para você, perguntas ou alguma verdade, que você leve para somar para te enriquecer, que eu sei que você espiritualmente, você também aprende a todo instante.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Pessoal, eu não vou me delongar não. Fica consignado, então, que até quinta-feira ninguém vai ser demitido, é isso? Porque foi uma questão de urgência e emergência da questão dessa tratativa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - A comissão, vamos ter que encerrar a votação aqui dos projetos e suspender a sessão, aí a gente vai definir cinco Deputados para montar essa comissão junto com o Líder e o Luiz Gomes, que é o Presidente, para que possa, na quinta-feira, sentar com o Governador e fazer essa avaliação, como a Deputada Lúcia Tereza falou e todos vocês Deputados. Para verem a possibilidade de rever caso a caso, de cada servidor e também ter um posicionamento para os próximos servidores, para não ficar esse drama na cabeça de cada servidor, essa preocupação, porque tem deles que não está dormindo, são vinte anos, vinte e tantos anos de serviço, então é importante que seja feita essa avaliação. O Deputado ainda quer falar? Deputado Jesuíno?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, é só isso mesmo. Então, eu entendi que até quinta-feira, o Presidente Luiz, há essa discussão, esse posicionamento da EMATER de não efetivar a demissão dos servidores, então é isso o que foi consignado, não é isso, Líder? Não é isso o acordo então, que tem que falar com o Governo? Na realidade, nós precisamos saber dos prazos que tem inclusive estabelecido no processo pela EMATER, porque se eu não me engano não tem muito tempo, não. Nós temos que tomar decisão, aliás o Governo tem que tomar uma decisão coletiva...

O SR. LAERTE GOMES – O Governo não tem um Secretário forte que decida isso?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, o Secretário está dizendo aqui que teria que vir até amanhã. Amanhã o Governo ainda está de viagem, mas eu acho que quinta-feira dá tempo, não dá, Secretário?

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, o Governo tem que ter alguém dentro do Governo que fale pelo Governo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não, mas isso aí, Deputado Laerte, tem que ser o Governador. O Governador chega amanhã à noite, quinta-feira de manhã vamos ver se a gente marca aí, vou deixar o líder para encaminhar essa agenda aí com o Governador, o líder fica responsável e nós vamos designar a comissão.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, na quinta-feira o Governador tem uma agenda no interior do Estado, inclusive V.Ex.^a já foi convidado hoje, que é a inauguração da Usina Primavera, lá na Taboca, na região de Pimenta Bueno. E logo após, tem mais uma visita à Usina de Calcário César Cassol Filho, se eu não me engano. Inclusive já aproveitar, a pedido do César Cassol, que é o proprietário, ele está convidando todos os Parlamentares para se fazer presentes lá, o Governador também vai estar presente. Então, na quinta-feira o Governador não estará em Porto Velho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Luizinho, faz no primeiro horário na quinta-feira, antes da viagem, eu acho que é só deixar marcado, dez, vinte minutos, uma reunião conosco.

O SR. CLEITON ROQUE – Ou amanhã mesmo à noite, Presidente. Acredito que o Governador deva estar já em...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Amanhã à noite ele ficou de confirmar uma audiência com a gente. Também pode ser, tentar amanhã à noite um horário. Ou senão...

O SR. CLEITON ROQUE – Porque é uma situação que exige a intervenção dele.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A comissão define, o líder fica responsável com o Presidente Luiz Gomes de intermediar.

O SR. LAERTE GOMES – Nobre Líder, caso o Governador não tenha agenda, ele pode suspender isso com uma autorização, com uma ligação ao Diretor Presidente da EMATER, o Governador pode dar o *start* para que o nosso Presidente da EMATER possa protelar isso.

A SRA. LÚCIA TERESA – Mas para isso ele tem que saber...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Tem um prazo, Deputado Laerte, tem um prazo de lei...

O SR. LAERTE GOMES – Por isso mesmo, por isso tem um prazo, tem que ser urgente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas se essa audiência está sendo discutida, não independente, eu acho que o líder, tem aqui o Secretário aqui presente, se essa audiência está dessa forma, Sr. Presidente, com todo respeito, se até quinta-feira o próprio Presidente da EMATER não conseguir determinar e segurar essa questão da demissão, aí fica difícil, porque aí perde a eficácia. Então, a gente tem que sair daqui com essa discussão e não adianta montar comissão de cinco Deputados e já foram demitidos. Então vamos sair daqui com uma situação, um posicionamento aqui, ele mesmo tem esse poder para falar: 'não, vamos suspender até a discussão e a ciência do Governo', essa é a minha preocupação, porque depois que efetivar...

Até porque cada funcionário, um exemplo, vou dar um exemplo, 24 anos, se você fizer um cálculo que ele é celetista, o Estado vai ter que desembolsar muito dinheiro. Então que ele prove o contrário, seu posicionamento, quando fala que tem que haver contenção de gastos, então o Estado, pelo princípio da economia dos cofres públicos, ele deve sim conter essa questão. Não estou defendendo funcionário da EMATER se caso fez qualquer ato de ilicitude, mas devemos rever essa questão das demissões caso a caso. O princípio da ampla defesa e do contraditório é princípio balizado na presunção da inocência. A gente tem que rever essas questões. Então, eu peço ao senhor como representante, que esta Casa, aos líderes desta Casa, o Deputado Luizinho, o Cleiton Roque, que entrem em conversa agora com a autoridade no caso do Estado para ligar então para o presidente e falar 'então até quinta-feira, até segunda ordem essa questão da demissão está suspensa', é isso que eu peço, que fique consignada essa questão.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu quero aqui, Presidente, fazer um encaminhamento de forma a colaborar com isso tudo. Eu acho que se o líder que hoje é outorgado aqui pelo Governador para representá-lo em discussões como essa, junto com o Secretário que é a pessoa que o Governador acredita, se os dois fizerem uma ligação para o Governador e se caso não puder falar, quinta-feira fica suspenso, segunda-feira a gente fala, mas com a certeza de que nada vai mudar, de que não haverá consumação da demissão. Fica complicado, Presidente, deixa eu falar um negócio, é uma coisa muito chata, cinco Deputados ir às 6:00 horas da manhã falar quinze minutinhos antes com o Governador, antes de ele embarcar no avião para ir para Primavera. Fica chato. É um desprestígio para esta Casa aceitar um tipo de acordo desse jeito. Eu acho, eu não estou querendo fazer aqui o melhor da situação, não, mas eu acho que com isso aí não dá para concordar, não. Se não der na quinta-feira, o Governador atende na segunda-feira, mas exista a suspensão disso aí.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jean, que se tenha quinze minutos, e a agenda do Governador já está feita, se falar quinze minutos com o Governador e pedir para segunda-feira ele é quem manda.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu acredito nisso, e não cabe à comissão, Presidente, cabe ao líder e ao Presidente da EMATER.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então, segundo o Sr. Luiz Gomes aqui, ainda não pagou, ainda não pagou esses servidores e depende de pagar. Então, que seja prorrogado o pagamento para, se não der para quinta, para sexta e que seja feito. Eu queria aqui já deixar para que o Luiz faça a conclusão e ele possa responder essa pergunta dos Deputados, ele já pode fazer o encerramento.

O SR. LUIZ GOMES - Bom, eu ouvi atentamente aqui a todos os Deputados e ouvi também as colocações do Deputado Jesuíno que fez um manifesto aqui de acusações gravíssimas com relação à instituição. Ele falou que na EMATER está se comprando pregoeiro e que há desvio na EMATER/Rondônia. E o que eu gostaria de falar ao Deputado ou para os Deputados que estão aqui, se tiver cabimento no que o senhor afirmou, me faça a denúncia ou faça a denúncia ao Ministério Público, à Polícia Federal ou a quem de direito. Ainda digo mais, vou mandar uma carta aqui para esta Casa colocando o meu sigilo telefônico e fiscal para ser investigado. Eu só acho que o que foi falado aqui para quem está conduzindo a instituição com muita responsabilidade é grave. Então, eu deixo aqui essas colocações com relação a essa situação que foi falada.

Outra coisa, na EMATER/Rondônia mais de 90% das licitações são realizadas por pregão eletrônico, ninguém sabe quem é que está participando. Uma outra coisa, não recebo empresários sozinho, qualquer empresário que for lá na EMATER, quase não vai, porque as licitações são eletrônicas, quando vai um, eu chamo algum colega da Diretoria, exatamente para evitar qualquer situação indesejável. Então, eu quero deixar aqui essas palavras e dizer, fazendo a correção, eu falei que a questão do combustível era o *Vale Card*, e não é, é o *Good Card* que antes era o cartão *Petrocard*, o *Vale Card* é com relação a conserto de veículos, que é um sistema cartão que o Governo do Estado utiliza.

Com relação a essa questão de prazo aqui, de demissão ou não, nós não temos muito tempo, porque a legislação diz que depois que faz o aviso, que faz todos os procedimentos, tem um prazo determinado por Lei, se eu não me engano 8 ou 10 dias, para fazer o pagamento desse pessoal. O que eu gostaria de combinar aqui com os Deputados é que essa conversa com o Governador, ou com alguém do Governo, que seja até amanhã ou no máximo até quinta-feira pela manhã. Porque tudo está organizado, o que está faltando é só ir lá e fazer, realmente, o pagamento de todas as verbas indenizatórias. Por isso que no máximo até quinta-feira pela manhã nós teríamos que tomar essa decisão. E volto a afirmar, é uma decisão de Governo, não é uma decisão do Luiz Gomes. Decisão de Governo, que o Governo é quem decide realmente, que mantém a instituição. Eu gostaria de falar o seguinte: que eu tenho 27 anos de EMATER.

E nestes 27 anos não tem, não teve nenhum momento que eu transgredi qualquer norma da instituição. Se nossos colegas não tivessem transgredido nada, e tem outros, tenham certeza absoluta que não estariam passando por uma situação destas. O Deputado Lazinho sabe, outros Deputados sabem que para corrigir essa instituição, para dar rumo a essa instituição, tem que passar por cortar na própria carne. Mas o entendimento que for tirado daqui, o entendimento que for tirado no Governo do Estado, nós não somos rei. Nós temos a

hombridade, não é de reconhecer erro, que acredito que não errei em momento nenhum, acredito que a Diretoria da Instituição não errou em momento nenhum. Nós temos hombridade, se assim o Governo concordar, de rever, agora, nós temos esse prazo que eu estou falando aqui para a Assembleia. E o que eu gostaria, já para encerrar, é de agradecer a oportunidade aos Deputados, ao Presidente da Casa e a todos os Deputados e Deputadas, de nós estarmos vindo aqui para o debate, para ouvir e para colocar a real situação da Instituição, que ainda tem jeito. Ainda tem jeito.

Eu ouvi alguns dos Deputados falando aqui em laranja podre, mas a Instituição ainda tem jeito, de cortar aqueles galhos que existem numa árvore frutífera forte, que é a EMATER/Rondônia, mas infelizmente tem bastantes galhos que estão apodrecidos, tem bastantes galhos que precisam ser cortados para poder a Instituição continuar frondosa e prestando um grande serviço, um grande trabalho aos produtores e ao Estado de Rondônia, que vem fazendo isso há 43 anos. E a EMATER nunca passou, nesses 43 anos, por questões de denúncias, de corrupção, disso e daquilo. E se existir alguma coisa, que denuncie, e vamos apurar, ou nós internamente ou os órgãos de controle externo. Isso nós abrimos, pelo menos na minha gestão, não posso falar do passado, mas de 2013 até esta data eu posso falar porque eu estou lá dentro, trabalhando 12, 14, 16 horas por dia, e com honestidade, e com muita preocupação de levar a nossa Instituição à frente. E garantir, fundamentalmente, os empregos daqueles que querem trabalhar. Os empregos daqueles que querem levar renda, querem levar qualidade de vida para o produtor rural, que essa é a missão fundamental da Instituição, e para isso nós estamos dispostos a continuar trabalhando pela instituição. E ainda digo mais...

(Às 20 horas e 04 minutos o senhor Maurão de Carvalho passou a presidência ao senhor Laerte Gomes)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, senhor Secretário.

O SR. LUIZ GOMES – Só para encerrar. Deputado Laerte, eu fui Secretário em 2001 e 2002, depois fui trabalhar de moto, produzir. Eu não fiquei naquela de ter sido Secretário e não mais voltar a trabalhar. Então, vejam só, nós precisamos ter essa compreensão, as a instituição para ir à frente com grandes trabalhos é preciso realmente fazer as transformações que precisam ser feitas na EMATER e para isso nós dependemos do apoio da Assembleia Legislativa e do próprio Governo.

Um abraço e muito obrigado a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Como foi citado, o Deputado Jesuíno e depois para concluir o Deputado Ribamar, que nós temos pauta aqui em votação, ainda.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero deixar bem claro que em nenhum momento eu falei direcionado a sua pessoa. Eu falei que existem denúncias. Eu vou requisitar, sim, vou requisitar

informações, vou requisitar a partir deste momento. A questão é inerente a contrato, assim como eu fiz vários contratos, requisitando. Agora, em nenhum momento aponte a sua pessoa, que o senhor está cometendo ato ímprobo, ou qualquer coisa assim. Até porque não lhe conhecia, não lhe conhecia. Eu digo sempre que quando eu falo, eu falo sempre com respaldo, se quiser qualquer situação como eu estou falando, como nós estamos nos pronunciando aqui, nós estamos emanados da questão da imunidade parlamentar, desde que haja coerência do que está falando. Então, se eu estivesse apontando: 'olha, o senhor cometeu desvio!', mas não.

Estou dizendo que há denúncias, há denúncias e devem ser apuradas, eu não estou falando que é o senhor. E agora eu vou buscar profundamente. Porque a gente focar, cada um aqui tem as suas bases, cada um tem uma série de problemáticas, mas agora eu vou focar, eu vou lhe ajudar. Porque quem lhe denunciou eu vou pedir como encontrar as devidas provas e com certeza eu vou apontar, porque o meu papel aqui como Parlamentar, como um representante de povo, jamais eu vou falar de uma pessoa, não. Você não me verá subindo essa plenária aqui dizendo: o Governador fulano de tal é ladrão, não sei o quê... Eu tenho que provar. Agora, a partir de quando tiver as provas, aí sim, eu posso chegar: Olha, o senhor fez. Então, quero dizer que eu não lhe apontei, falei que há denúncias na EMATER, na instituição, o senhor é o gestor, então são várias pessoas. Eu não posso dizer, dentro de uma gestão, falar em nome de todos, até porque o senhor não pode falar isso: 'Ah, eu posso dizer que ali só tem pessoas honestas'. É como o senhor bem disse, a laranja podre tem que ser separada. Então é isso, é isso que eu quero dizer, se há pessoas cometendo qualquer ato, agora eu vou buscar também e vou requisitar. Isso pode ter certeza que eu vou requisitar as devidas informações.

Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para encerrar o tema e devemos concluir depois, o Deputado Ribamar, por dois minutos.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Senhor Presidente, demais Deputados, queria cumprimentar o convidado Luiz Gomes, ao mesmo tempo que quero agradecer aqui a sua presença e peço desculpa porque eu sou um dos Deputados que gostaria de passar a Sessão inteira aqui sem sair para canto nenhum, mas, infelizmente, tem determinados momentos que às vezes você é interpelado, chamado aqui no Salão Nobre e às vezes por uma pessoa que você não pode negar a atenção, e foi o que aconteceu comigo na tarde de hoje, perdi uma parte da fala do senhor. Agora, eu sei que é prerrogativa de Deputado convocar, convidar aqui qualquer órgão do Executivo, e o senhor veio aqui, respondeu pelo menos o momento que eu estive aqui presente, respondeu com muita altivez todas as perguntas que lhe foram feitas, dando as mais diversas explicações. A confiança que eu tenho no senhor é tão grande que todas as vezes que eu recebi uma denúncia ou eu fui pessoalmente com o senhor ou mandei algum assessor de minha confiança saber a veracidade daquela denúncia, e tudo o que o senhor me respondeu eu acreditei e continuo acreditando no senhor. Eu sei que é prerrogativa de Deputado fazer os questionamentos que quiser, eu gostaria, particularmente, que

fizesse questionamentos lógicos, coerentes. É prerrogativa de Deputado usar a tribuna do jeito que quiser, só que tem Deputado que está se excedendo na sua prerrogativa, porque questionar é uma coisa, dar sugestão para o Executivo é outra coisa totalmente diferente. Eu acho que não cabe aqui a Deputado dar sugestão para o Executivo não. Nós somos um Poder, o Executivo é outro. Ele sabe os problemas que tem que enfrentar. Nós podemos criticar; agora, dar sugestão, eu acho que quem faz isso está extrapolando a função de Deputado.

Então, mais uma vez agradeço ao senhor e me coloco aqui à inteira disposição. Sempre tenho dito na minha vida, se quiserem me procurar para defender os direitos de quem tem, pode me procurar que eu defendo com unhas e dentes. Agora, nunca me procure para defender os erros, que eu não defendo erro de ninguém.

Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOEMS (Presidente) – Deputado Ribamar, para concluir o nosso querido amigo, muito elogiado, o nosso Secretário Luiz Gomes, no final ele se colocou aqui na questão dos demitidos terem algum, todos terem alguma pendência com a entidade, o final foi essa conclusão aqui, no seu pronunciamento final, que todos cometeram um ato ou outro, e isso agora vai depender dessa Comissão que vai ser formada e dos Deputados aqui com os documentos que foram solicitados através do Requerimento do Deputado Luizinho para nós avaliarmos isso. Mas eu gostaria aqui de dizer ao Líder do Governo e ao Vice-Líder, vocês têm essa situação aí que foi criada dessa Comissão para tratar com o Governo do Estado até quinta-feira de manhã, não é, Presidente? Que é quando vão ser feito os pagamentos dos demitidos. Então, uma ligação de vocês, uma conversa com o Chefe da Casa Civil ou quem for o homem do Governo forte que decide isso, até para não deixar passar para que a gente possa suspender isso, para que possa acontecer o que foi tratado aqui nesta Sessão, hoje. Então, aí nós vamos conversar depois, Deputado Cleiton e Deputado Luizinho, para a gente poder definir isso e tentar falar com o Governador para que suspenda isso.

E para finalizar, eu gostaria de dizer ao nobre Deputado, colega Deputado Ribamar, ao qual tenho o maior respeito, entendendo a sua posição, mas discordo dela. Eu acho que no Parlamento, o Deputado muitas vezes tem que criticar o Governo, mas tem que apontar rumos também, porque nós todos somos o Poder, nós todos somos administração estadual.

Então, quando você aponta rumos às vezes você dá sugestão, Secretário Luiz Gomes, e são ideias daqui, Deputado Adelino, que podem sair e contribuir para que o Governo, nós não estamos aqui só para criticar, nós estamos aqui para apontar rumos. E esse é um papel também que eu acredito que o Parlamento tem que ter e deva ter. Eu acho muito importante isso. Gostaria de...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Presidente...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, se for rapidamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu acho que a primeira decisão, se o Parlamentar não pode sugerir ao Poder Executivo, ao Poder

Judiciário, ao Poder... a qualquer um dos órgãos de controle externo, que faça um pedido aqui para acabar com as Indicações, se tem algo que dá mais sugestão que Indicação não existe. Indicação é para que o Executivo possa reparar os erros. Essa é a função do Parlamentar, é estar aqui representando o povo, ajudando o Executivo a entender, e entrar dentro dos trilhos. Eu acho que esse é o caminho, esse é o meu ponto de vista de como ser Parlamentar.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para esclarecer, eu quero deixar aqui que o Deputado Ribamar, eu tenho o maior respeito, a maior consideração, mas realmente, se esta Casa, dentro das atribuições constitucionais previstas no artigo 29, que diz: “fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive da administração direta; sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”. Então, tem uma série de coisas que compete a nós. Então, é melhor a gente deixar de mão, acabar realmente, como já ouvi aqui, essa questão do Parlamento e a gente ficar... Eu acho que, vamos mudar então, vamos alterar então essa disposição, porque isso está constitucionalmente, o Parlamento Estadual tem essa prerrogativa de fiscalizar todo e qualquer ato do Poder e se hoje há uma denúncia por parte de uma situação, a gente tem que analisar. Compete a nós essa análise.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Senhor Deputado, nós vamos encerrar a Sessão...

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. LAERTE GOEMS (Presidente) - Questão de Ordem aceita.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Parece que eu não me fiz entendido aqui, não é possível! Eu disse que é prerrogativa do Deputado questionar, prerrogativa de Deputado fiscalizar, agora, dar sugestão para o Executivo, isso não é prerrogativa de Deputado, isso é extrapolar a função de Deputado. Parece que eu não me fiz entendido quando usei aqui a palavra. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Senhor Deputado, já se colocou, é um pensamento seu e nós temos respeito, mas alguns não concordam e todos têm o direito de se pronunciar nesta Casa. Gostaria de convidar o Deputado Adelino Follador e Deputado Cleiton Roque para acompanharem o Sr. Luiz Gomes Furtado até o Salão Nobre desta Casa e agradecer, Luiz, a sua presença aqui.

Vamos aguardar a saída do nosso Secretário Executivo da EMATER, Secretário Luiz Gomes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Enquanto o Luiz Gomes está saindo, Deputado Ezequiel, eu recebi três telefonemas, agora, de Cujubim, assaltaram os dois maiores mercados lá e todo

comércio fechou as portas hoje. Os bandidos estão tomando conta e o pessoal está sabendo que os Delegados estão aqui e pediu para a gente dar o recado e o pessoal está desesperado. O Zezinho do cabo de vassoura lá, que é o empresário, aí pegaram um amigo dele, assaltaram o amigo dele, que é também empresário, tem uma indústria de cabo de vassoura, aí todo mundo está ligando para ele, pedindo onde que ele está preso, aonde que eles levaram ele.

Então, agora acabaram de assaltar mais dois mercados, maiores mercados, e o pessoal está desesperado. Aqui está também o Delegado de Ariquemes, então eu gostaria de deixar esse recado. Está O Dr. Elizeu aqui, que eu já conheço, muitos, o pessoal, o Secretário de Segurança tem que fazer alguma coisa urgente na região de Ariquemes e principalmente em Cujubim. O pessoal está pedindo socorro aqui.

Obrigado.

(Às 20 horas e 12 minutos encerra-se a Comissão Geral e reinicia-se a Sessão Ordinária)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Neste momento, declaro encerrada a Comissão Geral e retornaremos aos trabalhos da Sessão Ordinária.

Passamos às Comunicações Parlamentares. Não havendo Comunicações Parlamentares inscritos...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só para agradecer...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Mas já estamos reiniciando a Sessão, devido ao horário.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Só para registrar a presença dos Vereadores de Alta Floresta, do Tanuzio, do Vereador Álvaro Bueno e do Vereador Edmar que se fazem aqui presentes na Sessão.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não havendo mais nada a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para apreciar em segunda discussão e votação as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 16 minutos)

ASSESSORIA DA MESA

**PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª SESSÃO LEGISLATURA**

REQUERIMENTO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP
– Requer ao Senhor Secretário da Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, informações referentes à legislação que

versem sobre a tributação relativa aos frigoríficos de todas as unidades da Federação.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do art. 31, § 3º da Constituição do Estado, c/c art. 179, inciso III do Regimento Interno, requer ao Senhor Secretário da Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, informações referentes à legislação que verse sobre a tributação relativa aos frigoríficos de todas as unidades da Federação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Recentemente recebemos em nosso gabinete a visita do Presidente do Sindicato dos Servidores da Agência IDARON (SINDSID), juntamente com o delegado sindical Eliezer Silva, fazendo uma denúncia de que “o Estado está abrindo mão de recolher tributos para um grupo que praticamente está monopolizando o abate e a venda de bovinos”. Ainda em reunião com produtores da região de Ji-Paraná, também recebemos denúncias sobre os problemas que os criadores têm enfrentado, contra o que eles chamam de “monopólio do JBS”.

No momento que vivemos, onde se fala que o Estado tem poucos recursos que vive no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, não se admite que se conceda isenção tributária ou se deixe de fiscalizar o pagamento de algum tributo, principalmente sendo o mais forte na cadeia produtiva, uma vez que a lei tem que ser aplicada de maneira geral.

Ainda segundo as denúncias, nem as taxas de abate estariam sendo recolhidas, o que tem enfraquecido ainda mais os cofres da IDARON. Segundo as denúncias, mais de 93% dos recursos captados pelo Fundo Estadual de Sanidade Animal (FESA) são provenientes das contribuições dos produtores. Imagine o quanto o Estado está deixando de arrecadar, tendo em vista que a expectativa é que o FESA recolha R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) neste ano de 2015.

É preciso rever a Lei para adequá-la ao momento econômico atual. Para tanto necessitamos ter uma noção sobre a carga tributária incidente sobre frigoríficos em todas as unidades federativas, para sugerirmos a adequação necessária no nosso Estado, de forma a beneficiar todos os elos da cadeia produtiva.

Pelo exposto, contamos com o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação de nosso Requerimento.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM – Indica ao Governo do Estado, a redução da jornada de trabalho dos ocupantes de cargos de psicólogos para 30 horas semanais.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, a redução da jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de psicólogos para 30 horas semanais.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Algumas profissões, como na área da Psicologia, têm peculiaridades que fazem da redução da jornada de trabalho,

muito mais que um sinal de desenvolvimento social, uma verdadeira necessidade para assegurar e proteger a saúde física e mental dos profissionais.

Assim sendo, a profissão de psicólogo possuiu características especiais, a demandar tratamento legislativo distinto.

É inegável a importância de se definir uma jornada de trabalho digna para os psicólogos, cuja atividade profissional é de elevada complexidade, exigindo uma imensa atividade psíquica no desempenho de suas atribuições.

Segundo o catálogo brasileiro de ocupações do Ministério Público do Trabalho, o psicólogo atua realizando estudo e análise dos processos intrapessoais e das relações interpessoais, possibilitando a compreensão do comportamento humano individual e de grupo, no âmbito das instituições de várias naturezas, nas quais se deem estas relações.

Aplica conhecimento teórico e técnico da psicologia, com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais. O Psicólogo, dentro de suas especificidades profissionais, atua no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano.

Contribui para a produção do conhecimento científico da psicologia através da observação, descrição e análise dos processos de desenvolvimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano e animal; analisa a influência de fatores hereditários, ambientais e psicossociais sobre os sujeitos na sua dinâmica intrapsíquica e nas suas relações sociais, para orientar-se no psicodiagnóstico e atendimento psicológico; promove a saúde mental na prevenção e no tratamento dos distúrbios psíquicos, atuando para favorecer um amplo desenvolvimento psicossocial; elabora e aplica técnicas de exame psicológico, utilizando seu conhecimento e práticas metodológicas específicas, para conhecimento das condições do desenvolvimento da personalidade, dos processos intrapsíquicos e das relações interpessoais, efetuando ou encaminhando para atendimento apropriado, conforme a necessidade.

Participa da elaboração, adaptação e construção de instrumentos e técnicas psicológicas através da pesquisa, nas instituições acadêmicas, associações profissionais e outras entidades cientificamente reconhecidas. Realiza divulgação e troca de experiência nos eventos da profissão e comunidade científica e, à população em geral, difunde as possibilidades de utilização de seus recursos.

O psicólogo desempenha suas funções e tarefas profissionais individualmente e em equipes multiprofissionais, em instituições privadas ou públicas, em organizações sociais formais e informais, atuando em: hospitais, ambulatórios, centros e postos de saúde, consultórios, creches, escolas, associações comunitárias, empresas, sindicatos, fundações, varas da criança e do adolescente, varas de família, sistema penitenciário, associações profissionais e/ou esportivas, clínicas especializadas, psicotécnicos, núcleos rurais e nas demais áreas onde as questões concernentes à profissão se façam presentes e sua atuação seja pertinente.

Portanto, trata-se de ofício de nível superior, que exige formação de intensa carga de estudo e pesquisa, além de expor o profissional a condições particularmente desgastantes, sobretudo psicicamente.

O psicólogo é um profissional cuja atuação envolve o contato pessoal permanente com os pacientes e a constante exposição às suas condições pessoais. Nesse mister, o psicólogo atua em situações onde geralmente estão presentes fortes tensões pessoais, conflitos de relacionamento, ansiedade e sofrimento mental, transtornos afetivos e de personalidade crônicos até mesmo tendo contato com pessoas em quadro clínico de sociopatia.

Mas sua atividade não se resume a esse contato. O psicólogo deve, ainda, manter a concentração e a capacidade de raciocínio complexo e abstrato para, mesmo em face das angústias, dúvidas e sofrimentos de seus pacientes, poder intervir de forma eficaz para o seu alívio ou restabelecimento.

Naturalmente, esse convívio constante com as situações extremas que exemplificamos acima tende, inevitavelmente, a cobrar seu preço. Mesmo que o treinamento profissional tenda a enfatizar um distanciamento emocional entre o profissional e o paciente, naturalmente sempre existirão efeitos pessoais a se manifestar na forma de exaustão mental e física, de estresse e tensão emocional.

O psicólogo luta pela garantia de direitos e por condições mais dignas, justas e humanas ao ser humano, por isso busca as mesmas condições para si enquanto categoria profissional, primando pela qualidade de vida.

Sabe-se que a saúde psíquica e emocional é tão importante quanto a saúde física das pessoas, e esta máxima é válida tanto para os pacientes quanto para os psicólogos que os atendem. Neste contexto, percebe-se que a saúde física e mental encontra-se diretamente ligada à jornada de trabalho, especificamente quanto a sobrecarga e complexidade da demanda que o Psicólogo atende diuturnamente.

Compreendendo a especificidade desta profissão, inúmeros estados e prefeituras aprovaram leis estaduais e municipais conferindo ao psicólogo jornada máxima de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial, algumas citadas no documento em anexo. Entre estes, temos a prefeitura de Porto Velho e em nome do princípio de isonomia da Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º caput, sobre o princípio constitucional da igualdade, perante a lei, nos seguintes termos:

Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade de direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

O princípio da igualdade atua em duas vertentes: perante a lei e na lei. Por igualdade perante a lei compreende-se o dever de aplicar o direito no caso concreto; por sua vez, a igualdade na lei pressupõe que as normas jurídicas não devem conhecer distinções, exceto as constitucionalmente autorizadas.

O princípio da igualdade consagrado pela Constituição, opera em dois planos distintos. De uma parte, frente ao legislador ou ao próprio Poder Executivo, na edição, respectivamente, de leis, atos normativos e medidas provisórias, **impedindo que possam criar tratamentos abusivamente diferenciados a pessoas que se encontram em situação idêntica.**

Em outro plano, na obrigatoriedade ao intérprete, basicamente, a autoridade pública, de aplicar a lei e atos normativos de maneira igualitária, sem estabelecimento de diferenciações, em razão de sexo, religião, convicções filosóficas ou políticas, raça e classe social. (MORAES, 2002, p. 65).

Neste sentido, observa-se que os interesses pessoais coadunam com os interesses da administração pública, no sentido de primar pela qualidade dos serviços e atendimentos dos psicólogos à comunidade em geral, ainda convergem a um primado constitucional pelo princípio de isonomia, já que os funcionários públicos, psicólogos da rede municipal já alcançaram o dito de trabalhar 30 horas semanais sem redução salarial, enquanto os funcionários públicos, psicólogos da rede estadual de Rondônia permanecem com carga horária maior, mesmo pertencendo a uma mesma classe profissional e com as mesmas especificidades, o Estado de Rondônia tem tratado os iguais de forma diferenciada, ferindo o princípio constitucional de isonomia ora descrito.

É ilustrativo o fato de outras profissões, como o Serviço Social e Fisioterapia, já terem conquistado o trabalho semanal de 30 horas. Os resultados dessa prerrogativa conquistada, não apontam, para a diminuição da produtividade, mas para seu aumento. Estudos empíricos mostram que o aumento de duração de horas não está associado ao aumento da produtividade. Antes, a excessiva carga de trabalho a diminui: Um aumento de 10% no tempo de trabalho diminui a produtividade em 2,4% (Holman, Joyeux, and Kask, 2008: p.67, Chart 2).

Ainda salienta-se que mensurações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que a diminuição de horas de trabalho aumenta a eficiência e produtividade dos trabalhadores. Resta, por fim, refutar o errôneo juízo de que a redução da jornada de trabalho impactaria no orçamento dos entes públicos e acarretaria prejuízo à política de atendimento do SUS. Nesse ponto, deve-se dizer que a aprovação das 30 horas seguiria a mesma coerência aplicada às outras profissões da saúde, como a fisioterapia e a assistência social.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.
Dep. Adelino Follador - DEM

INDICAÇÃO DEPUTADO EDSON MARTINS – PMDB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Aires Moura a necessidade de construção e estruturação junto ao Instituto de Identificação Engracia da Costa Francisco em Porto Velho de um Centro de Perícia Papiloscópica.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, solicitando sua aquiescência e engajamento para possibilitar a construção e estruturação de um Centro de Perícia Papiloscópica junto ao Instituto de Identificação Engracia da Costa Francisco em Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A presente indicação ao Governo do Estado de Rondônia trata-se de importante anseio tanto da população como dos

profissionais policiais civis que realizam suas funções no Instituto de Identificação Engracia da Costa Francisco no município de Porto Velho. Torna-se imprescindível a construção e estruturação de um Centro de Perícia Papiloscópica no Instituto de Identificação, pois possibilitará a realização de perícias em objetos apreendidos em local de crime, bem como a identificação de possíveis infratores que estiveram nos referidos locais, entre outras atividades.

A realização desse tipo de serviço é essencial as investigações policiais. Atualmente o serviço é realizado de forma precária na capital do Estado, muitas vezes contando com os bons préstimos de outras unidades policiais da federação, inclusive por várias vezes os profissionais são auxiliados por empréstimo de material e instrumentos pertencentes ao Departamento de Polícia Federal, como já foi objeto de diversas denúncias e reportagens da imprensa rondoniense. Com a criação do Centro de Perícia Papiloscópica, o serviço será feito de forma mais rápida e com menos custos, propiciando um reforço na investigação policial e na elucidação de crimes, o que propiciará um incremento na área da Justiça criminal.

O Centro vai agilizar laudos e beneficiar, desse modo, também o Ministério Público e o Poder Judiciário, dentro da necessidade de uma Justiça mais rápida. A realização de perícias papiloscópicas é, hoje, o segredo da eficiência do serviço público. O Laboratório Papiloscópico poderá realizar perícias por meio da ação de reagentes químicos em objetos apreendidos, que não puderam ser analisados no local do crime. Outras atividades, também serão realizadas além da perícia em local de crime, como coleta papiloscópica e necropapiloscópica. A perícia em local de crime consiste no levantamento de evidências papiloscópicas em cenas de crime, vinculando a presença de determinada pessoa ao local periciado, por meio do confronto das impressões digitais e posterior emissão de laudo de perícia papiloscópica. Os serviços serão feitos pelos funcionários que já atuam no Instituto de Identificação de Rondônia, ou seja, pelos datiloscopistas e papiloscopistas policiais, que já recebem formação específica e que detêm atribuição para a realização de coleta, análise, classificação, revelação, confronto e arquivamento de impressões papilares e de seus fragmentos de locais de crime e respectivos laudos periciais. É necessário que o Governo do Estado de Rondônia promova a construção e estruturação de um Centro de Perícia Papiloscópica para que a sociedade conte com investigações mais céleres e indubitáveis quanto a identificação do criminoso. Esse serviço público deve ser devidamente prestado a população Rondoniense, que por muitas vezes são vítimas de crimes insólveis, pois, o Estado não detém um Centro de Perícias Papiloscópica com material necessário a realização dos exames em objetos e locais de crime. Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de aprovar a presente proposição, bem como poder contar com a vontade política do Governador para realização do anseio do povo e dos profissionais policiais civis.

Plenário das Deliberações, em 31 de março de 2015.
Dep. Edson Martins - PMDB

REQUERIMENTO COLETIVO – Requer informações ao Governador do Estado de Rondônia sobre extrato das contribuições ao FITHA.

O Deputado que o presente subscreve, com base nos preceitos regimentais, especialmente II, do artigo 178 e art. 179 do Regimento Interno, requer a Mesa Diretora, que seja encaminhado **pedido de informações oficiais**, ao Governador do Estado de Rondônia, que seja enviado a esta Casa extrato das contribuições (conta corrente) ao Fundo de Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA da empresa JBS S/A e demais empresas de frigoríficos no Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, com auxílio do Tribunal de Contas, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e exercer o controle externo no exercício é uma das missões institucionais do Poder Legislativo Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado tem o poder de realizar fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial dos atos do Poder Executivo e dos da administração Indireta e direta, tendo os Deputados as ferramentas para fiscalização os requerimento de informação oficiais e proposta de Fiscalização e Controle destinada a pedir apuração de irregularidades no âmbito da administração pública, podendo ser apresentada por qualquer deputado à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sendo a proposta aprovada, o relator fica encarregado da sua implementação, bem como a convocação de autoridades.

O FITHA é um fundo que arrecada, via ICMS, recursos das empresas de construção civil e construtoras que executam obras pesadas em Rondônia, além de frigoríficos. Os critérios da partilha dos recursos arrecadados pela Secretaria de Finanças do Estado não são claros. Municípios infinitamente menores, recebem mais que outros maiores proporcionalmente. Quando foi criado o objetivo principal era dá um maior suporte financeiro para algumas demandas dos municípios sendo lhes transferidas a maior parte dos recursos ali existentes.

Algumas empresas, para ter acesso à isenção tributária deveriam cumprir alguns pré-requisitos, como o recolhimento de 1,5% do valor da operação para o Fundo o que se pretende averiguar. A expectativa é de que o Fundo recolha R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) em 2015. É preciso rever a lei para adequá-la ao momento econômico atual. O preço da arroba do boi está bom, mas quem fica com a maior parte dos lucros é o frigorífico, especialmente o JBS, que age impondo regras prejudiciais aos produtores. Isso precisa ser revisto.

Senhores Deputados.

O Fundo de Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA foi criado no ano de 2004, pelo então governador Ivo

Cassol, com o objetivo de auxiliar as prefeituras dos 52 municípios na construção de casas populares e na melhoria da malha viária, seja com a recuperação de linhas vicinais, abertura de estradas ou com pavimentações e construções de pontes e bueiros, entre outros serviços.

O motivo que nos leva a fazer este pedido de informações é devido ao fato de sabermos a real situação na questão monetária, mormente na questão de transferência de recursos das empresas privadas que tem como ramo frigoríficos ao FITHA.

Um dos papéis atribuído ao deputado é justamente o de atuar como fiscalizador e mediador entre o Poder Executivo, e municípios. O parlamentar tem como meta essencial ser um representante da população no trabalho de acompanhamento das ações propostas pelo Poder Executivo, que como o próprio nome diz, é quem executa as ações, programas e projetos em benefício da coletividade.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

REQUERIMENTO DEPUTADO AIRTON GURGACZ – PDT - Requer a Mesa na forma regimental, “Voto de Louvor” a EUCATUR – Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo.

O Deputado que o presente subscreve e ouvindo o Plenário na forma regimental, requer “Voto de Louvor” a Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo - EUCATUR.

Certo que esta propositura mereça total acolhida, contamos com o apoio dos nobres pares para sua imediata aprovação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Tal propositura tem como objetivo dá reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao estado de Rondônia pela Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo - Eucatur, que foi fundada em 1964 por Assis Gurgacz e sua esposa Nair Ventorin Gurgacz. Inicialmente Assis Gurgacz dedicava-se ao ramo de Comércio ambulante, quando resolveu investir no ramo de Transporte Rodoviário de Passageiros, e fundou a firma individual “Assis Gurgacz”. Dia 31 de março Assis Gurgacz adquiriu um ônibus e a linha de Cascavel/Paraná a Santa Tereza do Oeste/PR que passava por Industrial Madeireira e Central Santa Cruz da Empresa de Transporte coletivos Eneide Ltda, pertencente ao Sr. Sebastião Agostini.

A EUCATUR é uma companhia brasileira de transportes rodoviários de passageiros e cargas, transporte urbano de passageiros e táxi-aéreo que tem como história talvez similar a de muitos dos presentes, começou pequena e, com a humildade e muito trabalho de seus fundadores, figura hoje entre as mais tradicionais e modernas da América Latina. Sediada na cidade paranaense de Cascavel, conta com mais de cinco mil funcionários e transporta cerca de 270 mil passageiros por dia, percorrendo 60% do território nacional, cobrindo 23 estados brasileiros, além da Venezuela.

Em 2015 a EUCATUR completa 51 anos de fundação e 43 anos de Rondônia, tendo como uma empresa pioneira no Estado e que vem trilhando sua história no desenvolvimento,

tem como princípios prestar serviços com qualidade na área de transporte coletivo de passageiros e encomendas, buscar a satisfação das necessidades de seus clientes internos e externos.

Em Rondônia a EUCATUR é pioneira e foi responsável pela vinda de inúmeros imigrantes, principalmente nas décadas de 70 e 80, tendo sua história ligada ao processo de desenvolvimento de nosso glorioso Estado de Rondônia.

Sendo assim, nobres Pares, este requerimento trata-se de uma justa homenagem a EUCATUR, pelo seu trabalho em prol do desenvolvimento econômico e social no Estado de Rondônia, sempre preocupada em oferecer as melhores condições de trabalho a seus colaboradores, para dar maior conforto e segurança aos seus passageiros, coloca à disposição o que de melhor há em veículos e infraestrutura de transportes, destacando-se por isso, ano a ano.

Plenário das Deliberações, 26 de março de 2015.
Dep. Airton Gurgacz - PDT

REQUERIMENTO DEPUTADO EDSON MARTINS – PMDB –
Requer informações ao Senhor Secretário da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do art. 31, § 3º da Constituição do Estado, c/c art.179, inciso III do Regimento Interno, requer ao Senhor Secretário da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM as informações abaixo relacionadas:

1) Se o Estado de Rondônia recebe contrapartida, referente ao uso do solo e subsolo na construção de Linhões de energia elétrica;

2) Se a legislação estadual que trata acerca do assunto está devidamente atualizada.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Nosso Requerimento tem por objetivo subsidiar esta Casa nas suas funções, dentre as quais a de fiscalizar as atividades da Administração Pública.

Esta Casa, em nenhuma oportunidade se furtou em agir conforme suas atribuições exaradas no artigo 46 da Constituição Estadual no tocante à fiscalização dos atos do Poder Executivo, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade. E nesse momento não seria diferente.

É imprescindível que este Poder Legislativo acompanhe de perto as ações do Poder Executivo. É por isso que tomamos a iniciativa de requerer as informações mencionadas acima, a fim de que possamos dar uma satisfação à sociedade no tocante as receitas oriundas das linhas de transmissão de energia instaladas no solo e subsolo.

Nossa preocupação se deve quanto à geração de riqueza que está produzindo no Estado, levando em consideração o quanto se arrecada em bilhões para a União. Perguntamos, qual a contrapartida gerada para o nosso Estado?

Pelo exposto, pedimos o apoio das senhoras e senhores Parlamentares para nosso Requerimento.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.
Dep. Edson Martins - PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública, nesta Casa de Leis para deliberação sobre a não convocação dos Aprovados em Concursos Públicos ainda em vigência realizado pelo Estado.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental, que seja organizada Audiência Pública no Plenário da Assembléia Legislativa, a ser realizada no dia 16 de abril de 2015, às 9 horas, para deliberação sobre a não convocação dos aprovados em concursos públicos, ainda em vigência realizado pelo Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

É notório, a defasagem de servidores em diversas áreas do serviço público estadual. Com isso, surge a necessidade de convocação dos aprovados em concursos públicos realizados pelo Estado.

A administração pública pode, inclusive, chamar mais candidatos do que as vagas previstas em edital, desde que os aprovados no concurso público estejam dentro do limite percentual previsto. A única restrição que a Administração deve respeitar na hora da admissão, é a ordem de classificação dos candidatos aprovados no concurso.

Diante da relevância deste pleito, conto com aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.
Dep. Léo Moraes – PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO SÓ NA BENÇA – PMDB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto a Secretaria de Estado de Segurança Defesa e Cidadania – SESDEC, sobre a necessidade de instalação de 1 (um) Posto Policial no Distrito de Querência do Norte, localizada no Município de Primavera de Rondônia/RO.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao senhor Governador do Estado, sobre a necessidade instalação de um Posto Policial no distrito de Querência do Norte localizado no município de Primavera de Rondônia/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

A referida indicação trata da instalação de um Posto Policial no distrito de Querência do Norte, distante 30 km do município de Primavera de Rondônia, que sofre com a falta de policiamento.

O distrito tem hoje em torno de 1000 habitantes dividido entre a zona rural e o Distrito, tendo ainda no distrito 2 escolas, 1 posto de saúde, mercados, bares, igrejas e estabelecimentos comerciais em geral.

Cabe ressaltar que a instalação do referido Posto Policial irá beneficiar os moradores do Distrito como da Zona Rural com a ronda nas linhas evitando pequenos furtos e roubos de animais e objetos dos produtores rurais.

Conto com o apoio dos nobres Parlamentares e Governo do Estado na pessoa do nobre governador para atender a referida reivindicação, para que possamos trazer mais segurança à população daquele Distrito com rondas frequentes.

Plenário das Deliberações, 30 de março de 2015.
Dep. Só na Bença – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO SAULO MOREIRA - PDT - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a necessidade da construção de uma Quadra Poliesportiva Coberta no Centro de Ensino Educação de Jovem e Adulto (CEEJA), localizada na rua Aquariquara nº 3710 Setor Institucional, no município de Ariquemes.

O Deputado que subscreve, obedecendo ao disposto no Regimento Interno e ouvido o douto Plenário, indica ao Excelentíssimo Governador do Estado, a necessidade da construção de uma Quadra Poliesportiva Coberta no Centro de Ensino Educação de Jovem e Adulto (CEEJA), localizada na rua Aquariquara nº 3710 Setor Institucional, no município de Ariquemes.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação dispõe sobre a necessidade da Construção de uma Quadra para CEEJA, pois o Centro atende em média 1.500 alunos, funciona com dois expedientes de aulas presenciais e um com aulas a distância, a maioria dos alunos é da zona rural, faixa etária dos alunos é de 15 a 40 anos. Devido o Centro não possuir um espaço para realizações de atividades extra classe desportiva e culturais, os alunos estão desmotivados a participar das aulas, tornando-se aulas de classes monótonas, o espaço muitas vezes usados para realização de atividades extra classe são cedido por escolas do município.

Diante do exposto, é que apresentamos a presente indicação, para a qual contamos com a colaboração dos Nobres Pares para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 25 de março de 2015.
Dep. Saulo Moreira - PDT

INDICAÇÃO DEPUTADO CLEITON ROQUE - PSB - DEPUTADO JURACY BARBOSA - PMDB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER, a necessidade de recuperar as pontes de madeira sobre os rios Arara e São Pedro, localizados na Capa 24, que interliga o município de Primavera de Rondônia ao Distrito de Novo Plano, no município de Chupinguaia.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER a necessidade de recuperar as pontes de madeira sobre os rios Arara e São Pedro, localizados na Capa 24, que interliga o município de Chupinguaia.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Parlamentares,

O atendimento desta indicação é de suma importância para comunidade que habita nessa localidade, vez que essas pontes citadas encontram-se com suas estruturas físicas completamente comprometidas devido as constantes chuvas ocorridas nesse período, trazendo insegurança aos moradores e produtores rurais, como também dificultando o transporte escolar, pois os ônibus não conseguem trafegar e deslocar os alunos até as Escolas da rede pública de Ensino, ficando as aulas prejudicadas e o ensino-aprendizagem com várias defasagens. Esta situação precária das pontes prejudica também o escoamento dos produtos agrícolas, com prejuízos sofridos aos agricultores que escoam suas produções agrícolas por essas vias.

Nessa região está sendo construída uma usina de calcário, com produção de 400 toneladas para atender a demanda de reconstrução de solo na região central do Estado, Cone Sul e Zona da Mata. Após a inauguração desta referida usina, esse trecho da capa 24, onde se encontram as duas pontes, terão um fluxo intenso de caminhões que farão o transporte do calcário até as propriedades rurais. Portanto, é necessária a urgente recuperação destas pontes, visando uma medida preventiva no sentido de manter um tráfego seguro e sem interrupções.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.
Dep. Saulo Moreira - PSB
Dep. Juraci Barbosa – PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADO AÉLCIO DA TV – Requer, informações do Diretor da DGAF/Direção de Gestão e Assistência Farmacêutica, Senhor Álvaro Lazaretti, sobre medicamentos em falta no estoque da Farmácia do Programa Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e previsão de aquisição dos mesmos.

O Parlamentar que o presente subscreve, com base nos preceitos regimentais, requer a Mesa Diretora, que seja encaminhado pedido de informações oficiais ao Diretor da Direção de Gestão e Assistência Farmacêutica/DGAF, com relação aos medicamentos em falta no estoque da Farmácia do Programa Componente Especializado da Assistência Farmacêutica/CEAF e previsão de aquisição dos mesmos.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Este requerimento busca atender a solicitações de pacientes que, mesmo inscritos no Programa de Assistência Farmacêutica do Estado, não encontram os medicamentos disponíveis ao procurar a Farmácia do CEAF, localizada à Av. Calama, 1750 – bairro São João Bosco, nesta capital.

Segundo relatado a este parlamentar, a informação fornecida pelos servidores que fazem o atendimento ao público, é que não há estoque disponível de alguns medicamentos, nem previsão de disponibilidade, gerando complicações, aos

pacientes que muitas vezes se valem do auxílio de terceiros para adquirirem os medicamentos, embora estejam previamente cadastrados no programa CEAF.

Plenário das Deliberações, 27 de março de 2015.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR – PSDC – Indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da recuperação de 30 km da Rodovia 462 que dá acesso do município de Campo Novo ao município de Buritis.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia ao Departamento de Obras e Serviços Públicos – DER a necessidade da recuperação da Rodovia 462 da acesso ao município de Campo Novo de Rondônia ao município de Buritis.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Atendendo ao pedido da população dessa região, venho através desta indicar ao Senhor Governador que tome as devidas providências para que seja recuperada 30 km do trecho da Rodovia 462 que dá acesso ao município de Campo Novo de Rondônia ao município de Buritis. Pois este trecho encontra-se intrafegável.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.

Dep. Ezequiel Júnior - PSDC

INDICAÇÃO DEPUTADO SÓ NA BENÇA – PMDB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto a Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS e Secretaria de Estado de Segurança Defesa e Cidadania – SESDEC, sobre a necessidade de se fazer uma força tarefa para a retirada de documentos de identidade no município de Theobroma/RO.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao senhor Governador do Estado sobre a necessidade de se criar uma força tarefa para retirada de documentos de identidade no município de Theobroma/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

O município de Theobroma, originou-se como Núcleo Urbano de apoio rural (NUAR) do projeto de colonização Padre Adolpho Rohl. Theobroma é o nome científico do cacau (produto agrícola bastante valorizado na região).

A emancipação política do município deu-se com a Lei nº 371 em 13/02/92, desmembrado do município de Jarú. No mesmo ano de sua emancipação política, houve a eleição para prefeito através do voto popular.

Com a emancipação política, muitos migrantes desses pequenos núcleos comerciais chegaram a Theobroma e instalaram seus comércios, beneficiando a população da zona urbana e rural.

No período de 1995 a 1997, o município recebeu várias famílias carentes provenientes do município de Corumbiara e constituiu o primeiro assentamento do município, denominado Santa Catarina, composto por mais de 300 famílias. Em 1996, surgiram mais dois assentamentos: o Rio Branco e o 14 de Agosto.

O município de Theobroma recebeu no dia 24 de junho de 2005 pelo INCRA o título definitivo de município, pois até então suas terras pertenciam a União.

O município conforme informações do IBGE possui uma população em torno de 11 mil habitantes onde sua grande maioria residem na área rural, moradores em área de assentamento, e possui grande dificuldade para se deslocarem até outro município para fazerem documento de identidade, conforme levantamento estima-se uma demanda de 300 pessoas de várias faixa etária.

Conto com o apoio dos nobres Parlamentares e Governo do Estado na pessoa do nobre governador para atender a referida reivindicação.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.

Dep. Só na Bença - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO EDSON MARTINS – PMDB – Indica ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia a recuperação com encascalhamento e patrolamento da Linha Zero que liga o distrito de Rio Pardo ao município de Alto Paraíso passando pelo Marco Azul.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem de Rondônia – DER, solicitando com urgência a recuperação com encascalhamento e patrolamento da Linha Zero que liga o Distrito de Rio Pardo ao município de Alto Paraíso passando pelo Marco Azul.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Torna-se imprescindível a realização da recuperação com encascalhamento e patrolamento da Linha Zero que liga o distrito de Rio Pardo ao município de Alto Paraíso passando pelo Marco Azul. A presente indicação está subsidiada no fato de que a referida rodovia estadual faz ligação entre o Município de Alto Paraíso e o município de Porto Velho pelo distrito de Rio Pardo onde a população das diversas regiões deste Estado transitam e transportam seus bens, mercadorias, bem como realizam o comércio. A Linha Zero que faz a saída de rio Pardo para Alto Paraíso encontra-se totalmente intrafegável o que consequentemente traz inúmeros prejuízos a toda a sociedade rondoniense, pois estão impedindo o fluxo de pessoas, motociclistas e motoristas que se utilizam da rodovia para realizarem o deslocamento entre as regiões. Os veículos que precisam trafegar não suportam tantos buracos e atoleiros e acabam ficando horas parados a espera de socorro. Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de aprovar a presente proposição.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.

Dep. Edson Martins - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PMDB – Indica ao Senhor Governador do Estado, que interceda junto ao DEOSP, a necessidade de reativação e reforma da Base Policial do Bairro Nacional.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental do artigo 188 do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo a necessidade de reativação e reforma da Base Policial do Bairro Nacional, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação, é solicitar do Sr. Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao DEOSP, sobre a necessidade urgente de reforma da Base Policial do bairro Nacional, com a finalidade de reativação urgente de reforma da Base Policial do bairro Nacional, com a finalidade de reativação e segurança da comunidade.

Ressalto que o indeferimento desta indicação, implicará em danos irreparáveis ao erário, conforme dispõe o artigo 10, inciso X, da Lei 8.429/02 de Improbidade Administrativa:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

X – agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.

Afirmo também que a não aprovação desta indicação, implicará em Crime de Responsabilidade dos atos do Governador do Estado, conforme previsto no artigo 66, inciso VI, da Constituição do Estado de Rondônia. Conforme dispõe:

Art. 66. São crimes de responsabilidade os atos do Governador do Estado que atentarem contra a Constituição Federal, esta constituição e, especialmente, contra:

VI – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Face ao exposto, é que pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 25 de março de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid – PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PMDB – Requer VOTO DE LOUVOR, para a Guarnição composta pelos policiais militares: Taylor Silva Nascimento, Eli Carlos Anunciação Pereira e Jadson Guimarães Ferreira, pelo importante trabalho social realizado frente a Patrulha Escolar.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental do artigo 182, inciso XII, do Regimento Interno, requer VOTO DE LOUVOR, para Guarnição composta pelos policiais militares: Taylor Silva Nascimento, Eli Carlos Anunciação Pereira e Jadson Guimarães Ferreira, pelo importante trabalho social realizado frente à Patrulha Escolar.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo deste requerimento de VOTO DE LOUVOR, é o reconhecimento da importante contribuição desta Guarnição composta pelos policiais militares supracitados, para as comunidades escolares da região da Zona Leste. Os militares Taylor Silva Nascimento, Eli Carlos Anunciação Pereira e Jadson Guimarães Ferreira, nos últimos tempos realizaram os seguintes projetos: Polícia Militar na Escola, Primeira Copa Patrulhar Escolar, envolvendo cerca de 12 escolas, totalizando a participação de 224 alunos, em momentos de lazer, esporte e interação. Desfile do dia 7 de setembro com a presença de 237 alunos, incluindo também palestras em sala de aula, Ordem Unida, Momento Cívico e dinâmicas.

A relação entre a Polícia Militar e as escolas públicas da Zona Leste, deveria ser um exemplo reconhecido e adotado por outras instituições de ensino com a finalidade de reduzir a violência, apoiar a Educação e buscar soluções para os problemas das comunidades, onde estão inseridas essas escolas. Desta forma é plausível a conduta desta guarnição ao realizar este tipo de ação social, sendo louvável o reconhecimento e divulgação por este Parlamento, como forma de incentivo para melhorar na expectativa de vida das crianças e adolescentes do Estado de Rondônia.

Face ao exposto, é que pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento de VOTO DE LOUVOR.

Plenário das Deliberações, 25 de março de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid – PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADOS DR. NEIDSON e JESUINO BOABAID – PT do B – Requerem à Mesa Diretora realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis, a ser realizada no dia 16 de abril de 2015, às 14:00 horas, junto aos representantes do Governo do Estado, e demais autoridades pertinentes. O intuito da Audiência é para debatermos sobre o Assentamento Dilma Roussef, localizada no bairro Novo Horizonte, nesta capital.

Os Deputados que a presente subscreve, requerem à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis, junto aos representantes do Governo do Estado e demais autoridades que seguem, a ser realizada no dia **16 de abril de 2015, às 14:00 horas**, com o objetivo de debatermos sobre assuntos relacionados ao Assentamento Dilma Roussef, localizado no Bairro Novo Horizonte, nesta capital.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Tem esta a finalidade de requerermos Audiência Pública, para o dia **16 de abril de 2015 às 1400 horas**, junto aos representantes do Governo do Estado e demais autoridades a seguir, para tratarmos de assuntos pertinentes a desocupação do Assentamento Dilma Roussef, localizada Bairro Novo Horizonte, nesta capital. Trata-se de uma Ação de Reintegração de Posse, que tramita na esfera Federal, cujo o objetivo é uma área pertencente a União que foi ocupada por aproximadamente 300 famílias de baixa renda e que se instalaram no local.

No decorrer do processo o Juízo responsável pelo caso expediu liminar determinando a desocupação da área pelos posseiros, objeto do litígio. A referida audiência tem como

finalidade tutelar os direitos das famílias que ali passaram a residir, tentando solucionarmos de forma pacífica os direitos protegidos pelas mesmas, pois é sabido que, segundo nossa Carta Magna de 1988, em seu artigo 6º preceitua *in verbis*:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Desta forma, e com todo o exposto acima é que faz-se necessário a realização da referida Audiência Pública, como meio de solucionar de forma pacífica a situação acima elencada, que o caso requer.

Dada à relevância do pleito, conto com apoio e aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 25 de março de 2015.

Dep. Dr. Neidson

Dep. Jesuíno Boabaid – PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PMDB – Requer Audiência Pública para o dia 9 de abril de 2015 às 15 h, para discutir e analisar o procedimento da implantação da Perícia Papiloscópica no Estado de Rondônia.

O Parlamentar que a presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental do artigo 172 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para o dia 9 de abril de 2015, às 15h, com o objetivo de discutir e analisar o procedimento da implantação da Perícia Papiloscópica no Estado Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação, é mostrar a importância da perícia papiloscópica como prova no processo da persecução penal. Bem como, colocar em pauta a discussão e análise da importância desta atividade e os profissionais envolvidos na busca de soluções para a implantação da Perícia Papiloscópica. Face o exposto, é que pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

Plenário das Deliberações, 26 de março de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid – PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO CLEITON ROQUE - PSB - JURACY BARBOSA - PMDB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade de rebaixar 2 (dois) morros elevados, localizados respectivamente na extensão das vias vicinais Capa 24 e Linha 75, que interliga o município de Primavera de Rondônia ao Distrito de Novo Plano, no município de Chupinguaia.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de rebaixar 2 (dois) morros elevados, localizados respectivamente na extensão das vias vicinais Capa 24 e Linha 75 que interliga o município de Primavera

de Rondônia ao Distrito de Novo Plano, no município de Chupinguaia.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Parlamentares,

O atendimento desta indicação é de suma importância para o trânsito seguro nessa localidade, vez que os morros citados são elevados e dificultam o tráfego de carretas nessas vias vicinais, pois devido às condições climáticas nessa região quer implica em inverno severo, com ocorrência de elevados índices pluviométricos, o que deflagra aumento da erosão nas encostas e torna difícil o acesso.

Nessa região está sendo construída uma usina de calcário, com produção de 400 toneladas para atender a demanda de reconstrução de solo na região central do Estado, Cone Sul e Zona da Mata. Após a inauguração desta referida usina, esse trecho da capa 24, onde se encontram os dois morros, terão um fluxo intenso de caminhões que farão o transporte do calcário até as propriedades rurais. Portanto, é, necessário o urgente rebaixamento desses morros, visando uma medida preventiva no sentido de manter um tráfego seguro e sem interrupções.

Nós como Poder Público, temos a obrigação de dar as melhores condições de vida social a nossa população.

Plenário das Deliberações, 26 de março de 2015.

Dep. Cleiton Roque - PSB

Dep. Juracy Barbosa - PMD

INDICAÇÃO DEPUTADO CLEITON ROQUE - PSB - JURACY BARBOSA - PMDB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER, a necessidade de recuperar as pontes de madeira sobre os rios Arara e São Pedro, localizados na Capa 24, que interliga o município de Primavera de Rondônia ao distrito de Novo Plano, no município de Chupinguaia.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de recuperar as pontes de madeira sobre os rios Arara e São Pedro, localizados na Capa 24, que interliga o município de Primavera de Rondônia ao distrito de Novo Plano, no município de Chupinguaia.

JUSTIFICATIVA

O atendimento desta indicação é de suma importância para comunidade que habita nessa localidade, vez que essas pontes citadas encontram-se com suas estruturas físicas completamente comprometidas devido as constantes chuvas ocorridas nesse período, trazendo insegurança aos moradores e produtores rurais, como também dificultando o transporte escolar, pois os ônibus não conseguem trafegar e deslocar os alunos até as Escolas da Rede Pública de Ensino, ficando as aulas prejudicadas e o ensino-aprendizagem com várias

defasagens. Esta situação precária das pontes prejudica também o escoamento dos produtos agrícolas, com prejuízos sofridos aos agricultores que escoam suas produções agrícolas por essas vias.

Nesta região está sendo construída uma usina de calcário, com produção de 400 toneladas para atender a demanda de reconstrução de solo na região central do Estado, Cone Sul e Zona da Mata. Após a inauguração desta referida usina, esse trecho da capa 24, onde se encontram as duas pontes, terão um fluxo intenso de caminhões que farão o transporte do calcário até as propriedades rurais. Portanto, é necessária a urgente recuperação destas pontes, visando uma medida preventiva no sentido de manter um tráfego seguro e sem interrupções.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.

Dep. Cleiton Roque – PSB

Dep. Juracy Barbosa – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO SAULO MOREIRA – PDT – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a necessidade da Construção de uma Quadra Poliesportiva Coberta na Escola de Ensino Estadual Fundamental e Médio Ruth Rocha, localizada na Linha 02, Projeto Rio Branco S/N na vila Rio Branco, Zona Rural do município de Campo Novo de Rondônia.

O Deputado que subscreve, obedecendo ao disposto no regimento interno e ouvido o Douto Plenário, indica ao Excelentíssimo Governador do Estado, a necessidade da Construção de uma Quadra Poliesportiva Coberta na Escola de Ensino Estadual Fundamental e Médio Ruth Rocha, localizada na linha 02, Projeto Rio Branco s/n na vila Rio Branco, Zona Rural do município de Campo Novo de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A necessidade da construção de uma quadra na E.E.F.M Ruth Rocha, é para atender em média quatrocentos alunos na zona rural e do Município, a escola funciona em dois horários. Devido a escola não possuir espaço para oferecer as crianças um dia de atividades esportivas e culturais, está prejudicando crescimento das crianças.

Diante do exposto, é que apresentamos a presente indicação, para a qual contamos com a colaboração dos nobres Pares para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 25 de março de 2015.

Dep. Saulo Moreira – PDT.

REQUERIMENTO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP – Requer a aprovação de Voto de Louvor ao Movimento Viva Madeira-Mamoré, pela manifestação ocorrida no último dia 24 de janeiro deste ano em homenagem ao Centenário da instalação do município de Porto Velho.

O Deputado que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora a concessão de Voto de Louvor ao Movimento Viva Madeira Mamoré, pela manifestação ocorrida no último no último dia 24 de janeiro deste ano em homenagem ao Centenário da instalação do município de Porto Velho, na pessoa

do Coordenador o Sr. Antônio Ocampo Fernandes. A se encaminhado sito a rua Juruna, 75, bairro Tupi, Cep: 76804-568.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Como Vossas Excelências podem muito bem anuir e é do conhecimento de todos o trabalho do Movimento Viva Madeira-Mamoré. O movimento é constituído por pessoas da sociedade, sem fins políticos-eleitoral, mas com o objetivo de desenvolver ações em prol do patrimônio histórico de Porto Velho e da Madeira Mamoré. As manifestações é um dos benefícios mais elementares proporcionados pelo Estado Democrático de Direito, como liberdade de expressão e organização, e o direito trivial de ir e vir. Esta Casa através dos nobres Pares sempre apoiará o movimento da sociedade com este objetivo de sempre promover a cidadania e as expressões e, evidentemente neste caso a defesa de um patrimônio tão importante para o município de Porto Velho e porque não dizer para o Estado de Rondônia.

Um dos papéis atribuído ao deputado é justamente o de atuar como fiscalizador e mediador entre o Poder Executivo, e a população de uma maneira geral. O Parlamentar tem como meta essencial ser um representante da população no trabalho de acompanhamento das ações propostas tanto pelo Poder Executivo como também pelo cidadão.

Plenário das Deliberações, 25 de março de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR – PSDC – Indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da recuperação de 28 km da Rodovia 421 que dá acesso ao município de Campo Novo.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Atendendo ao pedido da população desta região, venho através desta indicar ao Senhor Governador que tome as devidas providências para que seja recuperada um trecho da rodovia 421 que dá acesso ao município de Campo Novo de Rondônia, pois esse trecho encontra-se em péssimas condições para trafegar. Pois esse mesmo não se encontra asfaltado.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.

Dep. Ezequiel Junior – PSDC

PROJETO DE RESOLUÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - PP - Altera e acrescenta dispositivos do Regimento Interno.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, resolve:

Art. 1º Os incisos do artigo 110 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, passam a vigorar na ordem que segue:

“Art. 110.

I – Pequeno Expediente, com duração de sessenta minutos improrrogáveis, contados do início regimental da sessão, destinadas a leitura da ata, matéria do expediente e aos oradores inscritos que tenham comunicação a fazer;

II – Ordem do Dia, com duração de sessenta minutos, prorrogáveis, para apreciação da matéria constante da Ordem do Dia;

III – Grande Expediente, com duração de sessenta minutos, distribuídos igualmente entre os Deputados inscritos;

IV – Comunicação de Lideranças, com duração de sessenta minutos improrrogáveis; e

V – Comunicações Parlamentares, desde que haja tempo, destinadas a representantes de partidos e blocos parlamentares, alternadamente, indicados pelos líderes.

Art. 2º As Seções II, III, e IV do Capítulo II que trata das Sessões Públicas, compreendidas entre os artigos 123 ao 133, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 32, de 1990, passam a vigorar na forma a seguir:

Seção II Da Ordem do Dia

Art. 126 Findo o Pequeno Expediente, por esgotamento do tempo ou por falta de orador, tratar-se-á da Ordem do Dia. § 1º A primeira parte da Ordem do Dia será dedicada, exclusivamente, à apresentação de proposições.

§ 2º Havendo matéria a ser apreciada e quorum regimental para deliberação, será dado prosseguimento à Ordem do Dia.

§ 3º Não havendo matéria a ser apreciada, encerrar-se-á a Ordem do Dia.

§ 4º Caso haja matéria e inexistir *quorum* para deliberação, ou se constatar falta de *quorum* durante a Ordem do Dia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, o Presidente poderá colocar as matérias em discussão, observado o disposto no § 2º do artigo 193, ou dar por encerrada a Ordem do dia.

§ 5º A ausência na verificação de *quorum* equipara-se, para todos os efeitos, a ausência na sessão, salvo se houve continuidade da Ordem do Dia e o Deputado compareceu para dela participar, devendo, nesta situação, o Parlamentar solicitar que seja registrada a sua presença.

§ 6º O líder de bancada ou o Deputado poderá, a título de obstrução parlamentar legítima, fazer declaração prévia do seu propósito obstrucionista, anunciando, para o devido registro nos Anais e efeitos consequentes, que se retira acompanhado dos Deputados cujos nomes decline.

Art. 127 Havendo *quorum* regimental para deliberação das proposições constantes da Ordem do Dia, dar-se-á início à apreciação das matérias, na seguinte ordem:

I – redação final;

II – requerimentos de urgências;

III – requerimentos de Deputados sujeitos a votação;

IV – requerimentos de Deputados dependentes de votação;

V – matérias em regime de urgência;

VI – matérias constantes da Ordem do Dia de acordo com as regras de preferências estabelecidas no Capítulo III, do Título IX;

VII – matéria em tramitação ordinária.

Parágrafo único. A ordem estabelecida no caput poderá ser alterada ou interrompida:

I – para a posse de Deputados; e

II – em caso de aprovação de requerimento de:

a) preferência;

b) adiamento;

c) retirada da Ordem do Dia;

d) inversão de Pauta.

Art. 128 O tempo reservado à Ordem do Dia poderá ser prorrogado pelo Presidente, de ofício, pelo colégio de líderes, ou pelo plenário, a requerimento verbal de qualquer Deputado, por prazo não excedente a trinta minutos ou, na hipótese do inciso II, art. 110 a sessenta minutos.

Art. 129 Não será designada Ordem do Dia para primeira sessão ordinária de cada sessão legislativa. Parágrafo único. Revogado.

Art. 130 As proposições que constarão na Ordem do Dia, serão disponibilizadas para cada Gabinete Parlamentar, até 5 (cinco) horas, antes da abertura da Sessão. Além da disponibilização em avulsos eletrônicos, através do Portal da Assembléia Legislativa na internet.

§ 1º Cada grupo de projetos referidos no art. 232, § 1º, será iniciado pelas proposições em votação e, entre as matérias de cada um, têm preferência na colocação das emendas seguidas pelas proposições desta em turno único, segundo turno, primeiro turno e apreciação preliminar.

§ 2º Constarão da Ordem do Dia as matérias não apreciadas da pauta da sessão ordinária anterior, com precedência sobre outras dos grupos a que pertençam.

§ 3º A proposição entrará em Ordem do Dia desde que em condições regimentais, e com pareceres das Comissões a que foi distribuída.

Seção III Do Grande Expediente

Art. 131 Ficando a segunda parte do Pequeno Expediente, por esgotada a hora ou por falta de oradores, será concedida a palavra aos Deputados inscritos para o Grande Expediente em ordem cronológica, pelo prazo máximo de vinte minutos para cada orador, incluídos neste tempo os apartes.

Parágrafo único. As inscrições serão feitas na Mesa, pessoalmente e em livro próprio.

I – ficará automaticamente assegurada a oportunidade de falar na sessão seguinte ao Deputado inscrito que não for chamado, quando: or qualquer motivo, a sessão não se realizar, for suspensão ou encerrada antes da hora:

a) o horário destinado ao Grande Expediente estiver reservado a homenagens especiais, ou comparecimento de Secretário de Estado.

Art. 132 A Assembléia poderá destinar o Grande Expediente para comemorações de alta significação, ou interromper os trabalhos para a recepção, em plenário, de altas personalidades, desde que assim resolva o Presidente, ou delibere o Plenário.

Seção IV Das Comunicações de Lideranças

Art. 133 Finda a segunda parte da sessão, por esgotada a hora, ou por falta de orador, terão início às Comunicações de Lideranças, e será concedida a palavra, na ordem cronológica, aos líderes previamente inscritos.

Parágrafo único. As Comunicações de Lideranças destinam-se aos líderes de bancadas partidárias, blocos parlamentares ou líder do governo, que queiram fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de vice-líderes, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, incluídos neste tempo os apartes.

Seção V Das Comunicações Parlamentares

Art. 134 Concluído o uso da palavra dos oradores inscritos nas Comunicações de Lideranças o Presidente concederá a palavra aos oradores inscritos nas Comunicações Parlamentares.

Parágrafo único. Os oradores serão chamados obedecida a ordem de inscrição, por período não excedente a cinco minutos para cada Deputado, não sendo permitido aparte.

Art. 3º. *Dá nova redação ao caput, § 1º, inciso VI, § 4º ao artigo 205 da Resolução nº 32, de 1990, na forma a seguir:*

“art. 205. Aparte é a interrupção, breve e oportuna, do orador para indagação, ou esclarecimento, relativo à matéria em debate, pelo prazo máximo de 2 (dois) minutos.

§ 1º O Deputado só poderá apartear o orador, se lhe solicitar e obtiver permissão, e o fará do microfone de sua mesa.

*§2º
VI – nos dois últimos minutos do tempo do orador;*

.....

§ 4º. O Presidente interromperá o aparte do Deputado que exceder o tempo definido no caput deste artigo, bem como se desviar do assunto abordado pelo orador”.

Art. 4º A alínea “t”, inciso I do artigo 108, 117, 131 e 134 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 032, de 032, de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14
I -

t – desempatar votações quando ostensivas, e votar nas que exigem “quorum” qualificado de dois terços, contando-se a sua presença, em qualquer caso, para efeito de quorum.

Art. 108 As sessões ordinárias serão realizadas nas terças-feiras, a partir das 15:00 horas, e nas quartas-feiras, a partir das 09:00 horas, e terão duração de 4 (quatro) horas, podendo ser prorrogadas pelo prazo de até 01 (uma) hora.

Art. 117 O prazo de duração da sessão será prorrogável pelo Presidente, de ofício ou, automaticamente, quando requerido pelo colégio de líderes, ou por deliberação do plenário, a requerimento verbal de qualquer Deputado, por até 01(uma) hora.

Art. 131 O tempo reservado à Ordem do Dia poderá ser prorrogado pelo Presidente, de ofício, pelo colégio de líderes, ou pelo plenário, a requerimento verbal de qualquer Deputado, pelo tempo necessário ao esgotamento das matérias em deliberações.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

A proposição que ora apresentamos visa promover algumas alterações no texto do nosso Regimento Interno, readequando a divisão do tempo da sessão ordinária, especialmente, no que concerne ao momento destinado a Ordem do Dia.

A forma que as partes da sessão ordinária está no Regimento Interno, coloca a Ordem do Dia, na parte final da Sessão. Considerando que muitos parlamentares se inscrevem para discursar no Grande Expediente e nas Comunicações de Lideranças, espaço que permite apartes, na maioria das vezes o horário se estende sobremaneira.

Em razão disso, e do adiantado da hora, ocorre que muitas vezes a deliberação fica prejudicada em função de que muitos parlamentares, até por razões justificáveis acabam se ausentando da sessão e assim trazendo prejuízo ao *quorum* para deliberar matérias.

Em função disso, e considerando que também estamos promovendo alteração no dispositivo que trata acerca da possibilidade do Presidente votar em todas as matérias, retornando ao texto vigente no passado em que o Presidente apenas e tão somente votava em matérias que exigissem *quorum* qualificação, isto é dois terços de votos.

Portanto, tais alterações propostas certamente trarão benefício a todos nós parlamentares, dando assim uma nova dinâmica e agilizando as votações das matérias em nosso Poder.

E desta forma, contamos com o apoio e o voto dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 25 de março de 2015.
Deputado Maurão de Carvalho - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO - SD – Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de reconhecer o estado de Calamidade Pública do município de Buritis.

O parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo a necessidade de reconhecer o estado de Calamidade Pública do município de Buritis pela cheia do Rio São Domingos, afluente do Rio Madeira.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Ao apresentarmos a seguinte indicação vimos a necessidade do município de Buritis que se encontra em momento de dificuldades perante às instabilidades do nível da água do Rio São Domingos.

Precisamos que o Executivo tome providências o quanto antes e intercede urgentemente pela comunidade ribeirinha que mora às margens de São Domingos, reconhecendo o estado de Calamidade Pública do município e enviando ajuda aos desabrigados.

De acordo com os dados colhidos da Prefeitura de Buritis, o número de vítimas da enchente está ultrapassando o número de 1000 (cem mil) famílias, que estão recebendo ajuda do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e contando com ajuda de

voluntários que estão usando a Rádio local e uma Igreja como base de arrecadação e doações de roupas, comida e demais mantimentos.

Com as contínuas chuvas na região, e chuvas nas cabeceiras e nos Andes, o nível da água do Rio São Domingos começou a subir na última sexta-feira (20/03), e desde então seu volume não recuou, forçando a comunidade ribeirinha a buscar ajuda e refúgio na cidade e hoje se encontram alojados na Escola Estadual Buritis.

Trago aos senhores os dispositivos do DECRETO Nº 7.257, DE 4 DE AGOSTO DE 2010, para maiores esclarecimentos:

Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 494, de 2 de julho de 2010, **DECRETA**:

Art. 1º O Poder Executivo federal apoiará, de forma complementar, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, provocados por desastres.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – defesa civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social;

II – desastre: resultado de eventos adversos naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III – situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem comprometimento parcial da capacidade de reposta do poder público do ente atingido;

IV – estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;

V – ações de socorro: ações imediatas de resposta aos desastres com o objetivo de socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros-socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional;

VI – ações de assistência às vítimas: ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigo, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde, ao manejo de mortos, entre outras

estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional;

VII – ações de restabelecimento de serviços essenciais ações emergenciais destinadas ao restabelecimento das condições de segurança e habitabilidade da área atingida pelo desastre, incluindo a desmontagem de edificações e de obras-de-arte com estruturas comprometidas, o suprimento e distribuição de energia elétrica, água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações, abastecimento de água potável e desobstrução e remoção de escombros, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional;

VIII – ações de reconstrução: ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, sistema de abastecimento de água, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, curso d’água, contenção de encostas, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; e

IX – ações de prevenção: ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, incluindo a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

CAPÍTULO I

DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL – SINDEC

Art. 3º O sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC tem como objetivo planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o território nacional.

Art. 4º Para o alcance de seus objetivos, o SINDEC deverá:

I – planejar e promover ações de prevenção de desastres naturais, antropogênicos e mistos, de maior prevalência no País;

II – realizar estudos, avaliar e reduzir riscos de desastres;

III – atuar na iminência e em circunstância de desastres; e

IV – prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações afetadas, e restabelecer os cenários atingidos por desastres.

Art. 5º O SINDEC será composto pelos órgãos e entidades da União responsável pelas ações de defesa civil, bem como pelos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios que a ele aderirem.

§ 1º As entidades da sociedade civil também poderão aderir ao SINDEC, na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Integração Nacional.

§ 2º Compete à Secretária Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional a coordenação do SINDEC, ficando responsável por sua articulação, coordenação e supervisão técnica.

§ 3º Para o funcionamento integrado do SINDEC, os Estados, Distrito Federal e Município encaminharão à Secretaria Nacional de Defesa Civil informações atualizadas a respeito das respectivas unidades locais responsáveis pelas ações de defesa civil em suas jurisdições, de acordo com o art. 2º da Medida Provisória nº 494, de 2 de julho de 2010.

§ 4º Em situações de desastres, os integrantes do SINDEC na localidade atingida, indicados nos termos do § 3º, atuarão imediatamente, instalando, quando possível, sala de coordenação de resposta ao desastre, de acordo com sistema de comando unificado de operações adotado pela Secretária Nacional de Defesa Civil.

§ 5º O SINDEC contará com Grupo de Apoio a Desastres – GADE, vinculado à Secretária Nacional de Defesa Civil, formando por equipes multidisciplinar, mobilizável a qualquer tempo, para atuar nas diversas fases do desastres em território nacional ou em outros países.

§ 6º Para coordenar e integrar as ações de SINDEC em todo o território nacional, a Secretária Nacional de Defesa Civil manterá um centro nacional de gerenciamento de riscos e desastres, com a finalidade de agilizar as ações de resposta, monitorar desastres, riscos e ameaças de maior prevalência;

§ 7º A Secretária Nacional de Defesa Civil poderá solicitar o apoio dos demais órgãos e entidades que integram o SINDEC, bem como da Administração Pública federal, para atuarem junto ao ente federado em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

§ 8º As despesas decorrentes da atuação de que trata o § 7º, correrão por conta de dotação orçamentária de cada órgão ou entidade.

§ 9º O SINDEC mobilizará a sociedade civil para atuar em situação de emergência ou estado de calamidade pública, coordenando o apoio logístico para o desenvolvimento das ações de defesa civil.

Art. 6º O Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC integra o SINDEC como órgão colegiado, de natureza consultiva, tendo como atribuição propor diretrizes para a política nacional de defesa civil, em face dos objetivos estabelecidos no art. 4º.

§ 1º O CONDEC será composto por um representante e suplente de cada órgão e seguir indicado:

- I – Ministério da Integração Nacional, que o coordenará;
- II – Casa Civil da Presidência da República;
- III – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- IV – Ministério da Defesa;
- V – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VI – Ministério das Cidades;
- VII – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- VIII – Ministério da Saúde;
- IX – Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

§ 2º Além dos representantes previstos no § 1º, comporão, ainda, o CONDEC:

- I – dois representantes dos Estados e Distritos Federal;
- II – três representantes dos Municípios; e
- III – três representantes da sociedade civil.

§ 3º A Secretária Nacional de Defesa Civil exercerá a função de Secretária-Executiva do CONDEC, fornecendo o apoio administrativo e os meios necessários à execução de seus trabalhos.

§ 4º A participação no CONDEC será considerada prestação de serviços público relevante, não remuneradas.

§ 5º Os representantes dos Estados, Distritos Federal, Municípios e da sociedade civil, serão indicados e designados

na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Integração Nacional.

§ 6º O CONDEC poderá convidar representantes de outros órgãos da administração pública, de entidades privadas, de organizações não-governamentais, de conselhos e de fóruns locais para o acompanhamento ou participação dos trabalhos.

CAPÍTULO II

DO RECONHECIMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 7º O reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública pelo Poder Executivo federal se dará mediante requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre.

§ 1º O requerimento previsto na *caput* deverá ser realizado diretamente ao Ministério da Integração Nacional, no prazo máximo de dez dias após a ocorrência do desastre, devendo ser instruído com ato do respectivo ente federado que decretou a situação de emergência ou o estado de calamidade pública e conter as seguintes informações:

- I – tipo de desastre, de acordo com a codificação de desastres, ameaças e riscos, definida pelo Ministério da Integração Nacional;
- II – data e local do desastre;
- III – descrição da área afetada, das causas e dos efeitos do desastre;
- IV – estimativa de danos humanos, materiais, ambientais e serviços essenciais prejudicados;
- V – declaração das medidas e ações em curso, capacidade de atuação e recursos humanos, materiais, institucionais e financeiros empregados pelo respectivo ente federado para o restabelecimento da normalidade; e
- VI – outras informações disponíveis acerca do desastre e seus efeitos.

§ 2º Após avaliação das informações apresentadas no requerimento a que se refere o § 1º e demais informações disponíveis no SINDEC, o Ministério de Estado da Integração Nacional reconhecerá, por meio de Portaria, a situação de emergência ou estado de calamidade, desde que a situação o justifique e que tenham sido cumpridos os requisitos estabelecidas na Medida Provisória nº 494, de 2010, e neste Decreto.

§ 3º Considerando a intensidade do desastre e seus impactos social, econômico e ambiental, o Ministério da Integração Nacional reconhecerá, independentemente de fornecimento das informações previstas no § 1º, a situação de emergência ou o estado de calamidade pública com base no Decreto do respectivo ente federado.

Plenário das Deliberações, 25 de março de 2015
Dep. Alex Redano - SD

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de incluir no Projeto do Novo Hospital Estadual de Urgência e Emergência de Rondônia – HEURO, Enfermarias Exclusivas para atendimento aos Presos Custodiado do Estado.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso das suas atribuições legais e observando as formalidades

regimentais, indica ao Poder Executivo a necessidade de incluir no Projeto do Novo Hospital Estadual de Urgência e Emergência de Rondônia – HEURO, Enfermarias Exclusivas para atendimento aos Presos Custodiado do Estado.

JUSTIFICATIVA

A movimentação de pessoas no pronto-atendimento de urgência e emergência nas unidades de atendimento médico do Estado de Rondônia é intenso. E não raro é o atendimento a detentos transportados dos Presídios por policiais militares fortemente armados em meio aos demais pacientes, por vezes até crianças e idosos.

Via de regra são encaminhados diretamente para dentro da enfermaria, a qual já se encontra lotada de pacientes que também aguardam para serem atendidos. Para que o atendimento ao presidiário seja rápido, os médicos o priorizam, desrespeitando a fila e indignando a todos que ali aguardam a horas, uma vez que entendem como regalia esse tratamento ocasionando em diversas oportunidades tumulto e descontentamento.

Alguns funcionários dos Hospitais do Estado relatam o sentimento de medo e insegurança, assim como também ficam incomodados com o vai e vem de presos nos corredores, já que não há específico para o atendimento e muito menos garantia da integridade física dos servidores e pacientes.

Entendemos que como medida de segurança o atendimento ao presidiário nos Hospitais de pronto – atendimento deveria ocorrer em local específico e destinado para esse fim, como forma de promover atendimento médico e assegurar a integridade física do custodiado, dos funcionários do hospital e dos policiais militares que o escoltam.

A medida tem como objetivo proporcionar mais segurança aos funcionários e usuários da unidade de saúde e aos detentos, além de reduzir o efetivo necessário para acompanhamento do preso e as enfermarias exclusivas para detentos vão proporcionar economia de recursos humanos a SEJUS.

A medida também tem como diretriz o alinhamento do Estado a Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 do Ministério da Justiça que Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Política Nacional Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PANAISP) tem como princípios o respeito aos direitos humanos, integridade da atenção à Saúde da população privada de liberdade no conjunto de ações de promoção, proteção, prevenção e a promoção de iniciativas de ambiência humanizada e saudável com vistas à garantia da proteção dos direitos dessas pessoas e esta indicação visa não só garantir os direitos dos custodiados, bem como servidores públicos afins que se relacionam diretamente com estes atendimentos.

Desta feita o atendimento diferenciado constante de um protocolo de atendimento aos presos definindo ou não a prioridade e local de atendimento, poderá evitar a ocorrência de episódios violentos e constrangimento aos demais usuários do hospital.

Diante a relevância do exposto, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015
Dep. Léo Moraes – PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TEÓRIO - PRP - Indica ao Poder Executivo com cópia para a Agência do IDARON, a necessidade da implantação da Guia de Transito Animal (GTA) eletrônica em todos os municípios do Estado.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Governador do Estado com cópia a Agência IDARON, a necessidade de implantação da Guia de Trânsito Animal (GTA) eletrônica em todos municípios do Estado.

JUSTIFICATIVA

A implantação desta ferramenta eletrônica é necessária para adequar a pecuária de Rondônia à Instrução Normativa nº 35, de outubro de 2014, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nos aspectos de sanidade animal, comercialização e exportação de bovinos. No aspecto da sanidade animal, essa medida é fundamental principalmente para evitar a disseminação de doenças e possíveis danos para a população e prejuízo para os produtores.

Por outro lado, além de capacitar o nosso Estado junto aos organismos internacionais como mais um Estado qualificado para exportação de produtos animais vivos, ovos fertilizados e materiais de reprodução animal, essa ferramenta gerencial de cadastro, permitirá maior comodidade, rapidez e segurança para os nossos produtores e pecuaristas. Vale salientar que diversos Estados como Pará, Mato Grosso do Sul e Bahia, dentre outros, já implantaram essa ferramenta, em conformidade com a orientação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Esta ferramenta eletrônica virá para contribuir com a diminuição da burocracia e facilitar a vida do produtor que poderá consultar o saldo em suas respectivas fichas e emitir a e – GTA para abate de qualquer local e horário, por meio de internet, sem precisar se deslocar aos escritórios do IDARON. Outra vantagem do sistema eletrônico é que contribui para o aumento de arrecadação do Estado, pois as transações de compra – venda de bovinos e bubalinos, pois diminuirá a margem de erros comuns no sistema manual.

A disponibilização dos serviços atende a Instrução Normativa nº 35/2014, de 03 de outubro, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que prevê a obrigatoriedade da a-GTA para o transporte interestadual ou infra-estadual de animais vivos destinados ao abate em estabelecimento sob Inspeção Federal (SIF). De acordo com a instrução normativa a IDARON, tem até abril de 2015 para disponibilizar todos os serviços desta ferramenta aos produtores do nosso Estado de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015
Dep. Marcelino Tenório – PRP.

REQUERIMENTO DEPUTADA ROSANGELA DONADON – PMDB - Requer voto de pesar aos familiares da jovem Adrieli

Correia de Souza, pelo seu falecimento ocorrido no dia 24 de março de 2015

A Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, requer Voto de Pesar aos familiares da jovem Adrieli Correia de Souza, pelo seu falecimento ocorrido no dia 24 de março de 2015.

JUSTIFICATIVA

A jovem Adrieli Correia de Souza faleceu aos 19 anos, em Barretos (SP). Era moradora de Colorado do Oeste, onde era estudante do Colégio Paulo de Assis Ribeiro. Há mais de um ano, lutava contra a leucemia aguda. É uma vida que foi ceifada na plenitude de sua juventude, enlutando toda a comunidade Coloradense.

Diante do exposto, contamos com o apoio e voto de Vossas Excelências para aprovação de nossa propositura.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015
Dep. Rosângela Donadon – PMDB

REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA - PP - Requer informações do Secretário de Estado da Saúde, senhor Williames Pimentel, sobre a implantação do Centro Cirúrgico Oftalmológico no Hospital de Base de Porto Velho/RO.

A Deputada que este subscreve, com base nos preceitos regimentais, requer à Mesa Diretora, que seja encaminhado pedido de informações oficiais, ao Secretário de Estado da Saúde, com relação a data de implantação do Centro Cirúrgico Oftalmológico, seu cronograma e os critérios para atendimento.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Entendemos que, além de outras atribuições, é também nosso dever olhar para as necessidades do povo de nosso Estado, e o motivo maior que nos leva a pedir tais informações é devido às constantes procuras a esta parlamentar, por pacientes carentes de cirurgia oftalmológica, especialmente de cataratas, sobre início de atendimento. Solicito informações sobre a data prevista para a implantação do Centro cirúrgico oftalmológico, seu cronograma e os critérios para atendimento aos pacientes que necessitam de cirurgia de cataratas, ao tempo em que parabenizamos pelo relevantes serviço ao povo de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 30 de março de 2015
Dep. Lúcia Tereza – PP

INDICAÇÃO DEPUTADA LÚCIA TEREZA - PP - Indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado da Educação a necessidade da construção de 03 (três), refeitórios nas Escolas Estaduais Jean Piaget, Sete de Setembro e Maria di Sancti Santos município de Espigão do Oeste/RO.

A Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental e legal, que seja a presente indicação encaminhada ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO,

que seja viabilizado a construção de 03 (três) refeitórios nas Escolas Estaduais Jean Piaget, Sete de Setembro e Maria di Sancti Santos, no município de Espigão do Oeste/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A indicação tem por objetivo atender necessidades prementes das Escolas acima referenciadas, para que possibilite aos alunos maior higiene no local onde fazem refeições e lanches, haja vista que hoje são feitos em pátio livre local inadequado para alimentação e se tratar de prevenção a saúde.

Assim sendo, se faz necessário maior brevidade no atendimento.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015
Dep. Lúcia Tereza - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO SAULO MOREIRA - PDT - Indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado, a necessidade da construção de uma Quadra poliesportiva Coberta na Escola Estadual de Ensino Fundamental Custódio Gabriel, localizada na rua Maringá nº 3629 Setor Jardim Alvorada, no município de Alto Paraíso.

O Deputado que subscreve, obedecendo ao disposto no Regimento Interno e ouvido o douto Plenário, indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado, a necessidade da construção de uma Quadra Poliesportiva Coberta na Escola Estadual de Ensino Fundamental Custódio Gabriel, localizada na Rua Maringá nº 3629 Setor Jardim Alvorada, no município de Alto Paraíso.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação dispõe sobre a necessidade da construção de uma Quadra Poliesportiva coberta para E.E.E.F Custódio Gabriel, a escola atende em média 300 crianças, funciona em dois horários, também atende alunos da zona rural. Devido a escola não possuir um espaço para realizações de atividades extra-classe desportivas e culturais, as crianças estão sendo prejudicadas no desenvolvimento da saúde física. Diante do exposto, é que apresentamos a presente indicação, para a qual contamos com a colaboração dos nobres Pares para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 25 de março de 2015
Dep. Saulo Moreira – PDT.

INDICAÇÃO DEPUTADO SÓ NA BENÇA - PMDB - Indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto a Secretaria de Estado de Segurança Defesa e Cidadania – SESDEC, sobre a necessidade de instalação de 01 (um) Posto Policial no Bairro Bela Vista, localizada no município de Pimenta Bueno/RO.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao senhor Governador do Estado sobre a

necessidade instalação de um Posto Policial no bairro Bela Vista localizado no município de Pimenta Bueno/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

Pimenta Bueno está localizado a 520 km de Porto Velho/RO, cidade situada as margens do Rio Pimenta e Rio Barão do Melgaço, conhecido como polo moveleiro do Estado, com uma população aproximada de 36 mil habitantes, vem sofrendo com altos índices de violência, por se tratar de uma cidade com bairros distantes intercalados com áreas de floresta e riachos.

A referida indicação trata da instalação de um posto Policial no bairro Bela Vista, onde foi recentemente construída 100 casas populares para atender o projeto minha casa minha vida, o bairro encontra muitas deficiências de infraestrutura, falta iluminação pública, muitos terrenos baldios, e áreas públicas totalmente tomada pelo mato que acaba favorecendo a pratica de crimes naquela região da cidade.

Cabe ressaltar ainda que no referido bairro encontra-se instalada a Escola de Ensino Fundamental Bom Sucesso, que atende hoje 300 alunos devidamente matriculados.

Conto com o apoio dos nobres Parlamentares e Governo do Estado na pessoa do nobre governador para atender a referida reivindicação, para que possamos trazer mais segurança a população daquele bairro com rondas frequentes.

Plenário das Deliberações, 30 de março de 2015.
Dep. Só na Bença – PMDB

PROJETO DE RESOLUÇÃO DEPUTADOS LAZINHO DA FETAGRO - PT E CLEITON ROQUE – PSB - Convoca sessão itinerante extraordinária e transfere a sede do Poder Legislativo para o município de Ji-Paraná.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA resolve:

Art. 1º Fica convocada sessão itinerante extraordinária para o dia 28 de maio de 2015, às 10 horas, no município de Ji-Paraná.

Parágrafo único. Em face da convocação descrita no *caput*, nos termos do § 1º do art. 1º e do inciso VI do artigo 107, do Regimento Interno, fica transferida a sede do Poder Legislativo para o município de Ji-Paraná, no dia 28 de maio de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes do disposto nesta Resolução serão suportadas por dotação orçamentária própria da Assembléia Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

As sessões itinerantes são um instrumento desta Casa, voltadas para a interiorização do Poder Legislativo, de suas

atividades e interação com a comunidade, buscando ouvir as reais necessidades dos munícipes, levando a aproximação no contato direto do Deputado com a população de cada região.

A Resolução nº 185, de 13 de abril de 2011, que institui as sessões itinerantes da Assembléia Legislativa do Estado, tem entre seus objetivos, dentre outros, descentralizar a atuação do Poder Legislativo, interiorizando suas atividades, para acolher as postulações das entidades representativas e as manifestações populares, e a democratização da participação popular nos processos legislativos em curso, incentivando a participação permanente da sociedade na atuação do Poder Legislativo.

Assim sendo, submetemos à deliberação do douto Plenário, este Projeto de Resolução que “Convoca sessão itinerante extraordinária e transfere a sede do Poder Legislativo para o município de Ji-Paraná”.

Plenário das Deliberações, 26 de março de 2015.
Dep. Lazinho da Fetagro – PT
Dep. Cleiton Roque – PSB

PROJETO DE LEI DEPUTADO ADELINO FOLLADOR - DEM - Declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos e Portadores de Insuficiência Renal de Ariquemes e Região Viva a Vida, ASPIRVIDA, no município de Ariquemes/RO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos e Portadores de Insuficiência Renal de Ariquemes e Região Viva a Vida – ASPIRVIDA, no município de Ariquemes-RO.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Amigos e Portadores de Insuficiência Renal Viva a Vida, ASPIRVIDA, tem por finalidade apoiar e desenvolver gratuitamente ações e projetos nas áreas de saúde tendo como publico alvo todas as pessoas portadoras de insuficiência renal, que necessitam de tratamento especial.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015
Dep. Adelino Angelo Follador – DEM

REQUERIMENTO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO - PR - Requer o adiamento da Audiência Pública do dia 28 de maio de 2015, para o dia 11 de junho de 2015 às 15 h, para debater sobre a orla às margens do Rio Madeira.

O Deputado que o presente subscreve, ouvindo o Plenário na forma regimental, requer o adiamento da Audiência Pública do dia 28 de maio de 2015, às 9 h, para o dia 11 de junho de 2015, às 15 h para debater sobre a orla às margens do Rio Madeira.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

A Audiência Pública que seria realizada no dia 28 de maio de 2015, às 9 h, por questão de ajuste de agenda precisou ser adiada para o dia 11 de junho de 2015, às 15 h.

Para tanto, contamos com o apoio e o voto dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.

Dep. Ribamar Araújo – PT

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR - DEM - Indica ao Governo do Estado, a necessidade da climatização e adaptação da rede elétrica da escola E.E.E.F.M General Osório, no distrito de Calama, no município de Porto Velho – RO.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, a necessidade da climatização e adaptação da rede elétrica da Escola E.E.E.F.M General Osório, no distrito de Calama, no município de Porto Velho – RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Tal proposição se dá pelo fato que a climatização escolar vem sofrendo muito com o calor intenso nas salas de aulas, tendo que muitas vezes os professores levarem os alunos para fora das salas, atrapalhando e desenvolvendo escolar, e agora com o término das chuvas a tendência é só piorar, sendo dever do Estado zelar pelo bem estar dos alunos e professores.

Plenário das Deliberações, 31 de março de 2015.

Dep. Adelino Follador – PT

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 29/2015-SRH/D/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 26 a 29/04/2015, ao Deputado Estadual LEONARDO BARRETO DE MORAES, cadastro nº 200160362, para deslocar-se a Belém - PA, a serviço desta Casa de Leis, conforme Processo nº. 4164/2015-89.

Porto Velho - RO, 15 de Abril de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015/PPP/ALE/RO**

Processo Administrativo nº 00002182/2015-21

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 0016/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, tipo **Menor Preço**, consignando o que se segue: **BASE LEGAL:** Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, a pedido do **Departamento de Cerimonial**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa de Rondônia**, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo 01.

VALOR ESTIMADO: R\$ 11.670,60 (onze mil, seiscentos e setenta reais e sessenta centavos).

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia **11 de maio de 2015, às 09h00min.**

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, situada a Rua Major Amarante, nº 390 - Bairro Arigolândia, Porto Velho/RO.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio www.ale.ro.gov.br, Link Licitações.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Pregão – CPP/ALE-RO, e-mail: cpl@ale.ro.gov.br - telefone: (0xx) 69-3216-2732.

Porto Velho - RO, 24 de abril de 2015.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200155998